

MARCAS DA INOVAÇÃO NO TERRITÓRIO

Tamara Tania Cohen Egler
Lalita Kraus
Aldenilson Vitorino Costa
(Orgs.)

Vol. I



LETRACAPITAL

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Tamara Tania Cohen Egler
Lalita Kraus
Aldenilson Vitorino Costa
Organizadores

MARCAS DA INOVAÇÃO
NO TERRITÓRIO
VOL. I

LETRAPITAL

Copyright © Tamara Egler, Lalita Kraus
e Aldenilson Costa (Orgs.), 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITORES Tamara Tania Cohen Egler
João Baptista Pinto

CAPA Tianá Farias

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Ana Clara Moita

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M262

Marcas da Inovação no Território, Vol. I / organização Tamara Tania Cohen Egler,
Lalita Kraus, Aldenilson Vitorino Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2020.
194 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-87594-73-6

1. Territorialidade humana. 2. Comunicação de massa - Aspectos sociais. 3. Comunicação
de massa - Aspectos políticos. 4. Comunicação de massa e opinião pública. I. Egler, Tamara
Tania Cohen. II. Kraus, Lalita. III. Costa, Aldenilson Vitorino.

21-69071

CDD: 302.23

CDU: 316.77

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Sumário

Apresentação.....	7
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Lalita Kraus</i>	
<i>Aldenilson Vitorino Costa</i>	
Eixo 1 - Tecnopolítica e mobilização em rede	21
Coletividade e conectividade nos modos de organização	23
<i>Marcelo Castañeda</i>	
Ódio na rede do Gabinete	38
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Rafael Barbosa</i>	
<i>Fake news: educação e alfabetização midiática como alternativas para o enfrentamento à desinformação</i>	<i>52</i>
<i>Rita Gonçalo</i>	
Políticas de comunicação comunitária diante de processos de legitimação social por parte de grupos de mídia tradicionais no Brasil	71
<i>Adilson Vaz Cabral Filho</i>	
<i>Eula Dantas Taveira Cabral</i>	
A polarização identitária e a pulverização programática no Brasil	86
<i>Maria Alice Nunes Costa</i>	
Eixo 2 - Inovação, subjetivação e democracia	113
Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais	115
<i>Jair de Souza Ramos</i>	

Rotas de fuga entre restos de um mundo sonhado	143
<i>Reginaldo Luiz Cardoso</i>	
Educação e democracia em tempos de desinformação	165
<i>Alexandre Brasil Fonseca</i>	
Formação de professores para a prática pedagógica com a integração crítica das mídias.....	178
<i>Vânia Amélia Miranda Koerich</i>	
Lista de autores	186

Apresentação

Tamara Tania Cohen Egler

Lalita Kraus

Aldenilson Vitorino Costa

O título do livro informa o nosso desígnio de produzir um espaço de interlocução entre as ciências exatas e humanas para examinar as marcas, tangíveis e intangíveis, da inovação no território. Ele é produto de dois desafios que podemos ler nos dois eixos que o compõem, um primeiro que tem por objetivo examinar as relações políticas e sociais que transformam o território, e que podemos ler na apresentação do volume 1 à seguir, e um segundo que tem por objetivo examinar como a inovação se plasma e transforma o território, seus resultados analíticos estão apresentadas no volume 2.

A revolução digital possibilitou incrementar a penetrabilidade e influência das TICs na sociedade. Todas as atividades humanas se tornam cada vez mais mediadas por computadores, fazendo assim com que cada atividade gere e registre uma enorme quantidade de dados. Esses são gerados a partir, por exemplo, de todas as transações mediadas por computador e toda atividade que realizamos *online*. Estudos indicam que foram produzidos mais dados nos últimos 20 anos do que ao longo de toda a história.

Surge uma questão importante: como lidar com esses dados? Que tipo de método e metodologias adotar para a sua análise?

Estamos enfrentando um grande desafio imposto pela quantidade de dados existentes e pelo conhecimento técnico-científico necessário para a sua análise. A importância dos dados, incluindo o *big data*, se manifesta não apenas na sua existência, mas na capacidade de realizar análises que resultem em avanços nos campos científico e social.

É preciso considerar como os dois eixos propostos estão umbilicalmente ligados aos sistemas de banco de dados. Quer dizer, o processo de transformação da inovação está associado a duas dimensões, uma primeira que podemos ler nas relações intangíveis políticas e humanas, e uma segunda, na sua dimensão tangível, na materialidade do território.

Nos primórdios da década de 1990, a invenção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) emergiu com seu potencial de inovação, a literatura sobre o tema não se cansou de observar suas potencialidades na transformação do espaço e das relações sociais. Não foram poucos os estudos que apontavam esse lugar para o avanço do bem-estar social. Entretanto, nos últimos anos temos assistido à sua utilização, principalmente em eleições, para estratégias de ação autoritárias que estão colocando em perigo a democracia no Brasil, e – por que não dizer? – no mundo.

As plataformas de comunicação digital – como WhatsApp, Facebook, Twitter – ampliam os sujeitos da enunciação e permitem uma comunicação de todos para todos. A partir da popularização do *smartphone*, muitas das ações da vida cotidiana são agora tecnicamente mediadas, através de complexos sistemas de comunicação e informação, que interligam fortemente a tecnologia e as práticas sociais (KALLINIKOS, 2011). De acordo com o *Manual de Oslo* (OCDE, 1997), a inovação abrange diferentes dimensões, diz respeito à introdução, melhoramento, invenção ou desenvolvimento de novas práticas de interação social, estratégias políticas, produtos, tecnologias, processos de negócios. Por isso, esse livro defende ser fundamental uma análise que examine os efeitos da inovação sobre o exercício da política, das práticas sociais e seus resultados sobre a transformação do território.

Não menos importantes é a inovação dada pelas redes tecnológicas. Sabemos como a invenção das possibilidades de formar coletivos pela mediação de tecnologia amplia as possibilidades de ação política, e por essa razão a proposta foca em diferentes redes, quer seja pela dominação, quer seja pela sua libertação. Como, por exemplo, redes de manipulação, como é o caso da Rede Bolsonaro ou de educação e de cultura, onde podemos citar o Coletivo Papo Reto. Esse é o problema que move o nosso trabalho e nos de-

safia a dividir o objeto do conhecimento do presente livro, em dois eixos: um primeiro para examinar as relações entre inovação e política, e um segundo eixo para examinar as relações entre inovação e território.

O desafio proposto é levar adiante a tarefa de perceber caminhos alternativos de ação dos governos, das instituições e da sociedade para a formulação e a implementação de políticas públicas, e seus resultados para o bem ou mal-estar. A proposta analítica é examinar a complexidade relacional entre as pessoas e os grupos sociais aos quais pertencem. Isso significa que devemos analisar suas múltiplas dimensões, quer seja relacional, quer sejam instrumentais materiais. Entendemos o território como produto de uma ação complexa de produção contínua, o que exige, para sua análise, a compreensão de toda ação pública e privada, em sua complexidade material e imaterial, tangível e intangível, vital e virtual, nas condições de criação das circunstâncias de existência social no espaço.

Os fatos da política conduzem à análise para o exame dos processos associados às eleições no Brasil. A pergunta está associada à organização da rede tecnopolítica responsável pela difusão de *fake news* em favor do governo Bolsonaro. Isso é feito para examinar os atores associados à rede, os processos e sentidos da comunicação, tendo por objetivo representar a estrutura da rede e seu sistema de circulação da informação, bem como os significados de comunicação. O que permite observar a circulação e a apropriação da informação no ciberespaço. Não menos importante é a difusão de um discurso *fake*, que tem por objetivo a produção de uma realidade inexistente, sua ampla difusão por mediação da rede tecnopolítica, que conduz para a produção de uma subjetividade coletiva ficcional. Para examinar a inovação na política, o foco está nos processos de manipulação da informação. A informação é um pilar fundamental de qualquer sistema democrático, sendo determinante para que o cidadão seja capaz de formar suas opiniões e preferências, ao mesmo tempo em que possibilita e determina a formação da opinião pública (SCHEUFELE e KRAUSE, 2018). Assim, a informação oferece os meios cognitivos através dos quais percebemos e compreendemos a realidade. O descolamento entre o que existe e o que se representa produz uma ruptura entre o

real e o simbólico, conduz para a angústia, e esta, para a violência (FREUD, 2011).

As eleições brasileiras de 2018 são um claro exemplo do uso e dos efeitos do fenômeno da difusão computacional. As suas dinâmicas internas envolvem o uso de estratégias de “artificialização” e de manipulação do debate, através do uso de banco de dados, de *trolls*, *bots*, algoritmos e a produção maciça de informações distorcidas ou falsas (WOLLEY e HOWARD, 2016). Trata-se de uma propaganda veiculada nos espaços digitais que, por um lado, possui dinâmicas operacionais próprias e, por outro lado, é provocada por arranjos institucionais específicos. Nesse contexto, as *fake news* surgem dentro de um contexto de disputa política e funcionam como uma “arma” na guerra de informação. Antídotos para a “infodemia” deveriam, portanto, entre outros fatores, apostar no desenvolvimento da capacidade cidadã de uso crítico dos recursos da Internet para resguardar a capacidade dos indivíduos de agirem e fazerem as suas escolhas livremente e proteger, assim, o espaço democrático de debate público.

Ao mesmo tempo, se reconhecem possibilidades de formar redes tecnopolíticas que lutam pela resistência na esfera da política, cultura e educação. É quando assistimos ao papel da comunicação nos processos de resistência popular e nas redes de movimentos sociais. As redes, com suas plataformas de ação e conexão, representam a manifestação do poder hegemônico e, ao mesmo tempo, podem representar a forma de expressão e de ação de um contrapoder (CASTELLS, 1999; URBINA, 2019).

Estamos assistindo ao enfraquecimento da democracia em nível global e ao fortalecimento de plataformas globais como Google, Alphabet, Facebook e Amazon, que impõem modelos de negócios que são alimentados pela extração indevida de dados e pela vigilância constante, ao mesmo tempo em que usufruem de complexos sistemas de propaganda que capturam a nossa atenção e direcionam um conteúdo algorítmicamente determinado (MOROZOV, 2018). É aqui que se manifestam os efeitos de uma nova sociabilidade em rede que define novos mecanismos de subjetivação. A forma como a sociabilidade em rede está estruturada é determinante para o processo de subjetivação e de identificação, já que, cada vez mais, a fron-

teira entre o público e o privado tem passado por um processo de apagamento. Assim, a sociabilidade impulsionada nas redes sociais é baseada na hipervisibilidade do sujeito, que é traduzido e transformado em dados por uma lógica algorítmica invisível.

Dessa forma, as plataformas digitais são a forma e a manifestação mais sofisticada do sistema de produção e acumulação neoliberal contemporânea, apresentam cada vez mais limites para a afirmação de um projeto político contra hegemônico. A lógica algorítmica, que movimenta essas plataformas, filtra e cria bolhas que se contrapõem ao princípio de coletividade, gerando um individualismo em rede e uma homogeneização das comunidades.

De todo modo, é no plano da imanência que se constitui o terreno onde é possível formular e desenvolver novas relações políticas. Nesse sentido, a ação coletiva das redes dos cotidianos, mediada por organizações híbridas, pode reverter o poder instituído. Trata-se de forças imanentes, construtivas e criadoras que se expressam numa micropolítica, ou seja, uma prática política fundada na autonomia e na cooperação, mais do que na representatividade, assim como na expressão das diferenças, mais do que na homogeneização dos interesses, e na participação, mais do que na mera expressão do voto (CASTELLS, 1999).

É preciso examinar os processos sociais que derivam da inovação, isto é, em nome de quem e para quem as redes sociais transformam os processos de produção e apropriação do território. É nossa responsabilidade examinar os resultados advindos com a inovação sobre as relações políticas no território e as práticas na existência social. Para tanto é investigado o bem e/ou mal que elas produzem, dada uma sociedade que está cada vez mais tecnológica.

No contexto da sociedade da informação e comunicação, transformam-se as relações espaço-temporais, definem-se formas alternativas de interação social e impõe-se uma revolução na concepção de instituições de pesquisa e de política pública. No contexto de um novo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) as barreiras físico-espaciais são superadas e a instantaneidade na relação de comunicação humana é mantida.

A política pública é uma ação que transforma a sociedade, quer seja para o desenvolvimento quer seja para o retrocesso. Ao passo

que a inovação constitui uma possibilidade que permite a agregação de valor na invenção de formas alternativas para a liberdade e criatividade na ação. Sendo possível repensar as políticas em diferentes direções, tanto no que se refere à tarefa de ampliar as condições de liberdade e autonomia, quanto no que se refere ao ampliado do autoritarismo e às relações de dominação.

A reinvenção da comunicação social exige uma revolução nas instituições do conhecimento. O ponto de partida é também um ponto de chegada de estratégias de políticas públicas, nascidas na vida acadêmica e focadas nas condições reais de existência social na cidade. Nossa experiência de trabalho em rede de pesquisa – que se realizou por meio de práticas que conformam agora um corpo específico de saberes dos efeitos da inovação sobre o território – nos habilita a apresentar os resultados alcançados com a pesquisa desenvolvida no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento Urbano¹ que reúne numa mesma totalidade laboratórios de pesquisa de diferentes universidades. Sua integração resulta de uma forma de pensar, de ser e de agir compartilhada, em torno do campo que analisa as relações que se estabelecem entre inovação, política e território. Para dar conta dessa complexidade, o seminário que deu origem ao presente livro, reuniu um grupo de pesquisadores na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade exigida pelo campo, a seguir apresentamos seus resultados.

No artigo capítulo “Coletividade e conectividade nos modos de organização”, Marcelo Castañeda examina as duas dimensões da interação social lidas nas relações locais e na comunicação digital e que formam uma totalidade híbrida. Sua análise identifica duas práticas políticas que resultam da mediação da inovação tecnológica: uma primeira examina as relações transcendentais de dominação, e uma segunda foca nas relações imanentes de resistência social. Os atores, conhecidos como Gafas – que se formam pelo Google Facebook, Amazon, Apple –, detêm o real poder de tecer plataformas que conectam diferentes redes hegemônicas. Controlam os fluxos de informação pelo mundo e os dados pessoais de parte da humani-

¹ Aprovado na concorrência do Edital INCT do CNPq/Faperj em 2016,

dade. O que veio para permitir a emergência de redes de extrema direita, que ampliaram suas raízes pelo mundo, inclusive no Brasil.

Para examinar os limites e possibilidades das tecnologias da Internet e seus resultados sobre o bem comum, o autor revela a resistência social que pode ser lida nas manifestações de junho de 2013 e ao mesmo tempo apresenta outras experiências de organização em rede, como, por exemplo o Coletivo Papo Reto, o jornal *Voz das Comunidades*, o Coletivo Fala Akari. Aponta ainda os movimentos de ocupação das escolas pelos secundaristas, além de sublinhar a importância do movimento das mulheres “#elenão”. O autor demonstra como se inaugura uma nova estratégia ao trazer junto do coletivo a marca da conectividade.

A argumentação revela o esgotamento de formas de organização em partidos políticos, movimentos sociais, para analisar a capacidade de ação das redes híbridas. Atento às condições que permitem a ascensão da direita no mundo, o autor propõe a criação de novas sociabilidades em rede e sua necessária interconexão com as ruas, para o restabelecimento e reconstituição da esfera pública, o que exige uma renovação epistemológica tendo em vista a coletividade e conectividade na ação política.

A contribuição de Tamara Tania Cohen Egler e Rafael Barbosa vem descrita no capítulo “Ódio na rede do gabinete”, cujo objetivo é identificar os atores da tecnopolítica, representar a estrutura e o sistema de circulação da informação e analisar seus significados nos atos de comunicação. Para tanto, examina a divisão do trabalho para a produção e difusão de *fake news*; são três grupos de atores, a saber: influenciadores, produtores de conteúdo, difusores. Os influenciadores podem ser lidos como os ideólogos, responsáveis por propor a narrativa de valorização do campo conservador bolsonarista; os produtores de conteúdo podem ser identificados nas mídias, mídias digitais, e são responsáveis pela produção de conteúdo digital; os difusores produzem a ampla circulação da informação. Com esses dados na mão representa-se a rede do *gabinete do ódio*, que faz a ampla difusão das narrativas de valorização da política bolsonarista.

Para fazer a análise das *fake news*, os autores apresentam os processos de manipulação da realidade, como: programas de informática que produzem representações simbólicas fictícias; a utilização

de robôs que ampliam rizomaticamente a difusão de mensagens; os discursos do presidente, que criam uma confiabilidade nas pessoas que passam a agir a exemplo do seu líder; e a utilização de algoritmos que permitem a identificação de eleitores, suas crenças e desejos. A análise revela como essa rede tecnopolítica de *fake news* forja discussões artificiais, sufoca narrativa opositora, produz um pensamento autoritário para formar um exército de homens treinados para práticas de violência. A rede tem por objetivo eleger e manter o controle do poder político e produzir uma revolução digital de direita no Brasil, quando permite transformar a realidade e arruinar a democracia, uma devastação da dignidade humana, que deve ser considerado crime contra a humanidade.

Para apresentar uma proposta que tenha por objetivo criar barreiras para a disseminação de *fake news*, Rita Gonçalo participa deste debate com o capítulo “*Fake news*: educação e alfabetização midiática como alternativas para o enfrentamento à desinformação”. O primeiro passo apresenta na história a existência do conceito de *fake news* para demonstrar como o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) amplia sua difusão e capilaridade no tecido social. Ao mesmo tempo analisa as razões que permitem a permeabilidade dessas crenças. A pergunta central de sua questão pode ser enunciada: por que há tantas pessoas que acreditam em inverdades e compartilham *fake news*? Para responder a sua interrogação faz uma ampla revisão da literatura. O que lhe permite revelar o ecossistema de desinformação e seus agentes, composto pela presença de BOTs e pela vulnerabilidade presente em nossas subjetividades, que são exploradas por aqueles que criam notícias falsas.

Para fazer frente a essa cultura *fake*, a autora propõe uma educação digital e a superação da precariedade do nosso sistema educacional, capaz de responsabilizar os internautas para reduzir o compartilhamento de notícias falsas. Elenca um conjunto de leis do ordenamento jurídico brasileiro que podem coibir as infrações relacionadas ao processo e, ao mesmo tempo, propõe um conjunto de estratégias que podem ser acionadas pelo TSE, para combater a desinformação. E reconhece a importância da alfabetização digital para capacitar os cidadãos a criar conteúdo em defesa da democracia.

O capítulo de Adilson Vaz Cabral Filho e Eula Dantas Taveira Cabral – “Políticas de comunicação comunitária diante de processos de legitimação social por parte de grupos de mídia tradicionais no Brasil” – reconhece no Estado e no Mercado os agentes que formam entraves ao fortalecimento da comunicação popular. Isso para levar a público como os desafios estão além da radiodifusão propriamente dita, e afirmar como é a comunicação hegemônica que detém o poder político que impede a entrada de pequenas emissoras. O estudo se desenvolve para propor políticas públicas para a democratização da comunicação, pela revisão da legislação de rádios comunitárias, participação social nos canais públicos de comunicação e formação de Conselhos de Comunicação Social nos níveis nacional, estaduais e municipal.

Sua linha demonstrativa percorre os grupos hegemônicos, para descobrir os processos de investimento no jornalismo local; ao mesmo tempo em que apresenta os diferentes programas de educação desenvolvidos, identifica causas sociais, ambientais e culturais ligadas ao exercício da cidadania que corroboram para sua afirmação e legitimidade. Observa o processo em curso de concentração dos capitais mediáticos, que tendem a ficar com poucos grupos, apesar de estar proibido pela legislação. Faz um percurso nas políticas de governo que são agendadas na maioria das vezes pelas mídias corporativas, onde as pequenas emissoras não encontram espaço para veicular as informações associadas a sua própria realidade e cultura.

O essencial da demonstração apresenta o contexto em que cada vez mais as pessoas dispõem de ferramentas que lhes permitem a reponsabilidade de serem autores e distribuidores de conteúdo, mas não contam com a oportunidade de gerir seus próprios veículos no que tange ao espaço eletromagnético. O coração da proposta está associado à necessidade de se reconhecer a importância de um setor não estatal e não privado na composição de seus sistemas de comunicação. Para tanto, propõe um modelo analítico, não estatal e não privado, uma forma diferente de organização associativa a partir de uma determinada parcela da sociedade, mas dotada de princípios e atribuições equivalente às instituições públicas, para nos contemplar com processo e procedimentos necessários para o fortalecimento

do setor e para alcançar a democratização do sistema de comunicação no Brasil.

No capítulo “A polarização identitária e pulverização programática no Brasil”, Maria Alice Nunes Costa faz uma análise que associa as “bolhas” identitárias com os programas de políticas públicas produzidas recentemente no Brasil. Para analisar o conflito resultante da formação de duas “bolhas”, que tomou conta da sociedade brasileira, examina a energia pulsante da sociedade civil por mudanças na política. Para fazer sua demonstração, examina a relação entre ideologia e identidade para seguir na análise da pulverização dos programas de políticas públicas.

Seu ponto de partida enfoca o conceito de ideologia para reafirmar sua importância como um conjunto de ideias e valores compartilhados que permite formar uma identidade, que nos autoriza a pertencer a um determinado grupo social, favorecendo a associação entre ideologia e identidade. Essas identidades ideológicas se encontram sob o “panóptico digital”, na era dos dados algorítmicos e pelo fluxos discursivos do poder do capitalismo financeiro, gerando “bolhas” que produzem o conflito em sociedade. Mais claramente, é uma estratégia que busca a adesão de um maior número de pessoas para dar legitimidade ao sistema. Para isso se apropria de valores e ideologias latentes, mesmo daquelas que lhe são hostis. Essa polarização no Brasil tem tido um sentido quase fratricida, desde 2013, a partir de extremos ideológicos: a esquerda e a direita. Ambos os lados se trucidam e não chegam a lugar algum, o que enfraquece o diálogo na esfera pública. Para superar esse conflito, a autora propõe uma estratégia para unir as forças contrárias à nossa subalternização e que seja capaz de propor políticas públicas inovadoras que atendam às reivindicações de mudança nas práticas políticas, para caminhar no sentido da coesão e reconstrução do tecido social.

No capítulo “Subjetivação e poder no ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais”, Jair de Souza Ramos examina as complexas dinâmicas que envolvem a formação das subjetividades na Internet. A Internet representa uma nova fase na história de criação de espaços sociais por meio de redes. Esse espaço em rede é atualmente feito de informações e se constitui a partir de computadores que operam como terminais de

conexão e de circulação. Segundo o autor, a massificação do computador foi acompanhada de um processo de individualização em rede. A investigação se insere, assim, no campo de estudo que investiga os processos de subjetivação, focando no fenômeno da individualização que estaria ligado a desenvolvimentos tecnológicos, mas também a mudanças estruturais na reprodução capitalista.

O autor aborda a articulação entre agência humana e agência maquina nas redes sociotécnicas quando ressalta como objeto de estudo “o eu amarrado a pessoas e máquinas através das tecnologias e informação”. A subjetividade seria assim amarrada a redes por meio da circulação de informações e significados. O objeto da análise são os mecanismos de subjetivação ligados à dimensão da identificação e autoidentificação nas redes sociais, como Facebook. O autor ressalta que assistimos a um processo de convergência identitária já que o borramento das fronteiras entre os segmentos da rede é também um apagamento da separação entre *online* e *offline* e entre esfera pública e espaço privado. Assim, os padrões de sociabilidade construídos nas redes sociais operam uma convergência entre as múltiplas possibilidades identitárias e radicam as *personas* em um eu que tem rosto e registro contínuo de suas pegadas digitais por parte de uma estrutura de dominação invisível.

No capítulo “Rotas de fuga entre restos de um mundo sonhado”, Reginaldo Luiz Cardoso sugere uma reflexão acerca de um novo mal-estar e das derivas que afligem a sociedade contemporânea. O autor nos convida, retomando o pensamento de Fernando Pessoa, a refletir sobre o desalento, entendido como uma “aterradora sensação de vazio”, e o desamparo, onde “o sujeito vislumbra alternativas”. Para tanto, o texto sugere uma leitura da fotografia intitulada *O dilúvio, a fome e a meritocracia*, que retrata um *motoboy* do aplicativo Ifood no meio de uma enchente. A naturalização da destruição, como no caso de um desastre natural, esconde inúmeras questões relacionadas ao planejamento urbano e à espoliação urbana, ao mesmo tempo em que mostra a fragilidade das cidades.

Com essa fotografia estaríamos diante da “vida nua”, de uma paisagem fantasmagórica e desoladora. Essa mortificação mostra “uma sociedade derrotada – e, pior, desmoralizada”, que revelaria determinantes históricos que estão ligados à formação social brasi-

leira. Aqui estaria o desalento. Essa imagem só pode ser realmente compreendida mergulhando no processo de formação histórica do Brasil. Nesse processo histórico, a imagem representaria um movimento disruptivo e turbulento que possui a capacidade de dar visibilidade a mecanismos de dominação que normalmente não se veem ou não se quer ver. Segundo o autor, esses movimentos de turbulência geram atritos no sistema dominante, gerando um novo paradigma da fragmentação e do fim da totalidade das grandes narrativas. É aqui que podemos encontrar o desamparo.

Para pensar a inovação na educação nos tempos contemporâneos, Alexandre Brasil Fonseca propõe o capítulo “Educação e democracia em tempos de desinformação”. Informação e comunicação são componentes centrais da vida humana e o desenvolvimento de novos meios é um elemento constitutivo da história da sociedade. Atualmente estamos diante da poderosa ação de conglomerados econômicos que concentram o mercado dos meios de comunicação na Internet, ao mesmo tempo em que estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, a fase do populismo autoritário. O autor apresenta a lógica desse neoliberalismo autoritário que, devido ao poder, alcance e à velocidade da big data e à reestruturação do trabalho,, transforma a política e a sociedade contemporânea. Uma das expressões mais cruas dessa mudança é a forma como se produzem, divulgam e propagam informações falsas e distorcidas. O autor foca na análise do papel do Whatsapp no fenômeno da desinformação, já que o aplicativo se tornou mundialmente popular devido a um conjunto de características e fatores técnicos, sociais e econômicos.

No capítulo, é problematizada a adoção de uma estratégia de enfrentamento da desinformação que aposte no papel da educação e da escola apenas para garantir a formação acerca dos mecanismos básicos da desinformação. Segundo o autor, o desafio posto pelo fenômeno da desinformação é muito complexo e a simples literacia digital não seria suficiente para enfrentarmos tal complexidade. Ao contrário, a literacia seria um conceito mais amplo e abrangente que envolve também aprendizados relacionados à dimensão técnica da programação. Dessa forma, mais do que uma alfabetização digital, o processo deveria envolver uma formação voltada para a compre-

ensão tanto dos algoritmos como dos processos envolvidos na produção dos códigos de programação.

Vania Koerich propõe mais uma reflexão acerca do processo de inovação na educação com o capítulo “Formação de professores para a integração crítica das mídias na educação”. A transformação digital nas escolas pode representar uma oportunidade de crescimento, aprendizagem e mudanças para o futuro, embora envolva também um conjunto de desafios. Segundo a autora, a seleção e a adequação das mídias digitais aos propósitos e aos objetivos do trabalho docente são fundamentais. Nesse processo, é necessário reconhecer a centralidade do professor como agente transformador que seja capaz de adaptar e transformar as práticas de ensino para aproveitar as oportunidades disponibilizadas pelas ferramentas digitais. Isso envolve uma nova cultura docente de apropriação e de utilização de tais ferramentas na prática de ensino, para fazer, assim, que se efetive o pleno potencial para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Isso, entre outros fatores, poderia garantir um ensino digital autônomo e livre da ingerência das grandes plataformas.

O artigo apresenta e analisa resultados de uma pesquisa que acompanhou o processo formativo de professores durante a primeira experiência de integração de ferramentas e espaços virtuais em suas práticas de ensino, com o objetivo de identificar subsídios relevantes para qualquer proposta de formação docente futura. Como resultado, foi identificado que uma formação de professores voltada para a integração crítica das mídias na prática pedagógica deve considerar o desenvolvimento da postura de pesquisador e de aprendiz permanente. Esse é o elemento central para uma nova cultura docente digital.

Referências

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KALLINIKOS, J. *Governing through technology: information artefacts and social practice*. Londres (UK): Palgrave MacMillan, p. 1-7, 2011.

MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

OCDE. *Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Rio de Janeiro: OCDE – Eurostat/FINEP, 1997.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHEUFELE, Dietram; KRAUSE, Nicole. Science audiences, misinformation, and fake news. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [s.l.], v. 116, n. 16, p. 7.662-7.669, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/116/16/7662>. Acesso em: 3 nov. 2019.

URBINA, N. *Política de comunicação imanente na favela*. Tese de doutoramento defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

WOOLLEY, S. C.; HOWARD, P. N. Political Communication, Computational Propaganda and Autonomous Agents. *International Journal of Communication* 10, 4.882-489, 2016.

EIXO 1

Tecnopolítica e mobilização em rede

Coletividade e conectividade nos modos de organização

Marcelo Castañeda

Introdução

Ação coletiva com o advento das plataformas digitais remete ao que Castells (2015) denominou como poder da comunicação em um prenúncio da configuração na segunda década do terceiro milênio: programação de redes por parte de quem tem o poder de criar redes tecendo plataformas de ações e conexão entre diferentes redes, constituindo nesse duplo movimento o cerne do poder em uma sociedade global em rede, que poderia sofrer a oposição de um contrapoder que lutaria pela reprogramação, em especial simbólica, das redes dominantes configuradas e, em alguns casos, por quebrar conexões entre as redes do poder emergente.

Passados pouco mais de dez anos do lançamento da obra de Castells (2015)¹, e atravessando uma pandemia global somente comparada à Gripe Espanhola, podemos dizer que as reprogramações efetuadas e eventuais quebras de conexão nos levaram a um cenário que não remete à preconizada horizontalidade e proliferação das plataformas digitais ou mesmo à consolidação da democracia globalmente, mas sobretudo do enfraquecimento democrático e fortalecimento de corporações tecnológicas globais como Google (Alphabet), Facebook, Amazon, Apple e Microsoft, que se fizeram verdadeiros feudos fechados e estão entre as maiores empresas do mundo, controlando boa parte do fluxo de informações, em especial os dados pessoais de parte considerável

¹ A edição brasileira é de 2015, mas o original *Communication Power* foi lançado em 2009.

da humanidade, sobretudo no que conhecemos como Ocidente² (MOROZOV, 2018).

Na esfera da reprogramação e quebra de conexões, o que se apresentava como inovação em termos da difusão da ação coletiva com a Internet em 2010 – no início da Primavera Árabe, passando pelos Indignados espanhóis e o movimento Occupy nos EUA em 2011, até mesmo as manifestações de junho de 2013 no Brasil, para ficar em alguns exemplos que foram saudados como consequência do movimento pela abertura e liberdade associado à Internet – apresentou um fechamento esplêndido, em especial a partir de 2016, tendo a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA como marco para a formatação de uma rede de extrema direita global que aumenta seus tentáculos em diferentes países, Brasil inclusive.

O presente capítulo pretende problematizar a relação entre ação coletiva, redes e comunicação, pensando nos limites e possibilidades que as tecnologias da Internet, em especial as plataformas digitais, oferecem para a questão dos modos de organização para a mudança social, considerando a redução das desigualdades, a eliminação da pobreza e a promoção de bem-estar social ao redor do mundo, mas em especial no Brasil. Esses três pontos parecem cada vez mais esquecidos em uma agenda progressista ou de esquerda que se faz reativa e defensiva frente a uma nova configuração conservadora, agora explicitamente religiosa, punitivista e neoliberal com chancela militar e judiciária que assume o governo federal brasileiro, mas que também tem suas variantes bem consolidadas na maior parte dos estados da Federação e redes de poder global, bem como, principalmente, no tecido social.

Nesse sentido, procuro entender primeiro o contexto global e nacional para pensar a coletividade e conectividade com especial atenção para um emergente hibridismo organizacional, a fim de refletir sobre algumas experiências inovadoras que se fazem no território nacional e nos permitem vislumbrar possibilidades de sair das

² Não estou aqui me referindo à Rússia, na qual Putin governa desde 1999, totalizando 22 anos no poder até a escrita deste texto, ou mesmo à China, cujo regime de partido único, como nome comunista, não pode ser classificado como democracia.

encruzilhadas políticas e tecnológicas nas quais nos encontramos, em especial a ascensão da extrema direita.

Ascensão global da política antidemocrática

É possível afirmar que entre 2010 e 2020 houve um retrocesso em termos da esperança de que o “mundo melhor possível” que os Fóruns Sociais Mundiais iniciados em 2000 propagavam, pudesse se converter em uma possibilidade concreta, seja no cenário global, seja no brasileiro. Na esteira da crise hipotecária estadunidense que abalou o mundo em 2008, apontando mais uma vez para o esgotamento das capacidades restauradoras do capitalismo financeirizado e virtualizado (MENEGAT, 2019), entre 2010 e 2014 houve uma reação popular e tecnológica ao momento crítico da economia mundial, traduzido nas revoltas conectadas que marcaram um ciclo global de lutas, apontando possíveis aberturas políticas (PINHEIRO-MACHADO, 2019) que foram duramente fechadas no momento seguinte, em especial a partir da chegada de Trump ao poder nos EUA em 2016, seguida de uma série de ascensões antidemocráticas pela via eleitoral no Ocidente, sendo que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 no Brasil nos coloca em consonância com a análise de Brown (2019) acerca das ruínas do neoliberalismo.

Globalmente, a política do ressentimento dá o tom em *slogans* tais como os que Brown (2019, p. 14) destaca: “Faça a América grande de novo” (Trump), “A França para os franceses” (Le Pen e a Frente Nacional), “Recupere o controle” (*Brexit*, Reino Unido), “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha” (Alternativa para a Alemanha), “Polônia pura, Polônia branca” (Partido Polonês da Lei e da Justiça), “Mantenha a Suécia sueca” (Democratas Suecos). A autora reflete sobre as ruínas do neoliberalismo, que produziram monstros a serem combatidos pelo populismo de extrema direita ao prometer a volta de um passado perdido pelos danos das políticas econômicas neoliberais aplicadas a partir dos anos 1980, como se um conto de fadas pudesse ser recriado a partir da valorização de moralidades que, até então, tinham ficado encobertas pela ênfase econômica do neoliberalismo típico de um mundo globalizado que não se concretizou. A moralização aparece no lugar da construção de políticas

públicas: há uma valorização da branquitude, da cristandade e da masculinidade em detrimento de quem lhes teria roubado o paraíso, ou seja, migrantes, minorias e beneficiários de políticas públicas democráticas que não merecem a inclusão neoliberal. Em suma, nas ruínas do neoliberalismo, o moralismo aparece como carro-chefe junto da ênfase econômica no Estado mínimo.

A análise de Brown (2019) permite pensar em como a configuração do poder constituído no Brasil, a partir da eleição de Jair Bolsonaro como presidente, se encaixa na combinação de economia ultraliberal que busca o Estado mínimo e um choque de moralismo cujo objetivo é restaurar valores conservadores, em especial de valorização de um tipo específico de estrutura familiar e de combate a tudo que possa ser diferente da norma visada. Na análise da autora fica claro que a pretensão dos governos de extrema direita é dismantelar a sociedade e tudo que possa estar relacionado a políticas públicas de proteção social, de forma a deixar que as famílias sirvam de suporte aos indivíduos que se relacionariam como partes do “mercado” como se não houvessem os grandes *players* a implementar processos de exploração e dominação.

No contexto brasileiro, importa pensar as linhas de fuga diante da avalanche de medidas e declarações que tornam difícil organizar ações que provoquem crítica e contraponto a fim de mobilizar os segmentos sociais atingidos em um primeiro momento, tais como mulheres, LGBTQTTs, índios, negros, pobres, secundaristas, bem como aqueles que outrora estariam protegidos, tais como estudantes universitários, servidores públicos, entre outros. Enquanto isso, o lucro dos bancos bate recordes e o agronegócio continua sendo a possibilidade de manter algum equilíbrio na balança comercial, traduzindo um país periférico que se alinha com os EUA e com a China por essa vertente econômica.

Pinheiro-Machado (2019) traz pontos para esse debate ao mapear a importância dos protestos de junho de 2013 no reordenamento político brasileiro, em termos macro e micro, afetando a governabilidade petista que optou pela repressão a fim de sustentar o neoliberalismo progressista que trazia uma visão neodesenvolvimentista baseada nos megaeventos e em obras de infraestrutura de caráter duvidoso, como a Usina de Belo Monte. A autora trabalha a

passagem da esperança ao ódio ao criticar a inclusão pelo consumo promovida pelos governos petistas, que mostrou seus limites e teve na candidatura de Bolsonaro a possibilidade de canalização do ódio derivado da perda de oportunidades que existiram no período lulista por conta do esgotamento de um ciclo virtuoso falseado a partir de 2014.

Nesse sentido, cabe entender as mudanças teóricas no campo da ação coletiva com a proliferação de redes configuradas em plataformas digitais que abrem e fecham possibilidades de comunicação que estão no âmago de experiências políticas que podem sinalizar caminhos de superação do poder constituído no Brasil contemporâneo.

Hibridismo organizacional nos repertórios de ação

Bennett e Segerberg (2012) trazem a ideia de uma lógica da ação conectiva que passa a conviver com a ação coletiva: enquanto esta última envolve altos níveis de utilização de recursos organizacionais e formação de identidades coletivas, a ação conectiva se baseia em conteúdos personalizados compartilhados através de redes digitais de comunicação. Alguns autores se voltam para apontar um hibridismo organizacional em uma época de transição (CHADWICK, 2007), enquanto outros sinalizam a capacidade de auto-organização das pessoas com as diferentes possibilidades tecnológicas atuais, em especial com as plataformas digitais (NUNES, 2014).

Alcântara (2016) procura entender as dinâmicas, potencialidades e limites envolvidos nas interfaces entre comunicação e organização dos agentes, movimentos sociais e instituições ao pensar os diferentes recursos, em especial no que diz respeito aos repertórios e à difusão da ação coletiva na contemporaneidade. Também vale ressaltar que a ação pode ser vista como um fluxo que atravessa os agentes que estão articulados em rede, como na perspectiva da teoria do ator-rede (LATOURETTE, 2012).

A visão de Nunes (2014) converge com a de Bennett e Segerberg (2012) no que diz respeito à ação conectiva e à capacidade de auto-organização dos que não possuem um engajamento organizacional. No entanto, mais do que a convivência entre ação coletiva e modulações da ação conectiva, com redes motivadas organizacio-

nalmente e auto-organizadas, assistimos à configuração do que Chadwick (2007) chamou de hibridismo organizacional, no qual fica cada vez mais difícil separar essas dimensões. Esse autor aponta que a afinidade entre ideologia, tecnologia e organizações está tornando as fronteiras entre formas de ação pública e privada menos definidas: algumas organizações exibem diferentes formas de organizar e mobilizar, misturando esforços em ações estreitamente canalizadas com outras mais flexíveis, também cruzando fronteiras nacionais enquanto organizam captação de recursos.

Bennett e Segerberg (2012) sinalizam que uma ação coletiva baseada exclusivamente em identificações e laços fortes continua a ter um papel no contexto político, mas se junta, se intercala e algumas vezes é suplantada por formações mais personalizadas de ação conectiva em que as mídias digitais se tornam partes organizacionais integrantes. Essa inseparabilidade entre coletividade e conectividade tem relação com o que Castells (2015) destaca na sua análise sobre o poder da comunicação na sociedade global em rede: com o tempo, especialmente devido ao aumento da conectividade pela proliferação de redes *wi-fi* e expansão da telefonia móvel com os *smartphones*, estamos mais conectados uns com os outros no cotidiano e isso reconfigura as noções sobre a sociedade, incluindo a ação coletiva, que passa a ser conectiva ou, como prefiro, cada vez mais conectada. A perspectiva de Latour (2012) é interessante, pois mostra que um ator mobiliza uma rede de não humanos quando se insere num fluxo de ação e, em alguns casos, esse fluxo de ação não seria possível sem a ação das tecnologias da Internet, o que coloca a necessidade de renovação epistemológica e analítica para dar conta de um contexto que é derivado do desenvolvimento científico e tecnológico iniciado na segunda metade do século XX.

A noção de repertório de ação coletiva desenvolvida por Tilly (1995) para pensar formas de protesto que se repetiam ao longo de quase dois séculos a partir da constituição dos Estados-nação e dos movimentos sociais que demandavam pautas, se amplia com o advento da Internet. Earl e Kimport (2011) apresentam a ideia de um repertório de ação digital, chamando atenção para duas características do ativismo com a Internet: os custos reduzidos para criar, organizar e participar de protestos; e a baixa necessidade de que as

pessoas envolvidas nos protestos estejam presentes fisicamente no mesmo espaço para que possam agir e se organizar de forma coletiva. Os custos reduzidos tornam mais fácil e cômoda a participação, podendo conduzir a um ativismo rápido, e por vezes preguiçoso, ao empregar variadas táticas com uso de ferramentas tecnológicas que ajudam a baixar o custo da participação. Os baixos custos de organização e mobilização permitem aos organizadores atuarem no jogo político com custos iniciais baixos e poucos recursos.

O repertório de ação pode ser visto como um conjunto de táticas avaliadas para uso em um dado momento histórico, mas também como características que essas táticas compartilham. Nos repertórios de ação tradicional e moderno analisados por Tilly (1995), a coletividade da participação era definida e marcada por indivíduos no tempo e espaço. Agora, Earl e Kimport (2011) sinalizam que os ativistas podem participar de ações *online* na facilidade, comodidade e privacidade de suas casas ou qualquer lugar em que exista uma conexão. A importância de estar junto fisicamente para a execução de uma tática varia entre táticas eletrônicas e mobilizações presenciais, ainda que algumas táticas eletrônicas possam requerer uma participação sincronizada no tempo. Além disso, a organização das ações não precisa ser coletiva, e quando é coletiva pode se beneficiar das ferramentas da Internet, que permitem times de distribuição do trabalho para ser produtiva.

Com essas mudanças, os espaços em que a participação e organização ocorrem se alteraram: muitos dos organizadores de táticas eletrônicas nunca irão encontrar-se com os indivíduos que participaram das ações que eles organizaram. Se a falta de copresença entre participantes teve consequências para a identidade coletiva, o mesmo ocorre com a crescente separação entre organizadores e participantes. No lugar da copresença física, Earl e Kimport (2011) chamam atenção para uma ação coordenada entre participantes sob influência dos organizadores como novidade compartilhada das táticas de um emergente repertório de ação digital. Uma importante ação coletiva coordenada é requerida dos participantes, mas não é coletivamente organizada.

Essas inovações nem sempre são vistas como positivas, em especial quando a presença se torna uma categoria redefinida em termos de importância: até que ponto uma pressão digitalmente coordena-

da pode ser mais eficaz do que manifestações de rua que traduzem a ação coletiva? Quando estas se tornam importantes ou deixam de ser? Como articular as táticas eletrônicas com a necessidade de co-presença física em manifestações de rua?

Por fim, Alcântara (2016) destaca a centralidade da dimensão comunicativa nas práticas dos movimentos sociais, ressaltando a importância de construir uma perspectiva não instrumental da comunicação a partir de um viés teórico que possibilita olhar de forma integrada para três eixos analíticos das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais: os repertórios de ação coletiva, os processos de organização e as dinâmicas de difusão. A autora destaca dois desafios: (i) a necessidade de pensar a relação entre organização e tecnologias a partir da espacialização dos atores, de suas realidades de lutas específicas situadas no tempo e no espaço, pois não há uma forma de organização para todos os movimentos sociais e as dinâmicas organizativas estão associadas a outras dimensões desses atores e do campo de luta no qual se insere, sendo que, ao mesmo tempo, é necessário olhar para contextos históricos mais amplos, conectando a discussão às transformações tecnológicas e sociais pelas quais passa a sociedade; e (ii) ultrapassar a associação automática entre organização em rede e horizontalidade.

Dessa forma, podemos trazer algumas experiências recentes no que diz respeito à coletividade e conectividade que traduzem esse hibridismo organizacional que dá o tom no cenário contemporâneo, tais como as manifestações de junho de 2013, os favelados, as mulheres, os secundaristas e, de forma breve, infelizmente, a extrema direita brasileira.

Vislumbrando saídas

As manifestações que marcaram a cena política brasileira contemporânea no mês de junho de 2013 constituíram uma espécie de inovação social na medida em que inseriram novos elementos em termos de organização e repertórios de ação. A organização dos “sem organização” a partir de estruturas reticulares configuradas nas plataformas digitais, sendo que estas estavam em um estágio que pode ser definido como algorítmico arcaico, trouxe aportes

para pensar um momento em que o hibridismo entre coletividade e conectividade se impôs como uma heterogeneidade que refletia uma montagem de humanos e não humanos a se fazer em uma esfera pública que começava a se mostrar despedaçada em nichos de opinião, num movimento que se acentuou desde então, em especial pelo desenvolvimento algorítmico e da sua consolidação em plataformas digitais, com destaque para Facebook e Twitter, nesta ordem, no Brasil.

De certa forma, aquelas manifestações permanecem um enigma na medida em que ainda são objeto de disputa por diferentes vertentes da política institucional, sendo vistas pela esquerda institucional como fonte de desestabilização do governo Dilma Rousseff (PT) na medida em que tiveram seus elementos apropriados em um momento seguinte por atores à direita do espectro político para empreender sua queda, conflagrada no ano de 2016, e até mesmo na mobilização do imaginário da própria extrema direita atualmente no poder. No entanto, o que importa destacar é o caráter inovador que se estabeleceu a partir da configuração das manifestações que se deram a partir delas: a organização em rede; a ausência de lideranças, ao menos no discurso, em favor de múltiplos vetores organizacionais; e o uso intensivo de plataformas digitais para difusão imediata das manifestações, atravessando o espaço oligopolizado da mídia corporativa e das organizações tradicionalmente associadas à ação coletiva, tais como movimentos sociais e partidos políticos de esquerda.

Por mais que, em diferentes momentos seguintes, outras manifestações tentassem estabelecer lideranças claras, as características elencadas acima acabavam por prevalecer. As manifestações de junho de 2013 inauguraram um novo momento ao trazer junto da questão coletiva a marca da conectividade, com seus benefícios, como a diminuição dos custos de mobilização e rápida difusão, e seus efeitos colaterais, ao menos no caso brasileiro e carioca, de onde vejo, como a dificuldade de constituir um projeto político, dando vazão à dimensão destituente em um contexto de falência da representação política. Cabe, então, pensar experiências de organização que se deram em momentos específicos para, ao final desta seção, dar espaço à experiência da extrema direita, não de forma

moralista, mas entendendo-a como um segmento político que aproveitou uma oportunidade para ocupar de forma competente um espaço que estava dado.

Os favelados constituem um segmento social que apresenta modos de organização em um contexto de precariedade, conflitividade e presença restrita do Estado, quase que exclusivamente por meio das forças policiais, frequentemente gerando mortes. O cenário desfavorável não impede o surgimento de iniciativas, tais como o Coletivo Papo Reto, o jornal *Voz das Comunidades*, o Coletivo Fala Akari, a rede de crítica epistemológica “Pra que e pra quem servem as pesquisas sobre as favelas?” e ações no campo da cultura, em especial com ritmos como *funk*, *rap* e *hip hop* – que não irei elencar aqui, mas merecem um breve destaque, como o Baile da Gaiola, promovido pelo DJ Rennan da Penha.

O Coletivo Papo Reto, surgido em 2014, com atuação no Complexo do Alemão, pode ser visto como parte do movimento midiativista, que teve seu momento mais visível nas manifestações de junho de 2013, mas que, no Rio de Janeiro, se estenderam até meados de 2014. Fazendo uso de plataformas digitais, aplicativos como WhatsApp e, mais recentemente, um *site* próprio, o Coletivo Papo Reto atua na denúncia de recorrentes violações de direitos humanos pelas forças policiais, bem como na proteção e prevenção dos moradores do Complexo do Alemão frente às incursões das forças policiais.

O mesmo território favelado já tinha sido berço do jornal *Voz das Comunidades* por conta da ocupação militar que se deu ali em 2010. A pretensão é dar visibilidade às favelas, geralmente associadas pela mídia corporativa a local de combate ao tráfico de drogas. Na esteira dessa preocupação com a valorização da vida em um cotidiano que é massacrado de forma recorrente, o Coletivo Fala Akari promove atividades socioculturais na Favela de Acari, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, sem deixar de atuar na denúncia das constantes incursões policiais no território.

Uma atividade que vem sendo promovida com consistência desde 2017 é o “Pra que e pra quem servem as pesquisas sobre as favelas?”, uma roda de conversa itinerante que problematiza as pesquisas e os pesquisadores que atuam em favelas, promovendo uma

crítica epistemológica que ganha, aos poucos, espaço acadêmico a partir da produção de conhecimento favelado.

Um vetor organizativo que me parece fundamental é o feminismo. Em 2015, a Primavera Feminista teve lugar no segundo semestre, rompendo com a disputa institucional que já tomava conta do debate público em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff. Deflagrada por conta da PEC 181, que propunha a proibição do aborto em caso de estupro, capitaneada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a organização das mulheres se deu de acordo com os preceitos da inovação das manifestações de junho de 2013: convocada pelas plataformas digitais, viabilizou a participação rapidamente difundida de diferentes organizações feministas que conseguiram barrar a PEC, bem como o engajamento individual de interessados e apoiadores da causa.

Por mais que o movimento feminista nos anos seguintes tenha se voltado para a organização do Dia Internacional de Luta da Mulher, o feminismo se configura como vetor organizativo fundamental na luta contra o patriarcado, que, como estrutura social, atua em conjunto com o capitalismo na construção desigual da sociedade. No bárbaro assassinato de Marielle Franco, foi o movimento feminista que deu consistência às manifestações que se seguiram em protesto, da mesma forma que, no final de setembro de 2018, materializou a manifestação #EleNão contra o então candidato Jair Bolsonaro, reunindo número expressivo de pessoas nas ruas.

Também no final de 2015, em São Paulo, os estudantes secundaristas se organizaram para ocupar escolas que estariam submetidas a um processo de “reorganização” proposto pelo então governador Geraldo Alckmin (PSDB), que afetaria o cotidiano escolar, sendo feito de forma autoritária e sem participação estudantil. O processo de ocupação das escolas foi vitorioso, com a revogação do decreto. Para além das escolas, os secundaristas paulistas promoveram uma série de inovações, tais como os “carteiraços”, que promoviam aulas nas ruas, fora o uso de plataformas digitais para divulgar o cotidiano das ocupações como um modo de organização colaborativo e horizontal.

Na esteira desse movimento, em 2016, o país assistiu uma série de ocupações secundaristas em diferentes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará foram os principais no primeiro semestre. No fim do mesmo ano, os estudantes voltaram a ocupar as escolas contra a reforma do ensino médio e a PEC do Teto de Gastos. Nessas ocupações havia um padrão: o cotidiano era definido pelos alunos, havia um repúdio à presença de organizações partidárias, uso intenso das tecnologias da informação e comunicação e manifestações de rua em articulação com outras ocupações.

Por fim, para além de toda sordidez envolvida na ascensão da extrema direita materializada na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, cabe fazer uma análise menos apaixonada do fenômeno ou que não seja restrita à política *stricto sensu*. Por que não pensar a questão da coletividade e conectividade em um hibridismo organizacional e sua materialização na forma pela qual Jair Bolsonaro chegou ao poder e como governa, numa espécie de campanha permanente?

O contexto de falência da representação política, antipetismo e esgarçamento da esfera pública se junta ao uso de tecnologias da informação e comunicação que inauguraram nichos que foram mobilizados a contento, em especial conservadores e evangélicos, com as bençãos do mercado financeiro e o agronegócio, bem como uma mídia corporativa que lavou as mãos ao colocar de forma simétrica os dois postulantes, configurando elementos fundamentais para sustentar a candidatura de Jair Bolsonaro. A questão é que esses vetores se organizaram com as tecnologias, em especial o aplicativo WhatsApp, que teve atuação fundamental, nos termos de Latour (2012), que vê os não humanos como participantes dos fluxos de ação.

Nesse sentido, houve um aproveitamento da oportunidade política que se abriu quando as demais alternativas se esgotaram em um contexto específico. A questão que se coloca é: como aproveitar as experiências cotidianas que proliferam de forma antagônica ao imaginário conservador que hoje está no poder a fim de que se produzam novas alternativas para que as pessoas retomem a esperança e não só a luta diária pela sobrevivência, pensando além da representação política falida e de um regime político que se apresenta cada vez mais fechado?

Considerações finais

A reflexão que proponho envolve considerar um contexto em que a ação coletiva nas redes de comunicação da vertente política progressista encontra limites que não estavam dados para o campo da esquerda, por exemplo, quando eclodiram as manifestações de junho de 2013, que considero um marco na cena política brasileira contemporânea. Dentre esses limites, cabe entender se a dificuldade criativa da esquerda brasileira frente ao poder constituído se relaciona com o fato de que as plataformas digitais apresentam limites cada vez mais claros para a construção de um projeto político alternativo ao neoliberalismo vigente, na medida em que os algoritmos filtram e criam nichos que vão contra a coletividade a partir da conectividade, gerando um individualismo em rede, bem como podem ser consideradas a base de expansão neoliberal contemporânea. Da mesma forma, há uma grande capacidade de adaptação ao novo ecossistema midiático pelos atores políticos que estão no poder, seja pela facilidade de disseminação no ódio – que as plataformas digitais permitem, como destaca Morozov (2018) –, seja pela disseminação de desinformação em rede, que sintetizamos no fenômeno das *fake news*.

Não resta dúvida de que as saídas a serem construídas devem vir da ação política, coletiva, conectiva mediada por organizações híbridas, sendo que talvez estejamos voltados em demasia para os processos políticos de uma representação falida. Por que não nos voltar para as dinâmicas das redes do cotidiano de uma micropolítica que tentei mobilizar com os exemplos dos favelados, das mulheres e dos secundaristas, que podem ser tidos como alguns dos vetores de mobilização e organização das possibilidades de superação do poder constituído que parece intransponível na conjugação de conservadorismo, religião evangélica, pensamento econômico ultra neoliberal, agronegócio, punitivismo e militarismo que designamos como extrema direita?

Contra esse poder constituído, os desafios envolvem articular diferentes vetores organizativos que se perfazem constituintes de alternativas que já existem em uma sociedade interconectada, desfazendo os enredamentos dominantes e criando novas sociabilida-

des, preferencialmente presenciais nas origens, a fomentar redes de comunicação que atravessem criativamente os espaços das plataformas digitais, tornando-as espaços de passagem e não de presença – que essa seja devolvida ao espaço das ruas e dos debates, reconstituindo uma esfera pública, que está cada vez mais desfigurada. É fundamental também lutarmos contra a barbárie chancelada por discursos civilizados em nome do liberalismo associado ao que há de mais repugnante. Sobretudo, devemos afirmar que não há saída fora da política e dos afetos alegres.

Referências

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 34, p. 315-338, set./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p315>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n34p315>. Acesso em: 6 jul. 2019.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. *Information, Communication & Society*, vol. 15, n. 5, p. 739-768, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254296720_The_Logic_of_Connective_Action. Acesso em: 19 fev. 2020.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHADWICK, Andrew. Digital network repertoires and organizational hybridity. *Political Communication*, vol. 24, n. 3, p. 283-301, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248988349_Digital_Network_Repertoires_and_Organizational_Hybridity. Acesso em: 19 fev. 2020.

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina. *Digitally enabled social change: activism in the internet age*. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2011.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

MENEGAT, Marildo. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros de um relógio no pulso de um morto e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NUNES, Rodrigo. *Organisation of the organisationless: collective action after networks*. Lünenburg: PML Books & Mute, 2014. Disponível em <https://www.metamute.org/editorial/books/organisation-organisationless-collective-action-after-networks>. Acesso em: 19 fev. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAU-GOTT, Mark (Ed.) *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham (NC): Duke University Press, p. 15-42, 1995.

Ódio na rede do Gabinete

*Tamara Tania Cohen Egler
Rafael Barbosa*

Como se organiza a rede tecnopolítica responsável pela difusão de *fake news* em favor do governo Bolsonaro?³ Essa pesquisa nasce de nossa interrogação diante da eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. Era preciso examinar, analisar e representar a importância da rede tecnopolítica que sustentou a sua eleição e sustenta o seu governo. O desvendamento da rede bolsonarista foi lento; na primeira etapa da pesquisa foi possível ler a participação de agentes políticos, econômicos, midiáticos americanos e brasileiros de ideologia neoliberal e conservadora.

A criação da CPMI das *fake news* faz avançar a nossa pesquisa porque publicou os nomes e ações dos seus membros. Com isso foi possível identificar a formação dos atores associados à rede, os processos e sentidos da comunicação, o que nos permite representar a estrutura da rede e seu sistema de circulação da informação bem como os significados de comunicação.

Na CPMI das *fake news*, principalmente no depoimento de Joice Hasselmann, foi possível examinar a divisão do trabalho na rede, que são três grupos de atores, a saber: influenciadores, produtores de conteúdo, difusores. Essas três etapas mais parecem uma divisão taylorista do trabalho dentro de uma fábrica de *fake news*; para alcançar um número significativo de internautas ela precisa ser orquestrada por um batalhão de pessoas responsáveis pela sua difusão. Vejamos como são as etapas desse processo de comunicação que deriva na política:

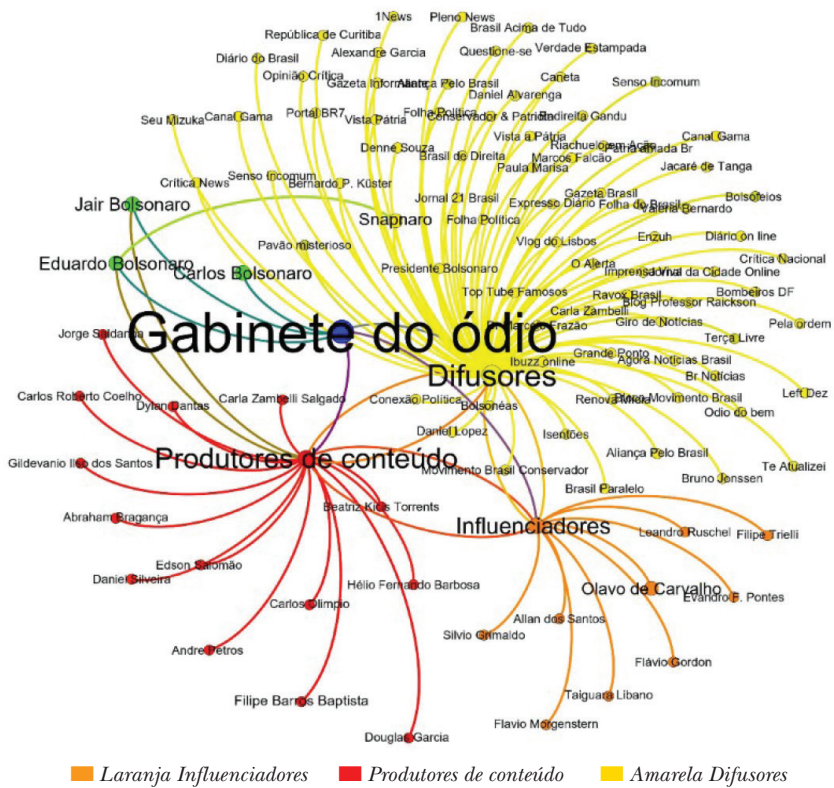
Influenciadores = ideólogos, são responsáveis por propor a narrativa de valorização do campo conservador bolsonarista; é o núcleo duro.

Produtores de conteúdo = cultura, mídias, mídias digitais, são responsáveis pela produção de conteúdo digital; ampliam a formação.

Difusão = todos juntos produzem a difusão dos conteúdos de defesa dos valores bolsonaristas, pelos membros associados e seus robôs¹.

Com esses dados na mão foi possível representar a rede que faz a ampla difusão junto aos brasileiros; vejam no Grafo 1 abaixo.

Grafo 1



Fonte: pesquisa própria no banco de dados do Labespaço.

A teoria das redes informa como as redes não nascem do dia para a noite, mas resultam de um processo de atração de atores que acontece em três etapas, conforme estamos observando na rede asso-

¹ Depoimento de Joice Hasselmann a CPMI das fake News.

ciada à eleição e governo bolsonarista. Na primeira, trata-se da organização do núcleo duro, que responde pela concepção dos seus objetivos e pela atração de seguidores; a segunda etapa, de extensão, está associada à ampliação dos atores, sendo que a terceira etapa é a sua autonomização, quando cresce rizomaticamente (RIBEIRO, 2018).

Os influenciadores são formados pelos ideólogos e agentes políticos associados, e o mais conhecido é Olavo de Carvalho. Como sabemos, sua ideologia nazifascista por si só revela a violência da necropolítica² que sustenta sua ação. Sua condição como importante ideólogo de Bolsonaro³ informa sobre o sentido de seu governo autoritário, centralmente organizado, emanando ódio contra tudo e todos que se opõem à sua ideologia conservadora. São eles que propagam um ideário terraplanista, destruição da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, apagamento das ciências sociais, perseguição e violência de toda ordem contra todos os opositores. A centralidade de difusão de um discurso *fake* tem por objetivo a produção de uma realidade inexistente; sua ampla difusão por mediação da rede tecnopolítica conduz para a produção de uma subjetividade coletiva ficcional. O descolamento entre o que existe e o que se representa produz uma ruptura entre o real e o simbólico, conduz para a angústia, e esta, para a violência (FREUD, 2011).

Os opositores são alvos de bombardeamento de sentidos pejorativos, quando não são ameaçados de morte, como aconteceu com intelectuais e políticos de esquerda. Até os juízes do Superior Tribunal Federal (STF) foram alvo de *fake news* que tinham por objetivo a destruição de sua dignidade e de seu poder. Foi possível ver todo tipo de falsas acusações, desde mentiras sobre a sexualidade, o corpo, ou acusação de fatos que nunca existiram, bem como o bombardeamento de sites opositores, entre outros. Têm por objetivo aniquilar o opositor pela enunciação de um discurso que faz todo tipo de inversão, produz medo e imobiliza a política. A sua crueldade têm por propósito impedir qualquer ação discursiva que possa colocar em risco o seu poder hegemônico.

² Para usar o conceito de Mbembe (2019).

³ Depois da exoneração de Weintraub Ministro da educação, o grupo Olavista perdeu a hegemonia do poder, em benefício dos militares.

Os produtores de conteúdo são os *designers, videastes, escritores*, e são eles que transformam os sentidos propostos pelos influenciadores em conteúdo digital. A cada fato político são produzidas representações que manipulam a realidade. Por exemplo: quando Haddad, então candidato à Presidência, circulou nas redes um vídeo que o acusava de estimular a homossexualidade de crianças, ou imagens de Joyce Hasselmann em um corpo de porca, representações heroicas do presidente fantasiado de super-homem, ou, mais recentemente, mentiras sobre a pandemia Covid-19, como, por exemplo, “o trabalho liberta”⁴. Existem programas de informática que adaptam o movimento da boca com a fala das pessoas e outros que modificam o rosto dos personagens, trocam a voz de uns pela voz de outros, e é possível manipular o movimento dos olhos e da boca; quando não substituem o rosto, inventam cenários, produzem qualquer sentido que se queira documentar. E alcançam o seu desígnio de produzir uma representação simbólica fictícia.

Os últimos pronunciamentos do presidente Bolsonaro, minimizando a pandemia, criam uma confiabilidade na subjetividade coletiva, e as pessoas passam a agir a exemplo de sua liderança, o que vem para ampliar o número de mortos da pandemia do Covid-19, que toma conta do Brasil e do mundo. Quando desrespeita as recomendações de isolamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), infectando e matando milhares de pessoas, principalmente os mais velhos, os negros e os mais pobres, transgredir todos os limites da vida. Toma para si o direito de decidir quem pode viver e quem deve morrer, uma necropolítica de instrumentalização da vida humana e destruição dos corpos e das populações (MBEMBE, 2019).

Não menos importante é examinar as práticas políticas de Mark Zuckerberg – dono das plataformas Facebook, WhatsApp e Instagram. Se considerarmos que no Facebook são quase 3 bilhões de pessoas conectadas e no WhatsApp são 2 bilhões, então podemos imaginar o poder de formação de uma subjetividade coletiva global. Não é nenhuma novidade apresentar Zuckerberg como liberal. Lembro apenas que ele foi julgado pela Corte americana a pagar

⁴ Frase inscrita na entrada de Auschwitz.

5 bilhões de dólares por violação da privacidade dos internautas conectados na plataforma⁵.

A função dos robôs é ampliar rizomaticamente a difusão de mensagens. Eles são fáceis de produzir, custam pouco, em geral, e sua circulação na rede pode envolver poucos computadores conectados na rede o tempo todo. Isso explica como essa ferramenta atua na Internet, sobretudo nas redes sociais, dispararam as mensagens em diferentes plataformas, como no WhatsApp, Instagram e Facebook; forjam discussões artificiais, publicam hashtags, e suas postagens automatizadas podem chegar a 30 mil interações em 24 horas, o que permite sufocar qualquer debate espontâneo sobre narrativas opositoras. Penetram rizomaticamente na capilaridade do tecido social para ampliar de forma fraudulenta o número de seguidores.

Em pesquisa da UOL foi possível analisar 1.690 linhas telefônicas nacionais e internacionais, contas e grupos de WhatsApp⁶. No topo dessa lista estão contas com características de robôs, onde se aplicam os programas que operam as contas automaticamente para espalhar mensagens como se fossem pessoas de verdade. Uma das contas chegou a enviar 14 mensagens diferentes em um período de apenas 30 segundos⁷. Em seu depoimento à CPI das *fakes news*, Joice Hasselmann afirmou que o valor de mil disparos feitos pelos robôs custa em média 10 mil reais.

A Imperva, empresa especialista em segurança digital, realizou uma pesquisa que examinou 17 bilhões de visualizações de páginas sobre um total de 100 mil páginas. Seus resultados indicam que 52% do tráfego total da Internet é vinculado ao uso de *boots* de todos os tipos, dos quais 29% são produtores de conteúdo falso, enquanto 23% são de utilidade pública. Uma outra pesquisa desenvolvida por cientistas da Universidade de Indiana⁸, em 2017, identificou

⁵ <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/07/24/facebook-pagar-multa-de-us-5-bilhoes-por-violacao-de-privacidade.ghtml>

⁶ Pesquisa realizada pelos grupos de ativistas digitais "Programadores Brasileiros pela Pluralidade e Democracia" e o "Hackers pela Democracia".

⁷ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>

⁸ <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/07/o-que-e-bot-conheca-os-robos-que-estao-dominando-a-internet.ghtml>

aproximadamente 1,87 milhões de robôs em apenas duas contas do Twitter de Jair M. Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro.

Os indicadores de pesquisa de universidade brasileira⁹ nos informam que robôs são responsáveis por mais da metade das publicações favoráveis ao presidente Jair Bolsonaro no Twitter. Por meio de ferramentas de ciência de dados demonstram que robôs responderam por 55% dos 1,2 milhão de *posts* que usaram a expressão #BolsonaroDay para homenagear o presidente em 15 de março, dia de atos de rua pró-governo¹⁰. Foram identificadas 23,5 mil ações de comunicação não humana a favor do presidente, em um universo total de 66 mil usuários que publicaram a *hashtag* naquele dia. É um exército de não humanos que são programados para atacar os opositores e valorizar os associados para ampliar de forma mentirosa o número de seguidores e *likes*, e tem por meta difundir uma narrativa conveniente para seu criador.

A função desses robôs era tuitar e retuitar a fim de engrossar estatísticas de personalidades e de políticos. Os resultados da pesquisa identificaram mais de 1.000 características que diferenciam humanos de robôs, classificadas em três categorias:

- **Padrão social:** sem conteúdo original, retuítam conteúdos vindos dos poucos influenciadores.
- **Perfil:** pouca personalização do perfil, sem foto, idioma, localização etc.
- **Atividade:** atuando em conjunto, produzem as mesmas publicações, ao mesmo tempo de curta duração.

Para analisar as relações entre a rede do ódio no gabinete e a rede do Facebook, ambas capitaneadas pelo clã Bolsonaro¹¹, era

⁹ Desenvolvida pelas professoras Rose Marie Santini, da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, e Isabela Kalil, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo-Fesp SP.

¹⁰ <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/03/55-de-publicacoes-pro-bolsonaro-sao-feitas-por-robos.ghtml>

¹¹ Egler, Tamara Tania Cohen, A invisibilidade da rede bolsonarista, artigo encaminhando para publicação.

preciso examinar a função de *betweness*¹², que faz a articulação entre as redes. Aqui emergem Eduardo e Carlos Bolsonaro, que orquestram os processos e atuam na sua articulação. Como foi amplamente divulgado pela imprensa, Eduardo Bolsonaro tem uma importante articulação com Steve Bannon, diretor da Cambridge Analytica, importante organização que manipulou as eleições nos EUA, no Brexit da Inglaterra e – por que não dizer? – do Brasil. No seu *Guerras híbridas*, Korybko (2020) afirma que essa manipulação dos sentidos foi aplicada em 48 países. E Carlos Bolsonaro é apontado como o coordenador do gabinete do ódio.

As mensagens que circulam se constituem em representações esquemáticas e destituídas de pesquisa científica. Reduzem as relações sociais a representações delirantes. Seus autores têm por objetivo enunciar uma narrativa artificial para transformar as relações objetivas, isto é, querem construir um mundo social próprio a sua ideologia pela transformação das suas representações. Para isso, moldam a opinião e a vontade dos seguidores à luz de sua própria ideologia. Estão ancorados em linguagens fraudulentas, negam o conhecimento acumulado pela ciência; são falsidades sem referentes na vida cotidiana (TIBURI, 2019). Têm por objetivo eliminar todo pensamento que não se enquadra no seu projeto ideológico. Não passam de representações que produzem um pensamento doutrinado e que tem por objetivo alcançar uma subjetivação coletiva, um consenso social que resulta do discurso *fake* e empodera a rede de criadores.

Os resultados dessas práticas são nossas conhecidas: trata-se de impor um projeto de sociedade amorfa, incapaz de pensar e agir de forma autônoma, mas pensar apenas a partir da enunciação de seu líder. É uma estratégia transcendente de controle social que tem por objetivo, manter o sistema de informação e comunicação no imaginário. Produzir uma política pública que resulta em fatos concretos que transformam profundamente a existência de homens, mulheres e crianças no Brasil, eliminando condições de existência duramente conquistadas ao longo da nossa história.

¹² Na tradução para o português dizer entre dois.

Como adverte Michiko Kakutani (2018), a teoria da pós-modernidade, que destruiu narrativas históricas, permitiu separar *o dito do feito*, produzindo a percepção de que tudo é uma narrativa e tem por resultado uma montanha de *fake news*, mentiras que produzem os sentidos e ações políticas em benefício dos grupos que apoiam a política liberal, religiosa e conservadora. É um discurso que deforma e modifica os fatos do acontecer, o pensamento e a ação política. Sabemos que o conhecimento antecede a ação política, e se falseamos, enganamos, desfazemos o acontecimento, imobilizamos a ação política. A imposição de um discurso mentiroso, centralmente autoritário, produz um exército de homens que dispensam o exercício da razão, incapazes de pensar de forma autônoma e de agir por dentro do tecido social; são treinados para reproduzir práticas de violência. A enunciação do discurso *fake* manipula as emoções e conduz os seguidores do presidente eleito para um ideário autoritário, e sabemos, desde Hanna Arendt (1994), que a violência começa onde termina o pensamento e a fala, centrado no autoritarismo, exerce a violência nas suas ações políticas. Esse sistema de informação e comunicação foi concebido para dar legitimidade ao exercício dessa violência e tem por objetivo eleger e manter o controle do poder político.

A análise de Korybko (2018) no seu *Guerras híbridas* revela o importante lugar da comunicação na política, e como essa estratégia foi aplicada em diferentes países do mundo. Não podemos deixar de citar o documentário *Privacidade hackeada* e, mais recentemente, *Dilema das redes* que, a partir de importantes depoimentos apresenta a ação da Cambridge Analytica, descreve o processo de manipulação da democracia e a sustentação de atores políticos em defesa de uma ideologia de extrema direita.

Sabemos que Cambridge Analytica teve acesso a 87 milhões de perfis de banco de dados do Facebook¹³, o que permitiu a análise desses dados por especialistas em psicometria e conduziu uma

¹³ Apenas muito recentemente o Facebook foi condenado a pagar 5 bilhões de dólares pelo fato de ter permitido acesso aos dados privados dos seus internautas, conforme depoimento de Christopher Wylie, funcionário da empresa para a corte americana. Disponível em [g1.globo.com > tecnologia > noticia > 2019/07/24](http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2019/07/24).

pesquisa para a caracterização da subjetividade humana, que teve por resultado a organização de 30 categorias de perfis de pessoas na totalidade dos seres humanos. Por exemplo, tímidos, vaidosos, racistas, nazistas, gentis, de esquerda, de direita, amáveis, delicados, LGBTs, e tantos outros que se possa imaginar. Quando os algoritmos derivados desse acesso permitiram a identificação de importantes eleitores, suas crenças e desejos foram usadas nas campanhas políticas para eleger candidatos de direita¹⁸. Esse fato permite compreender como o acesso à subjetividade dos eleitores permite que a narrativa de direita tenha o poder de produzir um discurso que orienta a ação política. O domínio sobre as características dos perfis roubados forma um importante banco de dados sobre a condição humana, as particularidades individuais e culturais das diferentes nações e controlam as práticas políticas.

A partir desses dados a rede global formada pela Cambridge Analytica desenvolveu a metodologia conhecida por OCEAN, cujo princípio é descobrir a subjetividade humana; seu alvo são os internautas, quando os pesquisadores analisam os perfis e identificam as personalidades. A concepção de algoritmos aplicados nesse enorme banco de dados tem por objetivo identificar as diferentes categorias de subjetividades das pessoas no mundo, como, por exemplo, pessoas abertas a novas experiências; conscientes de difícil manipulação; extrovertidas e abertas ao diálogo; gentis e solidárias; neuróticas com instabilidade emocional (ISAAC e HANNA, 2018).

O que torna possível identificar quem é contra a corrupção; quem preza valores morais e sentidos familiares; quem apoia a violência das armas; quem deseja a mudança política. Jair Bolsonaro alia tais instrumentos com um discurso simbólico escolhendo qual o discurso mais adequado a ser aplicado para cada grupo “OCEAN”, entregando de acordo com diferentes interesses o que cada um quer ouvir. Por exemplos, médicos recebem desinformação sobre a política de saúde; militares, sobre a coerção. O que pode explicar porque negros votaram com Trump apesar de todo seu racismo. Ou porque religiosos apoiam a violência das armas de Bolsonaro. Quando os algoritmos derivados dessa operação permitiram a identificação de importantes eleitores, suas crenças e subjetividades foram usadas em campanhas políticas para eleger candidatos de di-

reita¹⁴. Podemos supor como a aplicação dessa estratégia no Brasil permitiu a identificação de eleitores favoráveis a um nome *outsider* do campo político.

Essa metodologia permite a análise dos grupos sociais, formação de categorias por identidade compartilhada, concepção de algoritmos, o que forma totalidades de agrupamentos e permite a difusão maciça de mensagens rizomaticamente e diariamente. Através do compartilhamento entre WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter, pela edição de discursos antipetistas, anticorrupção e conservador essa estratégia alcança o seu objetivo de criar a integração dessa ampla rede.

Essa estratégia deu certo por que foi elaborada por uma rede sociotécnica global bem formada, por Robert Mercer, capitaneada pela Cambridge Analytica, composta por diferentes empresas que desempenham diferentes funções, e estão numa rede de territórios localizados em diferentes países da Europa e da América do Norte; uma rede global formada por organizações que desenvolvem funções conexas. Vejam abaixo:

LEVÉE DE FONDS, responsável pela captação de fundos para a promoção de atividades do grupo na França.

GLITTERING STEEL é uma pequena sociedade de produção audiovisual; localizada na Inglaterra.

TRACTS, seu foco é a gestão de atividades para a produção de eventos e tem por objetivo influenciar a opinião de outras pessoas.

PAS DE LIMITE, quer dizer sem limite; é uma empresa de publicidade sediada na França, responsável pela difusão de uma ideologia de direita.

BREITBART NEWS, *site* de extrema direita especializado em *fake news*; uma organização, sediada nos EUA, de jornalistas ideologicamente associados a um pensamento misógino, xenófobo e racista; Steve Bannon foi seu vice presidente até 2018.

SCL Group, Strategic Communication Laboratories, de propriedade de Robert Mercier, está localizada em Londres; em seu escritório, cientistas compilam e analisam bilhões de informações sobre os indivíduos a fim de melhor compreendê-los, com o objetivo de determinar o que motiva os comportamentos

¹⁴ Conforme depoimento de Christopher Wylie, funcionário da empresa para a corte americana.

humanos, o que permite a concepção de discursos de persuasão; para cada perfil de eleitores é direcionada uma mensagem que os identifica com candidatos.

Renaissance Technology LCC, é um fundo de investimento sediado em Nova York que se especializou em negociação sistemática usando modelos quantitativos derivados de matemática e análises estatísticas. Ele foi fundado em 1982 por James Simons, importante matemático analista da linguística computacional que recebeu importante premiação e foi seu presidente até 2009; é considerado o mais hábil administrador de dinheiro do mundo. Foi também dirigido por Robert Mercer, considerado o melhor criador de algoritmos do mundo. Atualmente a empresa é dirigida por Peter Brown que, assim como Simons, é cientista de linguística¹⁵.

Mais importante do que a empresa dedicada a fraudar eleições, é reconhecer a participação desse fundo financeiro de investimentos. Aqui está o nó górdio da análise. Nessa organização se reconhece como o avanço de um ideário de direita neoliberal defende a acumulação financeira capitaneada por fundos de investimentos, quando um governo de esquerda pode colocar em risco a sua existência. Por isso os algoritmos produzidos por Robert Mercer são usados tanto para manipular eleições como para gerar lucros na mediação de interesses políticos que derivam em lucros financeiros.

É possível identificar semelhanças entre a estratégia de ação dessa organização e a rede bolsonarista. Como podemos ler nessa rede, temos funções de captação de apoios, produção de conteúdo digital, difusão de eventos, que faz a defesa de uma ideologia de direita. Seus membros atuam de forma fragmentada em diferentes territórios, uma rede de organizações que se conectam pela mediação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e demonstra seu desígnio de ocultar o verdadeiro sentido de sua ação; é uma organização criminoso dedicada a fraudar eleições (KORYBKO, 2019).

Como foi amplamente documentado pela imprensa, Eduardo Bolsonaro esteve nos EUA quando teve a oportunidade de encontrar Steve Bannon, então diretor da Cambridge Analytica. Tudo

¹⁵ Vídeo Privacidade Haqueada, na plataforma Netflix

leva a crer que esse encontro firma um acordo para incluir a participação da Cambridge Analytica na campanha de Bolsonaro para a Presidência do Brasil. A função *betweenness* da teoria das redes explica como uma pessoa pode unificar redes; a circulação da informação e a comunicação entre seus membros permitiu a aplicação no Brasil dos mesmos procedimentos que foram usados nos EUA. Podemos observar como as duas campanhas de Donald Trump e Jair Bolsonaro apresentam a mesma estratégia de campanha. Ela valoriza a ideologia e glorificação do mito, e são eles que sustentam a ideologia nazifascista que fraudada a democracia.

O grafo abaixo permite visualizar os diferentes atores que participam da rede tecnopolítica que concebeu a campanha de Bolsonaro no Brasil. Através de procedimentos da inteligência artificial pela construção de algoritmos, e da difusão de discurso *fake*, produzem-se subjetividades coletivas em parte importante dos eleitores e orientam-se seus sentimentos para que votem em candidatos que contrataram as campanhas. Trata-se de uma estratégia perversa que tem por objetivo mudar o comportamento das pessoas; é uma guerra produzida pela manipulação de dados quando se cria uma realidade concebida pelos autores das campanhas em benefício de objetivos políticos de quem contrata, manipula sentidos e subjetividade das populações transformadas em objeto, destrói os sujeitos da ação (EMPOLI, 2020).

A importância dos bancos de dados, a *big data*, deve ser valorizada porque a partir da informática torna-se possível realizar operações de busca que alcançam identificar os grupos sociais. É preciso examinar o lugar da tecnologia de banco de dados, que amplia a capacidade de armazenamento, documentação, análise e intervenção sobre os grupos sociais. Esse avanço da informática contribuiu para que um número cada vez maior de informações circule, orientando e determinando os fenômenos econômicos, políticos, sociais e espaciais. Por exemplo, recentemente a megacorporação do Facebook, WhatsApp e Instagram, capitaneada por Mark Zuckerberg, controla o acesso aos bancos de dados, o que amplia as possibilidades de controle da vida social.

Ainda com Korybko (2019), quando ele analisa os governos autoritários em ascensão, observa as políticas de manipulações de discursos para formar um sentimento de ódio que produz medo e

promove o sentimento de busca da proteção do seu líder, e, com isso alcançar a adesão da população aos seus projetos políticos. Essa estratégia está sendo amplamente utilizada em diferentes países do mundo, divide a nação em grupos e produz o conflito entre os seus habitantes. Foram fraudadas 44 eleições, para citar as mais importantes:Trinidade Tobago, Lituânia, Romênia, Rússia, Inglaterra, EUA, Índia, Brasil, Malásia. Essas operações psicológicas classificadas como armas tecnológicas são amplamente utilizadas contra os eleitores dos países, para produzir uma guerra civil e destruir a sua própria nação.

São estratégias mediáticas que fragmentam as relações entre representação e existência social quando ignoram os avanços dados pelo conhecimento de agendas temáticas e, sobretudo, pela manutenção da colonialidade (QUIJANO, 2000). Não menos importante é observar como os processos de dominação, no presente contexto histórico, estão associados à percepção que considera a importância da tecnopolítica, dos seus sistemas simbólicos e dos conflitos que podem produzir. Para garantir o exercício da dominação, tornou-se mais eficiente empoderar redes sociotécnicas e produzir um sistema simbólico destituído de realidade, para manipular os sentidos e conduzir uma ação coletiva em direção ao alcance de objetivos políticos alheios ao interesse comum. O que inaugura uma revolução digital de direita, quando permite transformar a realidade e arruinar a democracia. Uma devastação da dignidade humana que deve ser considerada crime contra a humanidade.

Por essa razão, o modelo experimental de resistência precisa assumir a complexidade como princípio ético da episteme dialógica. Na construção dessa episteme é importante produzir uma comunicação que se aproxime da realidade, do que existe (RIBEIRO, 2011). Identificar os atores, seus processos e fatos, permitindo o respeito à ação possível e desvendando caminhos para uma apropriação socialmente justa do sistema de comunicação. Um modelo imanente concebido por muitas mãos, que valorize o homem e a existência social e resista ao pensamento da comunicação hegemônica, para permitir uma comunicação comprometida com a liberdade é o que podemos fazer para resistir ao processo de destruição dos homens e da sociedade em que vivemos.

Referências

- ARENDDT, Hanna. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.
- EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FREUD, Sigmund. *Mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Grandes ideias, 2011.
- ISAAK, Jim; MINA, J. Hanna. User Data Privacy: Facebook, Cambridge Analytica, and Privacy Protection, *The Policy Corner*. I IEEE Computer Society, agosto 2018.
- KAKUTANI, Michico. *A morte da verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Ed.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2011.
- TIBURI, Marcia. *Delírios do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Fake news: educação e alfabetização midiática como alternativas para o enfrentamento à desinformação

Rita Gonçalo

Introdução

*F*ake news são comumente percebidas como uma informação falsa, em alguns casos sensacionalista, apresentadas como um fato, publicadas e disseminadas em mídias. Apesar de o termo “falso” sugerir uma inverdade absoluta, há graduações, podendo se tratar de uma falsificação, um exagero de informação, uma especulação, opinião manipulada, uma distorção.

As *fake news* tiveram ampla ressonância no contexto dos últimos pleitos políticos em todo o mundo. Entretanto é preciso esclarecer: *fake news* são inverdades ditas desde muito tempo, só que na modernidade elas adquiriram uma nova roupagem, com o caráter de terem o avanço das tecnologias que reforçam essa expressão comunicacional muito popular.

A ação de disseminar intencionalmente informações falsas é uma prática que carrega uma longa tradição histórica. A história apresenta muitos casos de desinformação, como na Grécia antiga, com os relatos de Teofilos, no caso dos revendedores de rumores, ou a construção de uma outra realidade a partir dos sofistas e mestres da oratória (Cf. VOLKOFF, 2014; MONTOZA, 2016), passando pelo mundo antigo, Império Bizantino, Idade Média e períodos recentes do século 20.

De acordo com Martín Barbero (2009), essa prática conquista força no século XIX frente à consolidação da imprensa nos Estados Unidos, que se aprofunda no terreno da concorrência de mercado,

adotando práticas comerciais agressivas, utilizando principalmente o sensacionalismo como estratégia, o que vai resultar, já em finais do século 19, no nascimento da chamada *imprensa marrom* (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 201) – caracterizada pela seleção, apresentação e retradução de conteúdo sensacional. Marrom seria, portanto, a informação publicada sem a devida apuração, verificação e análise.

Fake news, jornalismo “marrom”, boatos, desinformação. A despeito dessas analogias epistemológicas, para entender o cenário da desinformação devemos compreender como a psicologia influencia o comportamento humano. Não somos bons em diferenciar o real do irreal; temos vulnerabilidades em nossa natureza que são exploradas por aqueles que criam notícias falsas. Essas vulnerabilidades, de acordo com Pinto (2018) estão em duas dessas crenças: o realismo ingênuo, que é uma crença de que sua percepção é a única certa; e o viés de motivação, com a ideia de que somos motivados a acreditar no que confirma as nossas crenças.

Marcel Mauss (2003), no ensaio *Esboço de uma teoria geral da magia*, relata que o ser humano tem essa tendência a buscar crenças mágicas. Quando o indivíduo recebe correntes de pensamento – cultural, político ou religioso –, incorpora aquilo como uma verdade absoluta, amplia e divulga para reforçar sua satisfação. Em nosso contexto atual, enfrentar essa transição implicaria, sobremaneira, reconhecer que nossos modos de lidar com a informação fragmentária – afeita a intervenções simbólico-narrativas, como a das diferentes redes digitais – são frágeis e calcadas em uma busca inócua por reconhecer padrões que, muitas vezes, inexistem no real, mas que são frequentemente emulados no ambiente digital.

A novidade é que *fake news* agora podem ser difundidas por instrumentos de comunicação que não apenas os jornais e a televisão. São as redes de comunicação digital que germinam, *a posteriori*, nas redes sociais *off-line*, como amigos, família, trabalhadores comuns do cotidiano. As estratégias políticas de difamação e manipulação de debates públicos estão ganhando corpo nas redes sociais, ambientes com maior presença de consumidores e de dados pessoais. Não é, portanto, uma ação centralizada.

Pode-se inferir que as ferramentas para orientar o consumidor-cidadão nesse magma de informação seriam uma das principais

formas de enfrentamento às *fake news*. Precisamos, então, de mediadores que realizem a ponte entre a educação e a cultura da informação, que resulta em uma postura reflexiva e de engajamento nos processos decisórios de nossa democracia. Sem isso, as manipulações tendem a se avolumar. Sob essa perspectiva, o presente texto busca apontar tendências gerais que cristalizam o fenômeno das *fake news* no âmbito político, social e digital, e como as alternativas instrumentais de combate à desinformação podem ajudar o cidadão no contexto democrático. Serão apresentados como os atores – empresas de mídia, ciborgues digitais, ativistas e cidadãos – se correlacionaram no ecossistema político nacional; a visão que especialistas em comunicação e política possuem em relação ao tema e a uma necessária educação digital e democrática; bem como um panorama de estratégias políticas – já utilizadas e/ou em projeção – por parte de organizações públicas e privadas para o combate às *fake news*, estimulando mudanças comportamentais e visando colaborar para o desenvolvimento do pensamento crítico dos cidadãos.

Por que as pessoas acreditam em *fake news*?

Por que há tantas pessoas – mesmo as mais estudadas e intelectualizadas – que acreditam em inverdades e compartilham *fake news*? Para que a gente entenda o cenário da desinformação devemos compreender como a psicologia influencia o comportamento humano. Nós, seres humanos, temos vulnerabilidades em nossa natureza que são exploradas por aqueles que criam notícias falsas. E quando se trata de política e contexto democrático, essas vulnerabilidades têm imbricação profunda com nossos valores. Isso quer dizer que somos motivados a acreditar naquilo que mais facilmente confirma as nossas crenças – especialmente se essas notícias são construídas a partir das personalidades nas quais ele acredita, mesmo que sejam notícias descontextualizadas, mesmo que seja desinformação.

Há dois filósofos que traduzem de forma bastante contundente esse fenômeno das *fake news* e seu impacto na vida das pessoas. Um deles é o filósofo francês Gilles Lipovetsky. Para Lipovetsky (2004; 2018), o cerne das *fake news* estaria nos paradoxos do presente (nas contradições do presente): o indivíduo, simultaneamente mais au-

tônomo e mais frágil, vive numa busca constante por verdades que assegurem sua existência no mundo. Há uma suspeita a respeito de tudo. As pessoas não confiam mais no governo, nas grandes instituições. A época atual é da desconfiança. Cada vez mais mobilizados por ideais de intervenção e reordenamento, os indivíduos observam o presente e buscam estratégias para compor verdades e crenças onde as questões morais e relacionais figuram, particularmente, como uma preocupação cotidiana e constitutiva.

Outro filósofo é o Vladimir Safatle, que nos aponta que o movimento de insurreições populares – especialmente a partir de 2013 com as passeatas de rua – vem questionando os limites de nossa democracia representativa por um lado, e por outro vem trazendo o reconhecimento claro de um certo esgotamento das figuras tradicionais de organização dos conflitos e dos antagonismos políticos.

É nesse cenário de esgotamento dos representantes que fulguraram na paisagem política durante muito tempo que as *fake news* começam a germinar ainda mais. Porém, de acordo com a formulação filosófica de Safatle, acreditar ou não na desinformação, numa notícia falsa, é uma questão de sujeição psíquica. Nós acreditamos de maneira muito peculiar naquilo que nos assujeita.

Quais são as demandas que as *fake news* incorporam? O que elas fazem circular? Qual são seus principais ambientes? Para responder a essas perguntas é preciso, antes, entender como funciona o ecossistema das *fake news*.

O ecossistema da desinformação e seus agentes

Por meio de uma revisão de literatura em plataformas especializadas na Internet constatamos que quem nos informa sobre o universo das *fake news* e os impactos na democracia – especialmente nas eleições gerais no contexto brasileiro – são, majoritariamente, publicações de: i) pesquisadores e grupos de pesquisa em comunicação, política e ciência da computação; ii) relatórios de institutos de análise de dados; iii) artigos de periódicos nacionais e internacionais. Dado o recorte temporal do fenômeno, concentramos a análise em materiais recentes, especialmente aqueles publicados entre os meses de junho a dezembro de 2018 – que com-

preende o período pré-eleitoral, durante as eleições, e a cobertura pós-eleitoral.

O Instituto Tecnologia e Equidade (ITE) privilegia uma designação científica para o termo *fake news*: desinformação. De acordo com o relatório *Desinformação em eleições: desequilíbrios acelerados pela tecnologia* (2018), a definição mais objetiva de desinformação é a “distribuição intencional de conteúdo inexato ou manipulado” (LANCHESTER, 2017). A finalidade das notícias falsas é gerar a impressão de informações confiáveis em seus consumidores, pois “recombinam pedaços factíveis de notícias, nomes, imagens, pessoas e locais que já vimos em contextos semelhantes” (MCGILLEN, 2017).

Uma das tecnologias presentes no contexto da desinformação é o chamado BOT – abreviação da palavra *robot* – que é um *software* construído com a finalidade de automatizar tarefas, conversar, atender pessoas sem a necessidade de interferência humana. Algumas de suas funcionalidades são: coleta de informações, execução de ações, gerar conteúdos e simular comportamentos humanos. Existe em cada uma delas BOTs que desempenham papéis positivos e benéficos e/ou negativos, maliciosos e hostis.

Os BOTs não são uma novidade técnica, pois já existem há bastante tempo. A robótica surgiu na década de 1940. Por trás das estruturas e tecnologias de informação, os BOTs tentam desenvolver ações comportamentais, empatia e demonstrar conhecimento. Eles são programados para ter um determinado perfil: período de atividades como qualquer ser humano, seguir usuários, cancelar amizades, postar conteúdos previamente selecionados, compartilhar conteúdo de outros usuários humanos e usuários de BOTs. Isso visa a criar a ilusão de um consenso espontâneo em grande escala, manipulando *trending topics*¹, iniciando movimentos por meio de sua rede de BOTs, e deixando que usuários humanos fortaleçam esses casos posteriormente. Há também os usuários híbridos – os chamados *cyborgs* (ou ciborgues) – que buscam disfarçar ainda mais o uso da desinformação nas redes sociais – por exemplo, através de simulado-

¹ *Trending topics* ou TT's (Cf. ITE, 2018) são uma lista em tempo real das palavras ou conteúdos mais postados e visualizados no Twitter em todo o mundo. Quanto mais comentado um termo ou assunto, os *trending topics* ganham força, permanecendo mais tempo no topo de uma lista de busca por palavras-chave.

res de voz e vídeos falsos com capacidade de verossimilhança muito próxima do real.

Os BOTs utilizam técnicas sofisticadas que analisam grande quantidade de dados para melhorar seu desempenho e alcance de acordo com a escolha dos conteúdos a serem postados para convencer os eleitores. Nesse cenário, alguns atores que constroem ou implantam BOTs são: lobistas corporativos, empresas de gerenciamento de conteúdo, ativistas cívicos que usam campanhas políticas (WU & GOLDSMITH, 2014). É bastante comum que sejam criadas colônias ou rede de BOTs, conhecidas como *farms*, que se dividem em operadores digitais (os líderes); pessoas e BOTs (os sistemas), que trabalham de maneira articulada. Os operadores são contas reais, que articulam a massificação dos BOTs. Eles compartilham ferramentas, metodologia, e utilizam a mesma estrutura física em diferentes casos. Também vemos o uso da inteligência artificial para sofisticar a comunicação dos BOTs sem serem reconhecidos. Além disso, há a possibilidade de uso das *deep fakes*, técnicas que permitem sobrepor imagens e vídeos aos conteúdos originais, criando imagens, áudios e vídeos falsos cada vez mais difíceis de serem identificados.

Para o uso de BOTS não há leis diretas e exclusivas no ordenamento jurídico brasileiro que regulamentem o manejo de robôs na Internet. Todavia, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dispõe, em sua cartilha sobre propaganda eleitoral na Internet² para as eleições de 2018, a coibição do uso de perfis falsos na Internet. Para tanto, o TSE usou o artigo 57-C da Lei nº 9.504/1997, cuja nova redação foi dada pela Lei nº 13.588/2018, que estabelece o seguinte:

É vedada a propagação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de con-

² Publicada em 12.06.2018 e distribuída em apresentação PDF e em formato de vídeo, que pode ser acessado pela plataforma SlideShare. A cartilha traz as principais regras a serem seguidas nas eleições por partidos e candidatos interessados em obter apoio de eleitores no meio virtual. A partir das informações fornecidas, os interessados podem entender melhor, por exemplo, as normas para o impulsionamento de publicações no Facebook e Instagram.

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/cartilha-interativa-orienta-sobre-propaganda-eleitoral-na-internet> | SlideShare: <https://pt.slideshare.net/tsejusbr/propaganda-eleitoral-na-internet-101922990>. Acesso em: 5 maio 2019.

teúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e representantes, para julgar todos os casos em que robôs sejam utilizados.

Essa interpretação é excessivamente genérica, dada a variedade de opções para o uso de BOTs. Diante desse cenário, é possível destacar quatro questões que ajudam na análise da responsabilidade da criação e utilização de perfis falsos automatizados (ITE, 2018):

- Responsabilidade civil, que caracteriza a delimitação da responsabilidade da participação do cidadão.
- Responsabilidade contratual, que caracteriza o vínculo estabelecido com a política de privacidade e termos de uso da plataforma.
- Lei de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018), prevendo maior controle por parte do cidadão em relação aos seus dados.
- Pseudoanimato, como forma anônima de pensamento ou manifestação de conteúdo.

Na esfera acadêmica, especialistas de áreas distintas do conhecimento mobilizaram esforços não apenas para compreender o fenômeno, mas também para encontrar formas de restringir o alcance das notícias falsas. Um exemplo foi a plataforma “Detecção Automática de Notícias Falsas para o Português”, desenvolvida pelo Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (Nilc), do Departamento de Ciências de Computação da Universidade de São Paulo (USP). Os resultados foram descritos na publicação *Computational Processing of the Portuguese Language* (2018). Nela, os pesquisadores descrevem as ferramentas adaptadas para o *software* desenvolvido, capaz de classificar notícias falsas e verdadeiras automaticamente em português, aplicando técnicas de inteligência artificial e aprendizado de máquinas. O sistema identifica as principais características dos textos no que se refere a classes gramaticais (quantidade de verbos, substantivos, adjetivos e advérbios, por exemplo), riqueza do vocabulário, tamanho da frase e erros ortográficos, entre outros

parâmetros. Para os pesquisadores (MONTEIRO et al., 2018), ainda que de forma inconsciente, quem escreve uma notícia falsa deixa rastros no estilo do texto. Uma das características mais marcantes das *fake news*, por exemplo, é a presença de erros – 36% dos textos falsos trazem algum erro ortográfico ou de sintaxe, ante 3% das notícias consideradas legítimas. Assim, ao processar as informações da base de textos, a inteligência artificial pode identificar um padrão que caracteriza as notícias falsas e as verdadeiras.

Para que se avance em uma compreensão mais complexa desse fenômeno, Wardle (2017 *apud* ITE, 2018) menciona sete tipos de naturezas de conteúdos para a desinformação e imprecisão:

Figura 1 – Sete tipos de natureza de conteúdos desinformativos



Fonte: ETE (2018), adaptado de Wardle (2017).

Como árbitros desse cenário, Kshetri e Voas (2017) catalogam três grandes setores: sociais, legais e econômicos. Entre os árbitros sociais, destacam-se: o papel da imprensa [mídia tradicional], grupos de vigilância de governança, acadêmicos e ativistas. A função deles converge em esforços de sensibilização pública. Já as agências de aplicação das leis e as agências governamentais são os **árbitros legais** que aplicam regras e regulamentos. No Brasil, ór-

gãos públicos – como o TSE, demais tribunais e também órgãos da Justiça Eleitoral – são exemplos de árbitros legais. Todos eles visam trabalhar na identificação da desinformação na Internet, na criação de mapeamentos de perfis falsos ou de outras irregularidades com atuação que pode concretizar ou colaborar em medidas reguladoras. Por fim, as plataformas de redes sociais e afins estão no topo do ecossistema como os maiores árbitros econômicos por incorporarem conteúdo de notícias, ferramentas de amplificação e propaganda.

Criadores, consumidores e árbitros da desinformação têm uma relação de influência mútua. Assim, quando um criador altera a percepção da verdade, ele é capaz de mudar a opinião de alguns consumidores, impactando a formação da opinião pública. Esse fluxo é considerado uma “pirataria cognitiva” (ITE, 2018). Nesse caso, modificar a percepção do usuário é o objetivo da operação. Os produtores de notícias falsas sabem disso e têm dois objetivos como estratégia ao criar suas correntes: gerar medo e emergência. Essa situação de alarde é vital para que as pessoas repassem a informação.

Especialistas apontam ainda um fenômeno que chamam de “formação de bolhas ideológicas” nas redes digitais (ZUCKERMAN, 2017; ITE, 2018) o que também facilita a propagação de notícias falsas. As pessoas procuram estar perto dos pertencentes aos grupos que se identificam. O problema reside no momento em que se perde a capacidade de senso crítico, bem como a habilidade de distinguir se uma notícia é falsa ou não.

Os efeitos da desinformação

Se antes as *fake news* poderiam restringir-se à imprensa tradicional, no contexto atual as fake news são difundidas por instrumentos de comunicação que não apenas os jornais e a televisão. São as redes de comunicação digital *online* – como WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram, Tik Tok, entre outras – que germinam, *a posteriori*, nas redes sociais *off-line*, como amigos, família, trabalhadores comuns do cotidiano.

Na mesma medida em que o ambiente digital tem o mérito de proporcionar um espaço de debate e interação entre as pesso-

as – que vem se tornando um instrumento importante de fomento à discussão política –, ele se tornou, também, um ambiente fértil para a disseminação de informações falsas. Então, além dos BOTs – abreviação da palavra *robot* – que são *softwares* construídos com a finalidade de automatizar tarefas e, por exemplo, disseminar desinformação para inúmeras pessoas ao mesmo tempo, pessoas com forte inclinação política também são responsáveis por proferir *fake news*, e isso vai se espalhando para a família, amigos e demais redes.

O Idea BigData, empresa de consultoria e pesquisa em opinião pública, realizou uma *survey* sobre o recebimento de *fake news* durante a campanha eleitoral em 2018 cujos resultados apontam que 67% concordam com a frase “eu certamente recebi *fake news* no WhatsApp durante a campanha eleitoral em 2018” (IDEA BIGDATA, 2019). Ainda de acordo com a pesquisa, a Internet via celular é a principal fonte de notícias para 32% das pessoas, perdendo apenas para a TV, com 36%. Rádio é a principal fonte de informação para 10% e jornais impressos para 6% – os dois perdem para amigos e família, com 12%.

O levantamento também demonstra a descrença das pessoas na mídia tradicional. De acordo com a pesquisa, a TV é a fonte mais confiável de notícias para 30%, seguida pela Internet via celular, com 29%. O alvo de maior descrença são os jornais impressos: apenas 26% dos entrevistados concordam com a frase “eu confio nos jornais impressos”, 43% discordam e 31% não concordam, nem discordam.

Entre os entrevistados, 52% afirmam confiar em notícias enviadas pela família em mídias sociais e 43% creem em informações mandadas por amigos. “A confiança das pessoas em notícias compartilhadas por amigos e familiares é o dobro da confiança em jornais. A maior parte das *fake news* são recebidas de amigos e família», diz Mauricio Moura, CEO do Idea BigData. De acordo com a pesquisa, apenas 22% das pessoas checam a veracidade das notícias antes de compartilhar.

A crença em *fake news* é um fenômeno sociocultural que envolve diversos fatores de alta complexidade. Entre os mais relevantes estão o analfabetismo digital, posto que a popularização da Internet

e a chegada de aplicativos de mensagens como WhatsApp são recursos novos para boa parte dos cidadãos. A educação do consumidor seria, então, o primeiro antídoto de enfrentamento às *fake news*. Sobre os fundamentos psicológicos e sociais das *fake news*, temos a recomendação de Frau-Meigs (2017) sobre a responsabilidade pessoal por parte dos usuários que devem ser encorajados a reduzir o compartilhamento de notícias falsas.

Educação e alfabetização midiática: alternativas para o enfrentamento à desinformação

Sob o olhar do ordenamento jurídico brasileiro existe a busca por coibir infrações relacionadas ao processo de desinformação por meio das seguintes legislações:

a) crimes contra a honra – como calúnia, difamação e injúria (arts. 138, 139 e 140 do Código Penal3);

b) falsidade ideológica (art. 299 - CP), propaganda com atribuição indevida de autoria, suspensão de conteúdo (Lei Eleitoral nº 9.504/97);

c) direito de resposta em veículo de comunicação social (Lei nº 9.504/97);

d) marco civil da Internet (Lei nº 12.965/14). Lei que estabelece as diretrizes para o uso da Internet por empresas e pela imprensa em geral.

O TSE brasileiro também propõe cinco estratégias para combater a desinformação (TSE, 2018; ITE, 2018), que residem nos elementos: i) educação do consumidor/cidadão; ii) alfabetização informacional e midiática; iii) contranarrativas com checagem de fatos; iv) criminalização via legislação, e; v) ações das empresas de redes sociais e pesquisa na Internet.

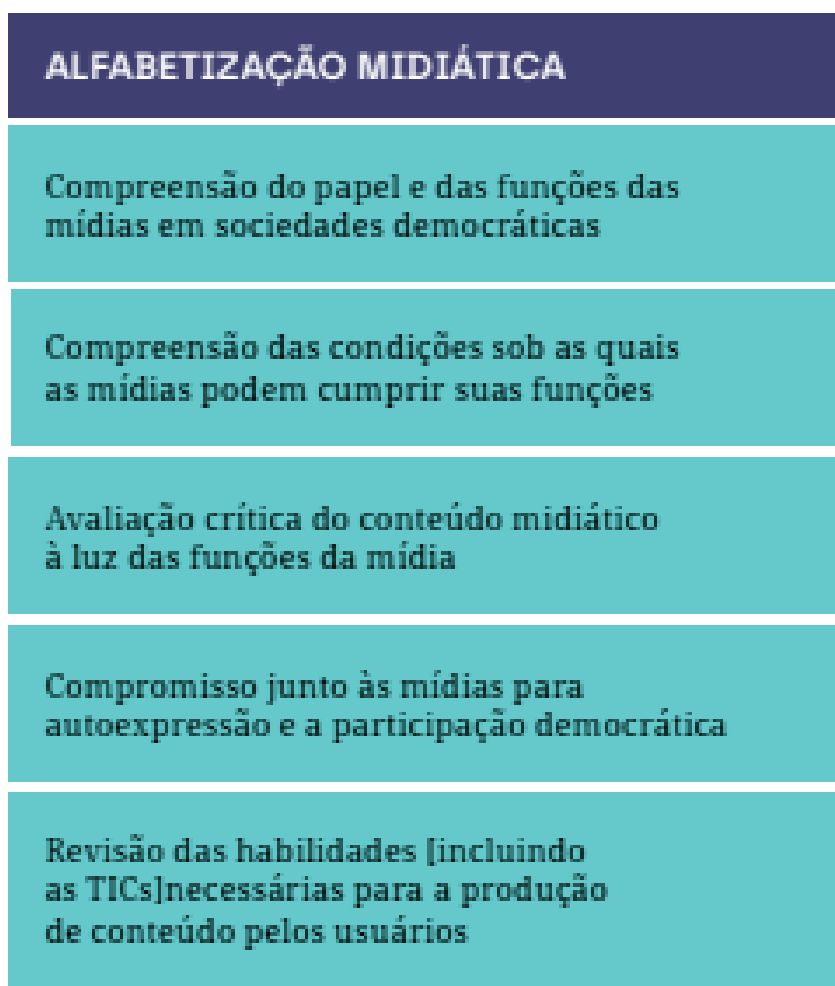
Observa-se que os órgãos competentes e os especialistas da área concordam que a educação é o único antídoto para combater as *fake news*. Na mesma linha, a pesquisadora e educadora norte-americana Renee Hobbs (2016; 2018) defende o investimento no campo educacional, desde a educação infantil ao ensino universitário, a fim de formar cidadãos que possam ter mais consciência, discernimento e autonomia frente a conteúdos vinculados nas

mais diferentes mídias (incluindo jornal, rádio, TV, *sites* e grupos de WhatsApp). Hobbs, que é uma das principais autoridades no tema da educação digital, define esse investimento como *alfabetização digital e midiática*, que é uma conceituação ampliada de alfabetização, que se expande para refletir mudanças em tecnologia, na cultura e na sociedade.

Para René Hobbs, pensar em alfabetização midiática implica capacitar cidadãos a analisar criticamente e, também, empoderá-los para que sejam capazes de criar conteúdos com ferramentas digitais favoráveis à democracia. Ser um espectador digital passivo contribui para que o ser humano absorva estereótipos e mal-entendidos que limitam seu conhecimento sobre o mundo. Em contrapartida, quando os cidadãos são estimulados a serem críticos sobre as escolhas que fazem como consumidores de mídias, conseguem escolher melhor (HOBBS, 2018).

Iniciativas comportamentais aos usuários de Internet são apontadas por Natalia Neris (2018) em artigo sobre o efeito dos discursos proferidos por parlamentares e mídia geral. Um primeiro ponto importante – sugere a pesquisadora – é que o critério não deve ser exatamente optar por uma mídia nova ou uma mídia antiga. Mídias tradicionais também podem cair em equívocos. O comportamento que conduz à educação digital seria identificar se, de fato, a notícia veiculada pelo meio de comunicação traz evidências, dados e fontes, bem como uma multiplicidade de entrevistados. Outra questão seria identificar se a notícia saiu somente em um veículo de comunicação ou se foi comentada também em outros canais de informação.

Figura 2 – Elementos da alfabetização midiática.



Fonte: ITE (2018), adaptado de Unesco (2013).

Com o aumento da conscientização dos públicos impactados, estima-se que novos esforços sejam organizados para combater a desinformação. Exemplos dessas iniciativas são a autorregulação das plataformas, códigos para fornecer respostas e combater algorítmicamente a desativação de contas; a legislação – conjunto de normas legislativas criadas para combater os processos desinformativos, com destaque para o regulamento geral sobre proteção de

dados da União Europeia³ –; educação com medidas que reforcem e assegurem o desenvolvimento intelectual e a alfabetização cidadã sobre como se prevenir contra desinformação; e o fortalecimento do jornalismo com a verificação dos fatos e ações que qualifiquem o debate público, reforçando a cultura da verdade.

O TSE brasileiro criou um *blog* chamado “Fato ou Boato”, onde, através de textos em linguagem clara e jogos interativos, o cidadão pode qualificar-se para o debate e ações instrumentais de enfrentamento à desinformação. Nele são encontrados: o passo a passo de como identificar uma informação falsa; série em vídeos sobre mitos eleitorais (envolvendo temas como propagandas, urnas, apuração de votos); e *quizzes* eleitorais para o usuário testar seus conhecimentos sobre desinformação, eleições e democracia. O *blog* também apresenta instruções gerais para identificar o que seja ou não uma *fake news*. São elas:

Quadro 1 – Orientações para identificar e reduzir o compartilhamento das *fake news*.

Fique atento à fonte da notícia	Preocupe-se com o conteúdo de sites sensacionalistas
Leia o texto da matéria, não apenas o título	Leia com atenção e fique atento aos erros de ortografia
Preste atenção no endereço eletrônico da reportagem	Confirme a notícia em outros <i>sites</i>
Leia outras notícias do mesmo <i>site</i> e avalie a veracidade	Cheque a data de publicação da reportagem
Procure saber sobre o <i>site</i> que publicou a informação	Confira a autoria do texto

Fonte: TSE (2020).

Ao ler todo o texto de uma matéria, o cidadão deve atentar para a ortografia das palavras, o vocabulário utilizado, tamanho da frase e erros ortográficos, entre outros parâmetros. Assim, ao processar as informações da base de textos, o leitor pode identificar um padrão que caracteriza a diferença entre notícias verdadeiras e aquelas possivelmente falsas.

³ Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia - UE 2016/679 (General Data Protection Regulation – GDPR), em inglês. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/priorities/justice-and-fundamental-rights/data-protection/2018-reform-eu-data-protection-rules_en. Acesso em: 5 maio 2019.

Outra sugestão apresentada pelo TSE (2020) é com relação às notícias veiculadas em formato de vídeo. Neste caso, se for um vídeo que o cidadão recebe e quiser averiguar se ele realmente expressa um conteúdo genuíno ou se foram utilizadas partes do vídeo para manipular uma informação específica, algumas dicas são:

- Verificar a plataforma onde foi feita a primeira postagem e a data inicial do vídeo.
- Verificar quais as outras plataformas que reproduziram o vídeo – se ele foi difundido na íntegra ou se foi cortado.
- Verificar se a pessoa – ou as pessoas expostas – no vídeo apresentaram comentários em resposta ao vídeo apresentado, quais os argumentos defendidos pelo protagonista de vídeo. Verifique isso antes de replicar a informação, principalmente se esse vídeo tem conteúdo político que visa manipular as mentalidades.

O comportamento que conduz à educação digital seria identificar se, de fato, a notícia veiculada pelo meio de comunicação traz evidências, dados e fontes, bem como uma multiplicidade de entrevistados. Outra questão seria identificar se a notícia saiu somente em um veículo de comunicação ou se foi comentada também em outros canais de informação – realizar uma contranarrativa com checagem de fatos.

O filósofo Gilles Lipovestky (2018) entende que é dever do Estado dar aos cidadãos instrumentos para que possam pensar melhor, resistir às *fake news*, acessar um universo técnico – especialmente na escola e na universidade – que permita às pessoas fazerem coisas criativas na vida privada e na vida pública. O ônus que se vislumbra é: abrir à participação implica muitas perdas para quem está no poder. A relação entre governo e sociedade modifica muito quando você qualifica a participação. Claro que a qualidade da democracia não é medida pela participação; é também medida pela deliberação e pelo grau de transparência. O Brasil cresceu muito sob esse ponto de vista, mas há um grande desafio: discutir as verbas públicas, para quem e onde elas são destinadas; discutir a qualidade tecnológica

dos governos; levar a sério a interferência que pode ser feita com informações falsas e com perfis falsos durante as eleições, sem perder a importância do debate das pessoas – no ponto de ônibus, os taxistas conversando, os grupos de família.

Instituições de educação – desde a escola até a universidade, passando por organizações de educação não formal – têm, no contemporâneo, a oportunidade de assumir papel de destaque na formação de uma geração mais crítica e consciente em relação à informação, que não é mais produzida e transmitida apenas pelos veículos tradicionais – como o jornal, a TV ou o rádio –, mas que é veiculada tanto pelas redes sociais como diretamente por mensagens instantâneas enviadas por celulares. Vale lembrar que não é preciso criar disciplinas específicas para tratar de educação midiática. Os projetos podem ser realizados dentro de disciplinas já presentes no currículo geral, como Língua Portuguesa, Informática e Ciências. Entretanto, para se resolver o problema da desinformação precisa-se de investimento massivo em políticas públicas em educação e ciência, para sairmos de um contexto de retrocesso em termos de diálogo público.

Igualmente importante é sair da posição, única e exclusiva, do conceito de rede social digital e pensar nas redes que temos na vida cotidiana: rede da família, da escola, do trabalho, rede de taxistas e outros motoristas, dos amigos de futebol, rede de coletivos políticos, feministas, entre outros – já que essas redes também são disseminadoras de opinião. O valor maior está em colocar o indivíduo no lugar de protagonista em seu próprio território – lar, comunidade, escola, universidade ou comunidade religiosa local –, reconstruindo uma rede *offline* de base para que assim todos tenham a oportunidade de ter ao seu alcance ferramentas educativas para o enfrentamento à desinformação, que não se dê apenas nos períodos eleitorais, mas que ocorram de forma constante, perene, no seio das comunidades.

Conclusão

Neste texto abordei algumas reflexões sobre como o processo educativo para o uso das redes sociais – especialmente no que tange ao compartilhamento de notícias – pode contribuir para o enfrenta-

mento à desinformação, mais conhecida como *fake news*. O conceito de *fake news* não consegue abarcar os diferentes tipos de desinformação que se pode ter numa sociedade, em meio a um universo de relações de causa e efeito estimuladas por notícias descontextualizadas. Vimos que os especialistas apontam que uma das medidas mais importantes é investir com mais urgência e intensidade no que se chama de “alfabetização midiática”, que significa capacitar as pessoas para compreender as funções da mídia e outros provedores de informação, avaliar criticamente seus conteúdos, e agir de forma reflexiva e ética nas diversas práticas sociais no ambiente *online* e *offline*, produzindo conhecimentos e exercendo protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Além disso, é fundamental que as autoridades legislativas – por meio do Ministério Público Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral – estimulem a sociedade civil, partidos políticos, plataformas e redes sociais para um caminho de ordenamento da divulgação das notícias, definindo protocolos de compartilhamento de informações padronizados que fortaleçam a comunicação direta e facilitem a conversão de denúncias em processos rápidos e precisos.

Há ainda um enorme trabalho de fortalecimento da democracia brasileira que vai nessa direção. O que não se pode esquecer são as formas de dialogar com as pessoas sobre a contranarrativa, e nesse contexto a educação e a alfabetização midiática têm preponderância fundamental.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. (Marco Civil da Internet). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.588, de 3 de janeiro de 2018. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Disponível em: <http://www.planal>

to.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13588.htm. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 19 abr. 2020.

FRAU-MEIGS, Divina. Desenvolver o pensamento crítico contra “notícias falsas” In: *Mídia: operação descontaminação*. The UNESCO Courier, v. 2, 2017.

LANCHESTER, John. Você é o produto: Mark Zuckerberg e a colonização das redes pelo Facebook. *Revista Piauí*. São Paulo, n. 132, set. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/voce-e-o-produto/>. Acesso em: 1º maio 2019.

HOBBS, Renné et al. Fake news or truth? Using satirical cues to detect potentially misleading news. In: Proceedings of 15th Annual Conference of the North American Chapter of the Association for Computational Linguistics. *Human Language Technologies*, p. 7-17, 2019.

HOBBS, René. Alfabetização midiática pode combater *fake news*. In: *Correio Braziliense*. Entrevista, 11.03.2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf_carreira/2018/03/11/tf_carreira_interna,665346/alfabetizacao-midiatica-pode-combater-fake-news-aponta-professora-dos.shtml. Acesso em: 2 maio 2019.

IDEA BIGDATA. *Fake news* nas eleições 2018. Brazil UK Forum. Disponível em: <https://ideiabigdata.com/casesclientes/> | <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/apresentacao-carolina-261119>. Acesso em: 6 set. 2020.

INSTITUTO TECNOLOGIA E EQUIDADE. *Desinformação em eleições: desequilíbrios acelerados pela tecnologia*. São Paulo: ITE, 2018.

KSHETRI, Nir; VOAS, Jeffrey. The economics of “Fake News”. 01.05.2017. Disponível em: <http://wmcyberintrusion.info/wp-content/uploads/2017/11/FakeNews2017.pdf>. Acesso em: 1º maio 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. Devemos civilizar o consumismo. In: *Trama: Indústria Criativa em Revista*. Dossiê Gênero e Indústria Criativa: produção, representação e consumo. Ano 4, vol. 6, n. 1, julho/2018, p. 218-227.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MCGILLEN, Petra. As técnicas das notícias falsas do século XIX continuam a resultar. 06.06.2017. Disponível em: <http://www.niemanlab.org/2017/04/>

as-tecnicas-das-noticias-falsas-doseculo-xix-continuam-a-resultar/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MONTEIRO, Rafael et al. Contributions to the study of fake news in Portuguese: New corpus and automatic detection results. In: Computational Processing of the Portuguese Language. *Springer Link*, 26 ago. 2018, p. 324-334.

MONTOZA, Marina Pelucci D. As fontes antigas do vocábulo grego μ : catalogação, tradução e comentário dos fragmentos. Tese de doutorado. 359 p. Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras, UFMG, 2016.

NERIS, Natalia. Um efeito alquímico. Sobre o uso dos discursos dos direitos. In: *Direito e Praxis*, vol. 9, n. 1, p. 250-275, 2018

PINTO, Márcio Vasconcelos et al. *Recomendações sistêmicas para combater a desinformação nas eleições do Brasil*. São Paulo: ITE, 2018.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: CosacNaify, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL [TSE]. Propaganda eleitoral na Internet – Cartilha. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/cartilha-interativa-orienta-sobre-propaganda-eleitoral-na-internet>. Acesso em: 4 maio 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL [TSE]. Estatísticas do Eleitorado. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>. Acesso em: 5 maio 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL [TSE]. Fato ou Boato? (*Blog*). Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/>. Acesso em: 7 set. 2020.

UNESCO. *Alfabetização midiática informacional – Currículo para formação de professores*. Brasília: UNESCO | UFTM, 2013.

VOLKOFF, Vladimir. *Pequena história da desinformação: do cavalo de Tróia à Internet*. Curitiba: Vila do Príncipe, 2004.

WARDLE, Claire. Fake news: It's complicated. 20.08.2017. Disponível em: <<https://medium.com/1stdraft/fake-news-its-complicated-d0f773766c79>>. Acesso em: 2 maio 2019.

WU, Tim; GOLDSMITH, Jack. *Who Controls the Internet? Illusions of a Borderless World*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ZUCKERMAN, Ethan. Redes sociais criam bolhas ideológicas inacessíveis a quem pensa diferente. 24.09.2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1920816-cada-macaco-no-seu-galho--zuckerman.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Políticas de comunicação comunitária diante de processos de legitimação social por parte de grupos de mídia tradicionais no Brasil

Adilson Vaz Cabral Filho
Eula Dantas Taveira Cabral

Introdução

Tanto o Estado, na formulação de suas políticas, como o Mercado, na demanda por ambientes empresariais que favoreçam seus negócios, vêm sendo grandes entraves ao fortalecimento das iniciativas de Comunicação Comunitária em todo o mundo, guardadas as especificidades nacionais e locais, que refletem o modo de como se organizam os sujeitos sociais na apropriação regulatória de políticas para o setor.

O Brasil se coloca como um caso em especial, na medida em que se trata de um país de dimensões continentais com forte incidência de meios privados, que se articulam em nível nacional e local com a sustentação de um aparato voltado para a regulamentação e a regulação em torno de interesses políticos e empresariais dos proprietários e sustentadores desses meios. Não é possível, em virtude desse cenário, compreender a Comunicação Comunitária apenas a partir de suas próprias iniciativas e possibilidades, desconsiderando que há elementos externos e internos que incidem na existência, continuidade e, até mesmo, na identidade desses meios.

Desse modo, propõe-se aqui formular um modelo teórico para a análise da Comunicação Comunitária desde a formulação de suas políticas e a partir de uma visão ampla do sistema de Comunicação, que compreende a relação entre Estado e Mercado, bem como seus setores específicos na área de Comunicação e seus modos de intervenção política.

Trata-se de analisar mais detidamente as estratégias dos grupos de mídia tradicionais (radiodifusores) no caso brasileiro para legitimar-se junto à sociedade, através de práticas de responsabilidade social nas temáticas abordadas em novelas e eventos, bem como no estímulo a iniciativas locais de jornalismo com envolvimento de moradores de bairros de baixa renda, compreendendo a articulação com reflexões oriundas das áreas de Políticas de Comunicação e Economia Política de Comunicação.

A opção pela análise relacionada a esses atores é restrita ao âmbito dos limites deste texto, compreendendo que os desafios impostos às iniciativas de Comunicação Comunitária não se restringem somente aos radiodifusores tradicionais, mas a outros atores como o setor de telecomunicações, o setor de empresas de Internet e mesmo componentes da política nacional, como setores ligados às igrejas ou a empresários locais ou de ramos específicos, que impõem determinadas restrições ao desenvolvimento das iniciativas comunitárias de comunicação.

Desse modo, no que diz respeito aos radiodifusores tradicionais, se evidencia a necessidade desses meios em afirmar atividades para legitimar-se em relação às estruturas de governos nacional, estaduais e locais (incluindo aí práticas conhecidas na literatura da área como de coronelismo eletrônico); em relação à população, que reconhece a importância e o poder da mídia privada como inquestionável instituição consolidada na sociedade, que assim mantém seu poder político a despeito do poder econômico que vem sendo ameaçado por novos entrantes nesse mercado.

As estratégias desses meios se baseiam na implementação de processos regulatórios de digitalização e de convergência tecnológica, que minimizem a entrada de novos atores e busquem preservar a distribuição de verbas publicitárias para oligopólios privados, com formação de redes verticais concentradas, de penetração ampla no território brasileiro e na vida cotidiana das pessoas.

Além dos meios comunitários, operadores de telefonia e empresas de Internet estão se constituindo como outra ameaça ainda mais visível ao negócio dos radiodifusores, por trabalharem em outros modelos de negócios, colocando em risco também o poder político que ainda exercem, através da formulação de leis favoráveis a esses novos grupos de mídia.

Diante desse cenário, cabe questionar: que políticas de Comunicação Comunitária e qual processo político são possíveis para que se transponha um quadro de inviabilidade de implementação de políticas públicas democráticas no setor no Brasil, a despeito de outros países latino-americanos? Como são tratadas questões como a inserção de iniciativas comunitárias na TV Digital brasileira, através do Canal da Cidadania, a revisão da legislação atual de rádios comunitárias, além da participação social nos canais públicos de Comunicação e da formação de Conselhos de Comunicação Social nos níveis nacional, estaduais e municipal?

Trata-se, portanto, de compreender uma análise descritiva da Comunicação Comunitária e suas tentativas recentes de regulamentação, a partir da pesquisa bibliográfica e documental em autores e ativistas que estão configurando esse campo de atuação crítica da Comunicação, na confluência de áreas que tradicionalmente andam por caminhos nem sempre comuns.

Estratégias de legitimação dos grupos de mídia

Os grupos de mídia tradicionais brasileiros buscam atuar localmente por perceberem que seus públicos buscam mais informações sobre o que vem acontecendo em sua comunidade, compreendendo, assim, um novo nicho de mercado. No caso da televisão no Brasil, em 1998, de acordo com a revista *Meio e Mensagem* nº 829, a Rede Globo investiu nas afiliadas do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais, aumentando o espaço para a programação local. Desde abril de 1995 houve investimentos na infraestrutura dos departamentos de jornalismo e comercial para que as emissoras ficassem mais locais. A Globo mexeu também em sua programação, criando programas que atingissem as pessoas das mais diversas regiões.

Hoje, além das parcerias com os grupos regionais, os conglomerados nacionais passaram a investir no jornalismo local. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Rede Globo exibe na capital um jornal local, em três horários, às 6h30min, 12 horas e 19 horas, difundindo notícias da cidade e regiões do interior do estado, discutindo e buscando soluções para problemas enfrentados pelos moradores (que telefonam, enviam e-mails ou mensagens por mídias sociais para a

emissora propondo pautas), além de eventos culturais. Os concorrentes diretos – Bandeirantes, SBT, Record e Rede TV – também seguem a mesma linha, mas, além do jornal, também abrem espaço para abordagens e programas de entretenimento.

A consolidação da busca desses novos mercados locais também se verifica no empenho dos grupos regionais brasileiros. Os que já possuíam suas redes criadas e o público definido, investiram em TV por assinatura, como fez a Rede Brasil Sul (RBS) no dia 15 de maio de 1995 com o lançamento da TVCOM, em Porto Alegre, considerada por Nelson Hoineff (1996, p. 98) a primeira experiência no Brasil de uma TV comunitária paga. O projeto da TVCOM foi baseado nas experiências de TVs comunitárias de sucesso como a City TV, no Canadá, que foi criada por Moses Znamier com o objetivo de cobrir exclusivamente o noticiário. Para o criador, o sucesso constatado em mais de 20 anos prova ser possível que uma televisão local supere uma rede nacional.

Observou-se ainda que os conglomerados nacionais privados passaram a investir na área de responsabilidade social. No caso da Rede Globo, seu *site* institucional foca que sua missão social está ligada a contribuir com a educação, temas e projetos sociais. Registra que o projeto “Criança Esperança”, criado em 1986, foi considerado pela ONU o “programa-modelo de assistência e exemplo para outras televisões do mundo”

Em 1999, A Rede Globo criou o projeto “Amigos da Escola” que, através de campanhas publicitárias e de coberturas jornalísticas, chama a atenção da sociedade para a ação voluntária e solidária na comunidade escolar, subsidiando, também, a realização de atividades complementares ao ensino curricular.

Em 1995, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), a Rede Globo criou a Ação Global, projeto que, durante um dia, junto com o SESI e outros parceiros da sociedade civil, empresas privadas e governo, ofereceram serviços nas áreas de educação, saúde, lazer e cidadania, como emissão gratuita de documentos, para a população carente do Brasil.

A Rede Globo tem uma área de Publicidade Social, cuja meta é a de veicular gratuitamente campanhas publicitárias de ONGs, sociedades médicas e entidades sociais diversas, além de eventos

culturais e campanhas próprias que trabalham com temas de interesse público. Na área da teledramaturgia, trabalham com “a difusão de conhecimento, a transmissão de mensagens socioeducativas e o incentivo ao debate e à mudança de comportamentos”. *O Espigão* (1974) foi a primeira telenovela que trabalhou com as temáticas ecologia e planejamento urbano. Dentre os temas abordados ao longo dos últimos anos, destacam-se: doação de medula óssea, maus-tratos a idosos, violência doméstica contra mulheres, preconceito racial.

O Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), conforme registros no seu portal, trabalha com temas voltados para as causas sociais nas áreas educacional, ambiental, cultural e ligadas à cidadania. Além das matérias jornalísticas, promove campanhas publicitárias. Porém, seu principal projeto é o Teleton, iniciado em 1998 com o objetivo de levantar recursos para o tratamento e reabilitação de pacientes atendidos nas unidades da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). Uma programação especial com mais de 24 horas de duração é dedicada ao projeto. Já o Grupo Bandeirantes não apresenta projetos específicos, mas trabalha em suas emissoras com temáticas sociais.

Os grupos Record e Rede TV também investem na área social para atingir os cidadãos. No caso da Record, responsabilidade social para a rede é “a decisão da empresa de participar de forma ativa nos programas sociais voltados para o bem-estar da comunidade onde está inserida e para a sociedade como um todo”. Trabalha, também, com as áreas jornalística e publicitária, mas seu ponto principal de atuação se dá através do Instituto Record de Responsabilidade Social (Ressoar), criado em 2005, tendo como foco a inclusão, a partir de “geração de oportunidades, na ampliação do conhecimento, na transformação da sociedade, na ressocialização dos excluídos e na ampliação da solidariedade”.

O Instituto Ressoar trabalha, também, com os temas meio ambiente, educação, valores éticos e morais, solidariedade, voluntariado, portadores de deficiência. Registram: “O Ressoar quer valorizar a ação consciente das comunidades, organizações não governamentais, empresas e poder público”. O trabalho é feito a partir de parcerias, campanhas e eventos.

Dentre os principais projetos do Ressoar, destacam-se: Projeto Nova Canaã, que leva água, educação e cultura a mais de 500 crianças no sertão da Bahia; Ressoar Solidário, evento nacional de mobilização de ações sociais em abrigos, instituições e organizações de assistência locais em diversas cidades brasileiras, reunindo voluntários de diferentes áreas; Ressoar nos Bairros atua em cidades brasileiras oferecendo serviços e atividades culturais; Ressoar Multimeios capacita jovens para o mercado de comunicação.

Já a Rede TV!, de acordo com registros em seu *site*, trabalha com temáticas sociais em sua programação e na veiculação de campanhas publicitárias. Além disso, faz parcerias “com as Prefeituras locais para o fomento do ensino tecnológico e digital, visando enriquecer e aprimorar os conhecimentos de jovens iniciantes no mercado de trabalho”.

Afirmação através de atividades de legitimação

Diante do poderio da televisão e do rádio no país, os conglomerados de comunicação no Brasil investem em estratégias globais, regionais e locais. Além de se associarem a grupos internacionais, se unem aos regionais, uma vez que estes se vinculam a emissoras locais. A estratégia é investir no conhecimento do local e seu público-alvo, identificando suas necessidades e atendendo-as com conteúdo que os interessa a partir da chamada “programação de qualidade”.

Na área de radiodifusão (rádio e televisão), três conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos atingem quase 100% do território brasileiro. Os nacionais são representados pela Rede Globo, SBT e Record, chegando a quase todos os lares. A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Bandeirantes e Rede TV também vêm trilhando o mesmo caminho.

No caso dos grupos regionais, destacam-se: a Rede Brasil Sul (no Sul do país), atingindo quase todos os domicílios dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; as Organizações Jaime Câmara (no Centro-Oeste); a Rede Amazônica de Rádio e Televisão, que atua em cinco dos sete estados da Região Norte; o Grupo Zahran, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Grupo Verdes Mares (Nordeste).

É importante destacar que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos conglomerados no Brasil é considerada ilegal. A radiodifusão brasileira e a área de telecomunicações são controladas por poucos conglomerados. A concentração ocorre porque não há cumprimento das normas legais, não se cumpre o período para a troca legal de proprietários e não existem restrições para a formação de redes nacionais e regionais. Esses descumprimentos podem ser constatados na legislação brasileira, principalmente no parágrafo 5º do artigo 220 da atual Constituição (1988), que proíbe monopólio e oligopólio.

Observa-se que, no caso das telecomunicações no Brasil, o foco é oferecer serviços distintos e complementares em sua área de atuação (telefone fixo, celular, banda larga e TV por assinatura). E, como acontece na área da radiodifusão, seis grupos se destacam no poderio e controle das operações: Telefônica/Vivo/GVT; América Móvil BR; Oi; Tim; Nextel e SKY. No primeiro trimestre de 2015, o setor de telecomunicações no Brasil foi representado pela prestação de serviços para 375 milhões de assinantes, aumento de 1,2% em relação ao mesmo trimestre de 2014. Ou seja, 45 milhões com telefonia fixa; 283,4 milhões com celulares; 19,8 milhões com TV por Assinatura; 24,4 milhões com Banda Larga Fixa; e 2,5 milhões com o SME, o Trunking

A Comunicação Comunitária a partir de suas políticas

O Brasil é um país especialmente interessante para a análise de políticas de comunicação. Possui grande extensão territorial que apresenta uma geografia bem diversificada. São 8.515.767.049 quilômetros quadrados em área territorial, dividida em vales, montanhas, mares, rios e florestas, habitada por mais de 190 milhões de pessoas ligadas à tecnologia via eletricidade tradicional e/ou energia solar. A televisão aberta e o rádio são os meios de comunicação mais presentes entre as famílias, chegando a mais de 90% das residências. Mais precisamente, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013, 96,9% dos lares brasileiros têm, pelo menos, um aparelho de televisão em casa; e 83,4%, um rádio.

Nesse contexto de domínio empresarial em dimensões territoriais, no qual não há restrições à atuação dos grupos empresariais e as redes nacionais são estabelecidas de modo concentrado e vertical, a adoção de Políticas de Comunicação Comunitária assume uma especial complexidade, que torna mais difícil a viabilidade de propostas demandadas por ativistas e associações de rádios e TVs comunitárias, bem como pelo movimento pela democratização da comunicação como um todo. Essa dificuldade, porém, evidencia a necessidade de uma compreensão mais ampla do papel e do foco da Comunicação Comunitária em suas ações e reflexões.

A Comunicação Comunitária não é atividade nem campo dos estudos de Comunicação que se restrinja ao Brasil ou mesmo à América Latina. No máximo é possível dizer que tenha sido desenvolvida e redimensionada na região diante da emergência e da combatividade dos movimentos populares e sociais que, desde os anos 1970, se aperceberam das tecnologias comunicacionais disponíveis em cada época para expressar suas inquietações, reivindicar suas demandas, mobilizar sua militância e conscientizar a sociedade sobre a legitimidade e a pertinência de suas lutas.

Qual mobilização é capaz de explicitar a dimensão da importância da Comunicação Comunitária para a sociedade organizada nos movimentos sociais e no meio acadêmico? Essa pergunta poderia ser feita a qualquer país, em tempos de crise de dimensões mundiais e suas implicações específicas no contexto de cada nação. E de fato é o que buscam identificar, não somente do ponto de vista social e político, mas numa aproximação cada vez maior com os meios acadêmicos, organizações como o Community Media Forum Europe (CMFE) ou a Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC)

Há, portanto, um natural diagnóstico de lacuna a ser trabalhada pelos estudos críticos na Comunicação, na medida em que os textos de Economia Política da Comunicação se caracterizam, em sua maioria, por voos de grande altitude, tendo a organização do Estado, bem como a regulação do Mercado como pontos de partida e destinação. Os aspectos embutidos nas limitações e perspectivas da Comunicação Popular, Alternativa ou Comunitária tornam urgente o incremento das pesquisas relacionadas às Políticas de Comunicação e também à Economia Política da Comunicação, na medida em

que tratam fundamentalmente dos modos e usos da sociedade a respeito desses aparatos que não se restringem a uma dimensão periférica da área, mas da redefinição de seu próprio sentido. Trata-se, portanto, de compreender as Políticas de Comunicação Comunitária como área de referência nessa reflexão, no entrecruzamento de áreas tradicionais que contribuam para uma melhor análise sobre os problemas abordados.

Políticas de Comunicação Comunitárias possíveis

No Brasil, a comunicação cumpre um papel de reforço às políticas de governo que, por sua vez, são majoritariamente agendadas pelo empresariado no âmbito nacional ou local. Além disso, a configuração de oligopólios privados na TV brasileira é de tal ordem que as emissoras locais de caráter comercial são, em sua absoluta maioria, vinculadas a redes nacionais privadas de televisão, além de reforçadas através de alianças com poderes públicos e empresários locais, o que constitui ainda mais um fato inibidor da pluralidade de meios no país. É possível afirmar que “a regionalização da mídia brasileira é necessidade dos meios de comunicação que vêm se organizando para conquistar a fidelidade do público que busca preservação da cultura e informações de qualidade ligadas à sua realidade” (CABRAL, 2006, p. 3).

Nosso sistema de comunicação é privado em sua imensa maioria, com relativa presença do público-estatal e restrita participação comunitária. Há uma lei específica do setor comunitário apenas no rádio, no que diz respeito à ocupação do espectro eletromagnético. A Lei 9.612/98 e sua posterior regulamentação são fortemente restritivas à atuação das iniciativas no país: limitam potência a 25 Watts; restringem o alcance a 1 km de raio e a distância entre duas rádios a até 4 km de raio; não permitem publicidade, mas apenas patrocínio na forma de apoio cultural (definido na Portaria 462/2011); não estabelecem fundo público, entre outras limitações. A TV não conta com lei específica para o setor, mas há projeto de lei a respeito na Câmara dos Deputados.

Apesar de não ser regulamentada e de ser fruto de bastante polêmica entre pesquisadores e militantes da democratização da comunicação no país, na Constituição brasileira essa temática é estabe-

lecida pelo artigo 223, que menciona a “complementaridade mútua entre os sistemas privado, público e estatal”, e é ratificada numa das propostas da I Conferência Nacional de Comunicação (I CONFE-COM), realizada em 2009, que aprovou

regulamentar o artigo 223 da Constituição Federal, definindo os sistemas público, privado e estatal. O primeiro deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público geridas de maneira participativa a partir da possibilidade de acesso universal do/a cidadão/s a suas estruturas dirigentes e submetida a controle social (1ª CONFERÊNCIA, 2009).

O barateamento dos equipamentos e a relação mais intensa da sociedade com as TICs, bem como a produção e disseminação de conteúdos pelas mídias sociais, já estava prevista, de certa maneira, desde o Relatório McBride. Veio a ser retomada em documentos posteriores de agências ONU (UNESCO, UNICEF...), dentre os quais a Declaração de Princípios e o Plano de Ações da Cúpula Mundial pela Sociedade da Informação (CMSI).

Fruto das discussões promovidas pela Unesco nas décadas de 1960 e 1970, já em 1980 são divulgados os resultados do trabalho da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, da Unesco, o Relatório “Um Mundo e Muitas Vozes – comunicação e informação na nossa época”, o chamado Relatório McBride (UNESCO, 1980). Nele abordou-se o desigual fluxo internacional da informação, constituindo-se assim num marco do debate sobre o direito à comunicação enquanto direito humano, indo além do simples direito de receber informação, na medida da variedade e quantidade de opções à disposição, tornando produção e mesmo a veiculação bem mais acessíveis, inclusive economicamente.

Pouco mais de duas décadas depois, a realização da CMSI, que teve sua primeira fase em dezembro de 2003, em Genebra, e a segunda, em novembro de 2005, em Túnis, resgata os princípios estabelecidos no Relatório McBride, contextualizando-os no momento atual, de Internet banda larga e *sites* de redes sociais que permitem a veiculação de áudio e vídeo, bem como a convergência tecnológica multimídia em rede.

Trata-se, portanto, de um debate que relaciona questões de âmbito local e nacional com interlocuções em nível regional e multilateral para a afirmação de direitos humanos no setor, compreendendo questões em torno do desenvolvimento tecnológico (CMSI e UNESCO desde o Relatório McBride); da pluralidade dos meios e diversidade cultural (novamente aqui a UNESCO e, numa perspectiva de educomunicação de linhagem crítica, a UNICEF) e questões de mercado e propriedade intelectual (OMC e OMPI).

Nesse contexto, as pessoas cada vez mais se afirmam como potenciais autores e distribuidores de conteúdo, mas não contam com a oportunidade de gerir seus próprios veículos no que tange ao espaço eletromagnético, sobretudo em tempos de digitalização da radiodifusão. Apesar de essas oportunidades de envolvimento no processo produtivo da comunicação não serem mais limitadores, cabe compreender a importância de não se restringir a distribuição de faixas de frequência de TV e Rádio aos empresários da mídia ou governos de ocasião, a partir da compreensão dessa complexidade de atores em múltiplos níveis, diante dos quais cabe atuar politicamente.

Alguns fatores como a definição do que são as formas possíveis de sustentação e a inexistência de lucro dessas iniciativas, a extensão em uma dada localidade, a constituição e a afirmação da pluralidade e da diversidade desses meios, dentre outros, são constitutivos de um necessário debate que busque sentido e materialidade próprios na efetivação de regulamentações dos países que incorporem a proposta de um setor não estatal e não privado na composição de seus sistemas de comunicação.

Pensar em critérios capazes de serem assumidos em um setor não estatal ou não privado significa também salvaguardar a participação da sociedade através dessas iniciativas, compreendendo tanto a defesa de um Estado capaz de fortalecer seus mecanismos de participação coletiva, como a defesa contra o avanço privado, que minimiza a Comunicação a um negócio, mercado e serviço comercial a partir de concessões públicas (compreendendo aqui a radiodifusão digital).

As análises e proposições no âmbito latino-americano e europeu vêm sendo desenvolvidas por organizações como as já mencio-

nadas AMARC e CMFE, além da Associação para o Progresso das Comunicações (APC). Programas de análise da legislação e proposição de contribuições para incidir em regulamentações locais são trabalhados em várias iniciativas dessas organizações, como o Programa de Legislações e Direito à Informação, da AMARC, que buscam incidir em instâncias multilaterais relacionadas a agências da ONU, como a UIT e a UNESCO, bem como junto a governos nacionais, a partir de articulações nos vários países.

A APC manteve, até 2010, um Monitor de Políticas de TICs na América Latina e Caribe. O CMFE, por sua vez, participa de várias consultas públicas no continente europeu e, através de alguns de seus representantes, em legislações nacionais, tendo lançado recentemente um mapeamento das Mídias Comunitárias na Europa.

Entendidas as questões conceituais e atores sociais envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas que caracterizem o setor como não estatal, não privado, de âmbito comunitário, de caráter público e sem fins lucrativos, cabe apreender um modelo de análise a ser aplicado em futuras pesquisas de perspectiva comparada internacional.

Por um modelo analítico

Torna-se urgente a compreensão da existência e da pertinência de um outro setor, não estatal e não mercantil, relacionado à dinâmica de apropriação social das TICs, de engajamento da sociedade organizada em grupos, organizações e movimentos na realização de dinâmicas de comunicação adequadas às suas reivindicações. Tal como manifesto em algumas leis do setor, além de documentos de organizações sociais, como a AMARC, e multilaterais, como a UNESCO ou o Parlamento Europeu, compreende uma forma diferente de organização associativa a partir de uma determinada parcela da sociedade, mas dotada de princípios e atribuições que a equivale a instituições públicas.

O desafio dos setores que lutam por transformação social consiste na capacidade de se fortalecer em torno de uma plataforma comum de atuação. Tanto quanto numa atuação política mais ampla, cabe aos ativistas de comunicação trabalhar em torno de uma

transposição de conflitos, em prol da compreensão da diversidade de iniciativas e modos de atuação que busquem garantir parâmetros mínimos de compreensão mútua numa luta comum e não padrões específicos de atuação relacionados a determinados enquadramentos, que envolvam os modos de gestão, a composição das programações e as referências de produção na vida cotidiana desses canais.

A partir daí, que se busque construir e afirmar discursos de legitimação de suas práticas, enfatizando contribuições para o desenvolvimento local na área da atuação e contribuição para a sociedade em geral na implementação de políticas públicas gerais, afirmando o papel da comunicação como fundamental nos diversos processos.

Um quadro de análise para a formulação de Políticas de Comunicação Comunitária compreende o desenvolvimento de um método contando com elementos e etapas fundamentais do processo de investigação, possibilitando assim sua maior abrangência bem como a construção de referências para estudos futuros. Desse modo, buscou-se trabalhar a partir das seguintes etapas:

1. Funcionamento do Estado: atribuições e participações de cada setor na elaboração e implementação de políticas públicas setoriais.

2. Principais atores sociais e acadêmicos, com trabalhos publicados e textos formulados sobre o desenvolvimento e as perspectivas da área.

3. Principais leis e ações políticas, relacionadas com as questões propostas pelos atores, que já tenham sido aprovadas ou em fase de elaboração.

4. Principais debates em curso, relacionados com os pontos principais a serem trabalhados a partir da legislação já aprovada ou a ser viabilizada.

5. Construção de demandas futuras, relacionadas a questões decorrentes do próprio desenvolvimento das iniciativas comunitárias, que originam uma nova necessidade de formulação de políticas e regulamentações derivadas.

A compreensão das Políticas de Comunicação Comunitária em torno desses aspectos visa oferecer uma análise mais detalhada a respeito dos elementos fundamentais para melhor compreensão sobre o tema e a contribuição para colocar um debate que precisa ser levado adiante em diversos países.

Alguns mapeamentos na análise comparativa das legislações a partir da perspectiva das iniciativas comunitárias de rádio e TV vêm sendo desenvolvidos. Merecem destaque o mapeamento da mídia comunitária europeia, desenvolvido pelo Community Media Forum Europe (disponível em <http://www.cmfe.eu/policy/first-mapping-of-community-media-in-europe>) e o trabalho intitulado “Panorama da situação legal na América do Sul” (disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul), que vem sendo ampliado no âmbito da AMARC Brasil e América Latina, em perspectiva internacional.

A compreensão desse setor não estatal e não comercial prescinde do adequado desenvolvimento dessas pesquisas, que permitam uma necessária interlocução junto aos movimentos sociais em geral e aos movimentos específicos de comunicação. Além destes, junto a organizações sociais e acadêmicas que contribuam para uma melhor formulação e reivindicação de políticas públicas compatíveis com o fortalecimento do setor, como parte de uma compreensão do papel da comunicação na afirmação do desenvolvimento humano e social.

Referências

1ª CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação (2010). Publicada em 20 de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.confecom.com.br/down/propostas/relatorio_aprovada_completo.pdf. Consultada em: 20 de março de 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Portaria 462/2011. Publicada em 14 de outubro de 2011. Disponível em: <http://legislacao.anatel.gov.br/normas-do-mc/125-portaria-462>. Acesso em: 02/01/2013.

CABRAL, Eula D. T. Concentração da mídia no Brasil: estudo dos conglomerados de radiodifusão e telecomunicações. Rio de Janeiro: Pesquisa de Pós-Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

_____. A regionalização da mídia brasileira. In: *UNIrevista*, vol. 1, n° 3, jul. 2006. Publicado em jul. 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Taveira.PDF. Acesso em: 02/12/2012.

_____. A internacionalização da mídia brasileira: estudo de caso do Grupo Abril. São Bernardo do Campo: Tese (doutorado em Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

_____. O negócio da mídia brasileira: suas estratégias, suas políticas. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Curitiba, 2009.

CABRAL, Eula D. T.; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Do massivo ao local: a perspectiva dos grupos de mídia. *Trama* (Universidade Estácio de Sá), Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 51-71, 2003.

CABRAL FILHO, A. V. A digitalização das iniciativas comunitárias de TV na Espanha: para uma perspectiva comparada da apropriação de seus processos regulatório e tecnológico. Relatório acadêmico de pós-doutorado. Madri, 2013 (mimeo).

_____. Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação In: Revista *eCOMPÓS*. Brasília, v. 15, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/668/572>. Acesso em: 29/08/2012.

HOINEFF, Nelson. *A nova televisão: desmassificação e o impasse das grandes redes*. Rio de Janeiro: Comunicação Alternativa / Relume Dumará, 1996.

INSTITUTO RESSOAR. Ressoar. Disponível em http://www.ressoar.org.br/quem_somos_palavra_da_presidente.asp. Acesso em: 4 mar. 2013.

MALERBA, João Paulo. Panorama da situação legal na América Sul. In: *Observatório da Imprensa*. Publicado em 17/09/2012. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul. Acesso em: 15/01/2012.

PARLAMENTO EUROPEO (2009). Resolución del Parlamento Europeo, de 25 de septiembre de 2008, sobre los medios del tercer sector de la comunicación (TSC). Publicado en: 03/06/2009. Consultado en: 22/08/2012. Disponível en: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=//EP//TEXT+TA+P6-TA-2008-0456+0+DOC+XML+V0//ES&language=ES>.

REDE GLOBO fortalece interior. *Meio e Mensagem*, n. 829, p. 16, 12 de outubro de 1998.

SIROTSKY, Nelson. Regionalizar: a receita do sucesso. *Mercado Global*, especial, n. 98, p. 28-33 (s.d).

TEMAS de Responsabilidade Social unem forças por um mundo melhor: conteúdo da programação reafirma compromisso com o bem-estar social. *Rede Globo*. 22/05/2012. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globocidadania/balanco-social-2011/noticia/2012/05/temas-de-responsabilidade-social-juntam-forcas-por-um-mundomelhor.html>. Acesso em: 20 fev. 2013.

UNESCO (1980). Um Solo Mundo, Voces Múltiplas – Comunicación e Información en Nuestro Tiempo. Unesco, 1980. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>. Consultado em: 12/11/2009

A polarização identitária e a pulverização programática no Brasil

Maria Alice Nunes Costa

Introdução

Este artigo pretende trazer uma reflexão sobre a questão da “polarização identitária” produzida recentemente no Brasil, *vis à vis* à construção de pautas da agenda de políticas públicas, em particular a partir da Reforma do Estado da década de 1990. Nesse percurso histórico, como país semiperiférico do sistema capitalista, a implementação da Reforma do Estado absorveu a energia pulsante da sociedade civil por mudanças no país da seguinte maneira: primeiro incorporando-a para o interior do aparelho do Estado para “domesticá-la”; e, posteriormente, polarizando a sociedade em identidades rivais. Ambas estratégias de amortecimento das demandas sociais e da luta emancipatória geraram um espaço político de rivalidades ideológicas e identitárias, fragmentando a solidariedade interna do Brasil em um processo que caminha e se fortalece desde os anos 2000.

O debate e as reivindicações programáticas de políticas públicas estruturais no Brasil foram dispersadas e pulverizadas por identidades que foram, ao logo do processo histórico de formação do Estado, subalternizadas e invisibilizadas. Agora, esses grupos demandam por reconhecimento e indenização histórica, gerando um dilema para a sociedade brasileira – em pleno século XXI – na medida em que não há como negligenciar as suas demandas e necessidades genuínas, nem tampouco destacar a importância da construção de uma consciência coletiva de solidariedade interna no país, diante dos sérios e graves problemas materiais e estruturais que precisamos enfrentar.

Nesse sentido, este artigo trata do termo “polarização identitária” como um sistema que se refere à divergência e fragmentação de opiniões, visões e pontos de vista entre extremos opostos ideológicos-identitários, reproduzindo funcionalmente – aos interesses neoliberais – uma “pulverização” das programáticas de políticas públicas. O dilema identitário é a marca do panorama contemporâneo, em particular no espaço brasileiro.

A pluralidade cultural e identitária geram importantes conflitos que podem sinalizar uma relativa vitalidade social para as mudanças. Porém, quando esses conflitos são produzidos, externa e artificialmente, por demanda do mercado de consumo ou com o objetivo de dispersar a sociedade, levam a uma fragmentação onde é difícil encontrarmos zonas de contato de solidariedade social, em prol de políticas públicas mais consistentes e estruturais de transformação emancipatória.

Na primeira parte, realizo uma inflexão sobre a relação entre ideologia e identidade e como esses processos interagem e se interligam no “jogo das identidades” como estratégia de justificação ideológica do capitalismo financeiro. Em seguida, trato da trajetória da polarização ideológica no Brasil, que tem fragmentado a consciência social coletiva no país; para, em seguida, na parte três, analisar como essa polarização social interna tem tido a capilaridade para promover a pulverização de programas relevantes de políticas públicas estruturantes, onde as questões sociais foram rivalizadas por demandas pela diferença das identidades.

Processos ideológicos e identitários

Meu partido É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
[...] Meus inimigos estão no poder
Ideologia, eu quero uma pra viver [...]
(CAZUZA, 1988)

A palavra *ideologia* tem origem na Antiguidade grega a partir dos discursos e das retóricas sofistas pré-socráticas, constituindo-

-se etimologicamente da composição grega: *idea* ou *eidea* (imagem, aparência, modo de ver) + *logos* (estudo). De outra maneira, para os gregos *idea* é “ver alguma coisa”, “enxergar” com os próprios olhos. Alguém que não conseguisse “ter ideias” era considerado “cego”. É a partir dessa tensão em “enxergar” e produzir ideologias que me concentrarei em relação ao conceito de ideologia.

Este artigo também é influenciado pelo conceito de ideologia como uma falsa consciência, uma ilusão ou uma ideia invertida, como nos diria Marx e Engels (2007) em *A Ideologia Alemã*. Para esses autores, a ideologia é a tática de tornar certas ideias como verdadeiras, para serem aceitas pela sociedade, como forma de reproduzir e disseminar ideias que legitimem as ações do capitalismo, em prol de seus interesses expansionistas e de justificação.

Não negligencio o pragmatismo do senso comum da palavra ideologia citada, como exemplo, pelo cantor e compositor brasileiro Cazusa: “Ideologia, eu quero uma pra viver”. Ele desejava uma ideologia porque as suas ilusões foram perdidas. Nos anos 1980, Cazusa descobriu que tinha AIDS/HIV/SIDA e foi fazer o tratamento nos EUA. No seu retorno ao Brasil, em razão de ser portador dessa doença, sofreu o preconceito e o estigma sexual, como outras pessoas portadoras de AIDS. Diante dessa experiência, compôs a música frente à sua desilusão com o cenário que, ao mesmo tempo em que vivia o processo de redemocratização (pós-ditadura militar de 1964) e clamava pela liberdade e igualdade, possuía um comportamento conservador, moralista e preconceituoso em relação a muitos fatores culturais, em particular, em relação às pessoas que foram acometidas pela doença. Isto posto, ilusão e ideologia aqui são conexas. Cazusa, assim como a maioria dos brasileiros, tinha a esperança (ou ilusão) que a redemocratização no Brasil significaria uma mudança da realidade brasileira, com os ideais da democracia, tais como: igualdade, justiça social e liberdade.

Nesse cerne, podemos encontrar contradições do uso do termo ideologia. As tensões de um conceito são algo absolutamente coerente com o mundo da vida, seja ela vivida, experimentada ou percebida. Como diria o escritor Machado de Assis (1884) no conto “A Igreja do Diabo”: “A vida é uma eterna contradição”. Nessa lógica, não existe “erro” epistemológico ao tratarmos um conceito como algo ambíguo,

ambivalente e contraditório. A vida não está a serviço dos conceitos que elaboramos. Os conceitos é que estão a serviço da vida na qual vivemos, construímos e experimentamos sentidos. Todo conceito está em constante construção e é desenhado a partir dos nossos pontos de vista e do poder hegemônico do espírito de determinada época histórica. Todos os conceitos são construções culturais de um tempo e, no caso específico, trato a ideologia como um constructo cultural *per se*, na medida em que está intrinsecamente relacionado à ação de viver e de nos relacionarmos em sociedade enquanto seres vivos e pensantes, capazes de utilizarmos a nossa imaginação para nos representarmos e projetarmos a nossa visão de mundo.

Ideologia é um signo, uma imagem que construímos e representamos, fruto de nossa interação e da *práxis* com a vida social. É um conjunto de ideias, valores e de normas, “ditadas” de forma culturalmente “transcendental”, de como devemos pensar, fazer e nos comportar, para que possamos criar – mental e culturalmente – um sentimento de identidade e pertencimento a determinado grupo ou sociedade. Está no cerne da representação mental das ideias, fruto de nossa imaginação e pensamentos construídos historicamente no campo relacional e comunicacional com o mundo. De maneira metafórica, ideologia é a fotografia que, em processo de interpretação, realizamos uma imagem da realidade. É o espelho que construímos a partir de nossa imaginação mental, envolvendo a nossa cultura e o nosso “inconsciente ótico”.

Quanto ao conceito de identidade, também podemos encontrar outros desafios na medida em que possui uma forte natureza subjetiva e ideológica. Podemos transitar por vários campos do olhar: desde a nossa identidade como pessoa física com um número, impressão digital, sexo, etnia, idade, filiação, nacionalidade e naturalidade (identidade civil); peso, altura, cor e, se possui alguma deficiência (identidade corpórea), o *status quo* ou o lugar social identitário que ocupamos no grupo social (identidade social); o posicionamento político no campo do poder no espaço público da ágora (política de identidade), como também a partir das crenças, interesses, religiões e tradições (identidade cultural). Diante dessas classificações, podemos nos questionar: que relação existe entre as características identitárias “não civis” de uma pessoa (ao contrário das civis, que

são controladas pelo Estado) e a imagem que eles próprios fazem de sua identidade?

Acredito ser impossível obter *a priori* uma separação nítida entre as diversas classificações e diferentes características identitárias antes de observarmos a sua interação com determinados vínculos sociais, na medida em que a identidade perde seus atributos de aparente permanência quando interagem subjetivamente em múltiplos campos de poder e vínculos sociais. Não somos um corpo fixo em determinado espaço. Não somos um uno indivisível. O formalismo determinístico do conceito de identidade perde-se, e nos resta invocar a observação empírica das relações sociais que flutuam e interagem, em determinados espaços e territórios.

Na prática, existe uma relação emaranhada entre ideologia e identidade, na medida em que são interdependentes e se sobrepõem-se entre si, de forma complementar. Ambos os conceitos não permitem, por si próprios, explicar a fenomenologia ideológica e identitária de cada ser subjetivo em suas realidades concretas e simbólicas, de estar. Ser e estar são flutuantes. Por esse ponto de vista, devemos desconfiar e nos interrogarmos em relação a formalismos fundamentalistas dos conceitos de ideologia e identidade, na medida em que eles estão permeados de imbricações e tensões em círculos concêntricos e dinâmicos que, em muitos casos, são inatingíveis de se compreender e analisar, no exato momento em que os fatos referentes às ideologias-identitárias ocorrem e se autodefinem, em seus universos “labirínticos”. Transitamos e nos metamorfoseamos por vários campos sociais, e assumimos vários papéis e hábitos, de acordo com o campo de poder com o qual desejamos nos identificar ou disputar.

Os processos identitários e ideológicos podem ser espectros que rondam tanto as esferas de transgressão social como as de subordinação e, entrelaçados de forma transversal e subjetiva, podem gerar “emancipação ou regulação social”. Eles se constroem em espaços limítrofes que, atuando de forma exacerbada, podem mascarar uma realidade figurada por “signos”, que podem ser interpretados por várias vertentes de dominação.

Tais construções fenomenológicas de dominação, no cerne das relações sociais, determinam o grau de aproximação relacional en-

tre a ideologia identitária que o indivíduo se autodefine em grupo, bem como a imagem construída e/ou percebida pelo “outro”, para identificar a localidade do indivíduo, com o objetivo de dominá-lo. Ao invocarmos uma identidade ideológica, seja ela civil, corpórea, social, cultural, política ou subjetiva de como o indivíduo se imagina e se personifica, estar-se-á oferecendo um “rótulo” imagético, que pode ser maculado e/ou manipulado pelo “outro”, distorcendo a imagem construída, para oprimir e dominar, de acordo com os seus interesses.

Temos como exemplo clássico o “jogo de identidade”, de Stuart Hall (2006). Ao analisar a estratégia conservadora do presidente americano Bush, em 1991, Hall, ao utilizar o episódio dos EUA, não pretendeu julgar o fato, mas sim tomá-lo como referência para analisar as consequências na discussão das “políticas de identidades”. Segundo o autor, as identidades são contraditórias e se “deslocam” mutuamente e suas contradições atuam atravessando indivíduos e grupos políticos. Segundo Hall, o conceito de classe social não tem servido como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora dos variados interesses ou de todas as variadas identidades das pessoas; contudo, nenhuma identidade singular pode se alinhar a diferentes identidades como uma “identidade mestra” e única. Conforme o autor, as paisagens políticas do mundo moderno estão fraturadas por identificações rivais.

No atual cenário contemporâneo, a política de “identidades ideológicas” está sob um maior controle panóptico digital, na era dos dados algorítmicos, dominados pelo fluxo invisível do poder imperialista do capitalismo financeiro, gerando “bolhas”, quase intransponíveis.

Em *O novo espírito do capitalismo*, Boltanski e Chiappello (2002) investigaram as atuais mudanças ideológicas que têm se feito acompanhar nas recentes transformações da financeirização do capital. Se a lógica e as condutas são outras, importa perceber a (re) construção desse espírito capitalista que se desenvolve, pois é esse espírito que expressa a justificativa ideológica do “compromisso” (subliminar e inconsciente) com a opressão e a dominação financeira e invisível do capitalismo.

Os autores apontam que um dos traços do capitalismo é a busca constante por adeptos ao sistema para legitimar-se peran-

te eles. Isso coloca a questão de como conseguir a adesão e a legitimação se a grande maioria das pessoas se mostra pouco motivada a comprometer-se com as práticas capitalistas, quando não se mostra diretamente oponente a elas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002, p. 41). Cabe ao espírito do capitalismo – de cada época – apaziguar a inquietação suscitada; e os autores se interrogam:

De que maneira pode o compromisso com o processo de acumulação capitalista ser uma fonte de entusiasmo inclusive para aqueles que não serão os primeiros a se aproveitarem dos benefícios realizados? Em que medida aqueles inscritos no cosmo capitalista podem ter a garantia de segurança mínima para eles e seus filhos? Como justificar, em termos do bem-comum, a participação da empresa capitalista e defendê-la, frente às acusações de injustiças? (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002, p. 56).

O capitalismo procura obter a adesão dos “excluídos” ou dos “transgressores” para legitimar-se, buscando – fora de si – os valores ideológicos que necessita para garantir a sua legitimidade no sistema social. Estrategicamente, apodera-se de crenças, valores e ideologias latentes que desfrutam de uma época determinada, inclusive daquelas que lhe são hostis, mas que se encontram inscritas no contexto cultural e que podem ser manipuladas. Nessa busca por argumentos orientados ao bem comum, o capitalismo se apropria de ideologias e argumentos de crítica ao capitalismo, na medida em que essas ideologias, em particular das identitárias, não o afrontam direta e estruturalmente. Conforme Boltanski e Chiavello (2002, p. 7):

O capitalismo não pode prescindir de uma orientação para o bem comum da qual extrai as razões pelas quais vale à pena aderir a ele. No entanto, sua indiferença normativa impede que o espírito do capitalismo seja gerado a partir dos seus próprios recursos. Deste modo, o capitalismo necessita da ajuda de seus inimigos, daqueles que se indignam e se opõem a ele, para encontrar os pontos de apoio morais que lhe faltam, e incorporar dispositivos de justiça, elemento sem os quais não disporia da menor propriedade.

Os autores identificaram três espíritos, cada qual com sua própria argumentação do que é o “bem-comum”: o primeiro, no final do século XIX, as argumentações giravam em torno do papel do progresso, da técnica e da ciência; o segundo, no pós-guerra, a partir dos anos 1950, com a emergência das grandes corporações. A justificação se apoiava na solidariedade institucional, na distribuição do consumo, assim como na colaboração entre as grandes firmas e o Estado, em uma perspectiva do discurso da justiça social.

E o terceiro espírito foi posto em marcha a partir dos movimentos sociais de contracultura dos anos 1960, como um fenômeno cultural *anti-establishment*. Nessa fase, criticava-se o capitalismo pela produção em massa, por suas grandes organizações burocráticas, hierárquicas, pela falta de liberdade e de criatividade às quais as pessoas eram sujeitas. Contudo, não imaginávamos que essas críticas seriam incorporadas ao capitalismo financeiro e iriam impulsionar o surgimento de um outro modelo de justificação do capitalismo, mais relacional com os indivíduos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002, p. 58-59).

Segundo os autores, é nos anos 1990 que o capitalismo financeiro absorveu a “crítica artística” produzida dos anos 1960 e passou a adotar as ideias criativas daqueles que estavam “excluídos” de reconhecimento, pois para os autores “é, precisamente, o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar esta ordem e a manter, legitimando os modos de ação e as disposições que são coerentes com ele (BOLTANSKI; CHIAVELLO, 2002, p. 46).

No atual espírito do capitalismo, ocorre a descoberta de que o capitalismo financeiro (pós-industrial) produz diferenças. As reivindicações deixaram de se traduzir em reivindicações materialistas, tais como: o acesso dos trabalhadores aos equipamentos coletivos materiais; carga horária de trabalho digna; saneamento básico; educação; saúde; mobilidade urbana; habitação; dentre outros. Os grupos sociais anteriormente invisibilizados e/ou não reconhecidos – de forma identitária – passaram a realizar reivindicações “pós-materialistas”, no atual modelo e contexto do espírito capitalista financeiro.

Muitos desses grupos sociais vêm secundarizando as questões materialistas e passaram a ser orientados, mesmo que de forma

intersetorial, pela expansão de reivindicações de políticas identitárias, tais como: a questão de gênero; o feminismo; o homossexual; o transsexual; o racismo; a ecologia e a sustentabilidade ambiental; a postura antinuclear; o pacifismo; os direitos humanos. Os grupos sociais identitários, anteriormente ausentes na narrativa dicotômica materialista da classe trabalhadora (dominada) e da classe capitalista (dominadora), emergiram e aliaram-se a novas disputas ideológicas, a partir da noção de “política identitária”, tornando-se indispensáveis a qualquer que seja o discurso político mediático contemporâneo global.

Para Jameson (1997), não se trata agora, como antes, de reivindicar a transformação da infraestrutura, mas a cultura deixa de ser uma expressão relativamente autônoma da organização social e se torna a lógica de todo o capitalismo financeiro. Para esse autor, a dissolução da esfera autônoma da cultura significa a expansão da cultura por todo o domínio do social: do valor econômico e do poder do Estado, às práticas e à própria estrutura inconsciente. A mudança dialética do capitalismo se volta agora para o visual, para a cultura da imagem da ética e da estética (como *pastiche*) e de sua enorme difusão por todo o campo social (JAMESON, 2001, p. 103).

Por conseguinte, as identidades coletivas se fragmentam e se polarizam em identidades individuais e multiculturais, tornando o espaço público um lugar de demandas por reconhecimentos plurais e, ao mesmo tempo, individualizantes, que acabam por serem coerentes com o jogo do capital. A busca pelo reconhecimento da política de identidade ideológica em ser diferente, acaba por esfumar as demandas coletivas concretas mais genuínas e urgentes, em especial nos territórios do Sul do mundo capitalista, como o Brasil.

Polarização e pulverização da consciência coletiva

No segundo pós-guerra, com o avanço do crescimento econômico e da capacidade reguladora do Estado nas sociedades capitalistas, formaram-se duas estruturas estatais: o Estado de Bem-Estar Social na Europa, no Canadá e na Austrália; e, o Estado desenvolvimentista nos países da semiperiferia. Na chamada “era dourada” do crescimento econômico (anos 1950 a 1970) se consolida a ideia da

democracia liberal, em relação à responsabilidade do Estado pelo acesso de todos à proteção social, concebida como um direito universal. A intervenção do Estado na economia tinha por objetivo garantir as condições de bem-estar social, no sentido de criar a coesão social do mundo capitalista. É a partir desse “consenso” entre capital e trabalho que se passou a exigir do Estado a proteção aos pobres e mais vulneráveis. O Estado de Bem-Estar Social foi resultado de um novo pacto social, onde capitalistas deixaram de ter algum lucro que tinham antes em favor de um melhor funcionamento da sociedade. Em outras palavras, essa ação no seu conjunto acabou por fortalecer o próprio capitalismo.

Segundo Swaan (1992, p. 18-19), o Estado de Bem-Estar tornou-se viável em muitos países europeus porque neles se encontrou algo que pode ser chamado de “consciência social”. Os membros da coletividade nacional estavam vinculados por uma responsabilidade que ia além da ação individual, até alcançar uma orientação de política nacional em que o Estado proviria a segurança e a proteção dos bens coletivos.

Aliados à dominação econômica nos países periféricos e semiperiféricos os países centrais puderam enfrentar, no pós-guerra, com a força do Estado, os principais problemas sociais concretos, a despeito das suas desigualdades internas, que vêm aumentando, desde a crise financeira de 2008. Contudo, o Brasil - bem como os países do sul do sistema capitalista - não só não alcançaram o patamar de desenvolvimento europeu, como ainda hoje estão longe de atingirem o mínimo de existência concreta material à maioria de seus cidadãos. No limiar do século XXI ainda vivemos sob a subordinação geopolítica de opressão colonial, inter-relacionada por vários campos e sentidos, tais como a dominação e o controle da economia, da tecnologia e do conhecimento.

O fornecimento de nossas matérias-primas é desigual e a instalação de indústrias montadoras e o uso da mão de obra barata transforma-se em *trade-off* colonizador. As desigualdades sociais e a concentração de renda são abruptas, com um *gap* estrutural exorbitante em relação aos direitos mais fundamentais de existência. Por outro lado, possuem elites empresariais, políticas e governamentais cooptadas pelo centro colonizador, operando de forma opressora e/ou autoritária, reproduzindo, assim, a dominação dos países mais dominantes.

Existe um relativo consenso explicativo sobre a hegemonia da esquerda, no Brasil, em especial dos anos 2000 até 2014, em razão da alta no preço das *commodities*; e a guinada para a direita populista ser explicada em razão de que esses governos falharam em não pensar em políticas públicas estruturais de longo prazo. Assim sendo, me questiono: em que momento da história da América Latina, em particular no Brasil, desde a sua colonização, a economia foi diversificada e não estruturada a partir de latifúndios e da exportação de matérias-primas, que hoje damos o nome de *commodities*?

Mesmo que não possamos negligenciar a globalização e o posicionamento do Brasil como região semiperiférica do sistema-mundo, não há como ignorarmos a importância dos fatores internos, na medida em que implicaria isentarmos de responsabilidade as nossas decisões políticas pelos resultados auferidos.

Em relação aos fatores internos que fluem atualmente na *pólis* brasileira, analiso dois aspectos: a “polarização ideológica partidária”; e a “polarização da política identitária”. Essas polarizações, entrelaçadas, tem contribuído sobremaneira para a liquefação das decisões políticas quanto ao modelo das estruturas estatais nos âmbitos econômico e social, em prol de projetos coletivos para a construção de políticas públicas (*policies*) eficazes, eficientes, efetivas e inclusivas.

Quanto à polarização ideológica “partidária”, trato essa dimensão no espaço conflituoso partidário da arena política (*politics*), em particular no Congresso Federal do Brasil – lugar onde representantes de partes da população disputam e negociam objetivos, conteúdos e decisões de distribuição em relação à materialidade das políticas públicas. A tomada de decisão de cada partido e de seus membros, individual e coletivamente, se dá por meio de um processo dinâmico, operando a partir de dada cultura política e estilos políticos “coerentes” em relação aos valores, crenças, ideais políticos, sentimentos e pontos de vistas, orientando os seus posicionamentos em relação às políticas públicas a serem adotadas.

O tema da crise da representatividade política democrática, em particular na Europa e nos EUA, esteve voltado para a perspectiva da falta de confiança e do distanciamento entre legisladores e cidadãos em relação aos anseios e na resolução das necessidades e demandas

concretas dos eleitores, diante da “década perdida”, dos anos 1980, em razão da crise do petróleo dos anos 1970. O mais recente livro do sociólogo catalão Manuel Castells (2018) aborda a relação entre a crise da representatividade da democracia liberal institucionalizada e a “ruptura” do processo de consolidação da democracia no mundo. O autor se inquieta sobre quais instrumentos legítimos a serem descobertos para sanar esse “furacão sobre as nossas vidas”.

Questiono se no Brasil a democracia representativa está em risco ou se ela ainda necessita se consolidar, na medida em que estamos em um recente processo democrático, a partir da promulgação da Constituição em 1988. Será que a nossa interpretação sobre o Brasil deve continuar sendo analisada sob os parâmetros dos países centrais? Será que as atuais manifestações sociais de 2013, mesmo que difusas, desejavam uma ruptura com a democracia liberal? Ou seus manifestantes, em particular os jovens, estavam descontentes diante da “percepção” de uma arena política permeada e mobilizada por elites políticas e econômicas que reproduzem o nosso persistente fisiologismo e clientelismo, que, ao invés de ampliar e aprofundar a nossa democracia e redistribuir com justiça social as nossas riquezas, continuam a se apropriar delas, de maneira patrimonialista?

Importa ressaltar que muitas categorizações conceituais de análise sobre a democracia liberal dos países centrais também são paradigmas de controle de poder nos países periféricos e semiperiféricos do sistema-mundo, como o Brasil. A colonialidade do poder é intrínseca nessas variantes categorias de existência histórico-social dos países centrais. Quijano (2010, p. 94-95) afirma que ao negarmos a historicidade social das realidades dos territórios do Sul, acabamos por reproduzir o sentido de totalidade hegemônica:

[...] o todo tem absoluta primazia sobre todas e cada uma das partes e que, portanto, há uma e só uma lógica que governa o comportamento do todo e de todas e de cada uma das partes. As possíveis variantes do movimento de cada parte são secundárias, sem efeito sobre o todo e reconhecidas como particularidades de uma regra ou lógica geral do todo a que pertencem.

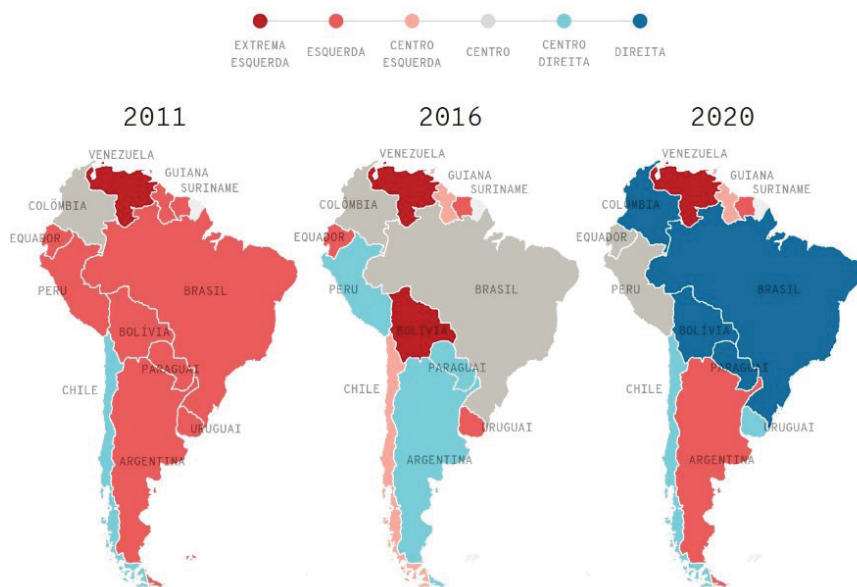
Assim sendo, precisamos ampliar a análise reducionista entre a “esquerda” e a “direita”, pelo menos, na América Latina. No Brasil, os

partidos possuem ideologias móveis e efetuam mutações variadas de posicionamentos, tanto pelos membros dos partidos como pela sua atuação programática. A polarização ideológica partidária entre “esquerda” e “direita” atua em discursos ideológicos mediáticos, ovacionados a partir da dominação carismática de seus líderes, mediante a pressão internacional favorável (ou não) àqueles discursos.

Na Europa e nos EUA, a guinada conservadora deve-se a três fatores convergentes: a expansão da imigração de refugiados mulçumanos, por conta das guerras aos países árabes, promovidas por ambas potências, em razão da apropriação do petróleo; os efeitos da crise econômica e financeira de 2008; e pela expansão da disputa de poder entre EUA e a China. Nessa sequência, ao invés de visualizarmos uma polarização partidária interna nos países dessas regiões, observamos o crescimento de uma coesão nacionalista. O aumento do desemprego, a queda do PIB, a forte estagnação econômica e a política de austeridade, associada ao fenômeno dos refugiados imigrantes tanto para os EUA quanto para a Europa, geraram em cada país uma exaltação à ideologia étnica nacional. Nos EUA, o “American First”, representando as rejeições internacionalistas; e na Europa, o lema “Europa Cristã Nacionalista”. Contudo, o fenômeno da direita nacionalista na Europa não é homogêneo, nem tampouco generalizado no continente.

No Brasil, a polarização partidária se acirra a partir de 2014, quando o Estado brasileiro admitiu a crise econômica, diante da reverberação da crise financeira global de 2008. A guinada à direita conservadora-populista teve o eco interno no país, visto que as forças polarizantes ideológicas se fortaleceram diante da crise, fragmentando a nação em polos inimigos. Essa polarização no Brasil tem tido um sentido quase fratricida, desde 2013, a partir de extremos ideológicos: a esquerda (“maré-rosa”) e a direita (“maré-azul”). A esquerda teve uma hegemonia, após as ditaduras militares na região; e não observamos a tamanha polarização na produção dos sentidos, propagado de forma raivosa no debate atual do espaço público, com a onda conservadora no poder. Ambos os lados se trucidam e não chegam a lugar nenhum. Esse é o cenário do Brasil, conforme o mapa abaixo:

Figura 1- Mapa da mudança política nos países da América do Sul



Fonte: Jornal Gazeta do Povo, Infográficos (ESQUERDA, 2019).

Em um Estado fragmentado e polarizado como os dos territórios do Sul do sistema-mundo, observamos que as ondas das “marés-rosa” para a “azul”, em relação aos posicionamentos partidários na América Latina, não se assemelham às mesmas explicações da Europa, mesmo diante da globalização. Nem tampouco é possível explicarmos que, diante desse mapa da América Latina, em especial no Brasil, estaríamos à “esquerda” representando uma ruptura com o “Consenso de Washington” e das estratégias implementadas de reestruturação fiscal, com a Reforma do Estado no Brasil, desde os anos 1990.

Ao invés de estarmos vislumbrando, no Brasil, uma tentativa de ruptura ou de expressão de descontentamento com a democracia representativa, clamamos por um Estado forte (diferente de grande e autoritário), em prol do aprofundamento de nossa democracia e da construção de políticas públicas efetivas, a despeito das pressões internacionais colonizadoras de dominação liberalizante, que sofremos.

Ao contrário de pensarmos coletivamente as formas de atuação do Estado, no cenário de polarização, o discurso da “esquerda” brasileira acusa o atual presidente, que assumiu o poder em 2019, como: homofóbico, fascista, misógino, racista, moralizador. E os da “direita” denunciam o ex-líder que ficou no poder de 2003-2016, como: comunista, corrupto, ignorante, chefe de quadrilha. E por aí vão os discursos de acusações, mediadas por *fake news* na Internet, tendo no debate político o foco em dois lemas que continuam no imaginário ideológico político brasileiro: “Lula-Livre” e “Ele-Não”.

Por outro lado, no sentido quase “pollyano” de enxergar o mundo, acredito que, apesar de essas disputas não chegarem a lugar nenhum, no que diz respeito às discussões no espaço público sobre as políticas públicas implementadas pelo governo anterior, ou sobre as quais estão (ou não) sendo implementadas pelo novo governo, desde 2013, as famílias e as rodas de amigos têm discutido frequentemente sobre política. Estamos aprendendo a diferenciar o que seja autoritarismo, totalitarismo, populismo de esquerda e de direita. Tem sido um caminho de aprendizagem, diante da nossa recente história de democracia. Por outro lado, é desalentador observarmos que as discussões têm gerado a fragmentação dos laços de solidariedade entre colegas de trabalho, amigos e familiares, quando chegam até mesmo à violência física.

No bojo da crise econômica associada à polarização partidária, passamos a observar o crescimento de uma exorbitante “polarização identitária” no Brasil. Essas “políticas identitárias” são um conjunto de retóricas de coletivos que, por não terem sido reconhecidos historicamente e culturalmente como identidade hegemônica, reivindicam ser recompensados e indenizados historicamente. Nessa retórica, estamos substituindo “um tipo de tirania por outro” (APPIAH, 1994, p. 163). De acordo com Sonia Kruks (2001, p. 85, tradução nossa):

O que faz da política de identidade um afastamento significativo das formas anteriores e ‘pré-identitárias’ da política de reconhecimento é sua demanda por reconhecimento, com base nas mesmas bases em que o reconhecimento foi negado anteriormente: são os grupos de mulheres, negras e lésbicas que exigem

reconhecimento. A demanda não é para a inclusão no interior da ‘humanidade universal’, com base em atributos humanos compartilhados; nem é por respeito ‘apesar das’ diferenças de alguém. Pelo contrário, o que se exige é o respeito por si mesmo, como diferente.

Embora concordando que o reconhecimento e a redistribuição sejam de fundamental importância na política pública contemporânea, Nancy Fraser lamenta a supremacia de perspectivas que levam à injustiça social, ao incorporar as construções “culturais” de identidade. Para a autora, tais modelos de reconhecimento exigem remédios que valorizem também grupos e pessoas sem identidade grupal, reconhecendo suas especificidades e tornando as abstrações identitárias – produtos de estruturas opressivas – em concretudes sociais emancipatórias (FRASER, 1997, p. 19).

Asad Haider, no seu livro, *Mistaken identity: race and class in the age of Trump*, publicado em 2018, afirma que a política identitária acabou por dividir a esquerda. Segundo o autor, o movimento identitário começou nos EUA com o coletivo de mulheres socialistas lésbicas, em 1977 (Coletivo “Combahee River”), que defendiam a construção de uma solidariedade com outros grupos progressistas, com o objetivo de eliminar ou mitigar todas as formas de opressão, ao mesmo tempo em que clamavam sobre os seus próprios sofrimentos de opressão. No entanto, suas reivindicações foram cooptadas pelo processo neoliberal, criando opressões entrecruzadas, que geram um divisionismo social ao invés de estimular a solidariedade. Segundo Haider (2018), o enquadramento da política de identidade, tal como caminha, reduz a política ao que o indivíduo diz que é, no sentido de obter o seu reconhecimento como indivíduo e não como “sujeito social” que participa em uma coletividade, na luta coletiva contra uma estrutura social opressora, necessária a um novo “universalismo insurgente”.

No Brasil, estamos vivenciando uma espécie de “mercadorização” das identidades. O espírito do capitalismo financeiro absorveu a política identitária e, paradoxalmente, criou um ambiente em que a afirmação das identidades acabou reforçando as mesmas normas, que se dispôs – anteriormente – a criticar.

Nesse diapasão, está longe de minha prática intelectual e de minha consciência política emancipatória e democrática considerar que as diferenças devem ser negadas ou silenciadas, na medida em que “falar é passar a existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p. 33). Tenho ciência que o homem branco e heterossexual eurocêntrico representa a imagem do opressor, como um signo. “Amanhã”, o opressor pode possuir outra face... Como intelectual orgânica, tenho a consciência histórica da dominação, da opressão e da “tanatopolítica” em relação aos negros; dos pobres que morrem nos corredores e nas filas dos hospitais; da guerra perdida às drogas, que só matam crianças e trabalhadores das favelas; das tribos indígenas dizimadas por colonizadores nacionais e internacionais em busca de ouro e riqueza; da violência física e simbólica em relação às mulheres e às comunidades LGBTQQICAPF2K. Tenho ciência empírica das ratazanas que comem bebês em regiões ribeirinhas das periferias urbanas; da falta de água, saneamento e luz; da desqualificação profissional concreta e simbólica, produzida pelo poder masculino, em relação às mulheres; dos jovens que saem das escolas públicas sem saber ler e escrever; do desemprego exorbitante que nos retira a dignidade humana. Tenho plena consciência do racismo estrutural, da homofobia, da transfobia e dos extremos fascismos sociais tanto da direita como da esquerda. Tenho consciência das mazelas sociais concretas, simbólicas e subjetivas que assolam o Brasil por meio da colonialidade do poder dos países centrais. Acredito que todos nós somos diferentes. E é essa diferença que nos unifica como seres humanos e cidadãos. Faço das palavras de Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 53), a minha ressalva:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e, temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Temo não só pelo essencialismo exacerbado das “políticas de identidade”, mas como essas identidades estão sendo manipuladas pelo poder mediático dos grandes grupos detentores dos meios de

comunicação. Esses grupos associados ao poder do capital financeiro têm criado um espaço fabuloso e espetacular, dispersando o espaço público e criando o esvaziamento da atenção aos reais e estruturais problemas que o Brasil precisa enfrentar. Ao invés de nos unirmos e focarmos nas questões sociais concretas que o Brasil precisa enfrentar, o assunto de afirmação e de reconhecimento de políticas de identidade tem substituído o tema da política mais ampla. Não há apenas a perda do universal, mas do espaço público comum. O problema, segundo Janine Ribeiro (2000), está no tipo de reivindicação desses grupos, que acentua a homogeneidade de seus membros até conceber que somente seja possível a relação social “entre iguais”.

A pulverização programática das políticas públicas no Brasil contemporâneo

A década de 1990 ganhou a preponderância de uma agenda pública neoliberal com a estruturação de um Estado mínimo. Na América Latina, em particular no Brasil, esse receituário internacional tem tido um efeito quase devastador, devido à fragilidade já existente do Estado. O ajuste estrutural com a Reforma do Estado terminou por desorganizar os mínimos direitos sociais conquistados. Dito isso, é fulcral atentarmos para a importância do Estado na formulação e implementação de políticas públicas para o Brasil, na medida em que ainda não pode ser substituída, simplesmente, pela pretensa alocação eficiente do mercado. São necessários, ainda, novos mecanismos institucionais estatais que possam dialogar com a diversidade de trajetórias sociais e cotidianas de sofrimento e morte que acometem a maioria da população brasileira que vive sob vulnerabilidade socioeconômica, diante da nossa exorbitante desigualdade social escancarada no cenário da pandemia do Covid-19.

Pensar sobre a programática de políticas públicas em regiões e territórios periféricos impõe sérios desafios às epistemologias do Sul. A formulação de dadas políticas (*policies*) é realizada a partir de diagnósticos sociais que precisam envolver o debate e o diálogo entre uma pluralidade de atores sociais, ao lado das instituições estatais. É no espaço conflituoso da arena política (*politics*) que se disputam inte-

resses e necessidades. Portanto, as políticas públicas são o resultado da materialidade de disputas e de decisões políticas. Contudo, vale lembrar que no espaço Sul do sistema-mundo as políticas públicas são intercambiadas e insuladas burocraticamente no aparelho do Estado, tanto por interesses de elites econômicas e políticas fisiológicas, quanto pela forte interferência de pressões e constrangimentos de instituições multilaterais internacionais, como contrapartida de apoio financeiro ao desenvolvimento dessas políticas.

Nessa conjuntura, realizo uma breve retrospectiva para compreendermos que a exacerbada polarização social, imbuída de reivindicações identitárias difusas, enfraquece e agrava o diálogo na esfera pública, fragilizando sobremaneira as demandas por políticas públicas fortes e estruturais ao Estado brasileiro.

Frente à crise fiscal originária das crises do petróleo dos anos 1970, o receituário foi o de compartilhar responsabilidades com a sociedade na resolução dos problemas sociais. As agências internacionais passaram a questionar e interpretar a matriz “estadocêntrica” como nociva ao desenvolvimento econômico e social dos países. A natureza da intervenção estatal e os caminhos da reforma do Estado transformaram-se em grandes temas na agenda brasileira. Iniciou-se a proposta de se radicalizar o corte com o modelo de intervenção do passado, até alcançar uma reestruturação do papel do Estado, ainda em processo no Brasil.

Contudo, os países da América Latina apresentaram o “paradoxo neoliberal” produzido pelas agências multilaterais, em especial, pelo Banco Mundial. Os países que obtiveram melhores resultados com a incorporação de mecanismos de mercado foram os de instituições políticas fortes. Foram os núcleos de coordenação do Estado que puderam viabilizar o bom funcionamento do mercado, que não diminuiu a distância entre os ricos e os milhões de pobres.

Concomitantemente, a máquina burocrática abriu canais de comunicação e criou novas institucionalidades jurídicas para promover a participação social no recente processo democrático. Assim, a energia solidária mobilizada para o enfrentamento dos problemas sociais cotidianos foi capturada para o interior do aparelho estatal, com o objetivo de “domesticar” impulsos mais conflitantes de luta social.

O referencial do Banco Mundial sobre a importância do capital social serviu para garantir o fortalecimento de organizações sociais não estatais e, conseqüentemente, para garantir a execução eficiente de programas governamentais de compensação social propostos e financiados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, face ao contexto de ajuste estrutural, liberalização da economia e privatização do patrimônio do Estado. A nova configuração institucional “sociocêntrica” produziu a expectativa de que a transferência de responsabilidade do Estado para outras instâncias sociais poderia tornar o Estado mais eficaz e eficiente para promover a coesão social e garantir a governabilidade. Criou-se uma revitalização da participação social a partir do conceito de capital social, no intuito de fomentar o debate sobre as questões sociais.

No movimento de retração estatal dos anos 1990, o poder antes localizado no Estado se estendeu por uma rede de relações e por campos setoriais, como grupos de mulheres, de jovens, de aposentados, grupos étnicos, ambientalistas, dentre outros. Surgiram as Organizações Não Governamentais (ONGs) como canais não oficiais dando apoio internacional a microprojetos sociais, dirigidos para o nível local. As iniciativas da sociedade civil apontaram para o surgimento de uma nova cultura política no Brasil, uma vez que as práticas sociais passaram a ser orientadas por um novo nível de condutas, normas e valores em relação ao interesse público.

Nessa trajetória, a mobilização social dos anos 1990 veio impulsionar uma capacidade artificial da sociedade para se mobilizar em função de uma proposta de participação social “domesticada” pelo Estado. Surge uma pluralidade de atores sociais disputando e convergindo seus próprios interesses, diante das incertezas e da precariedade social. Conforme Montaño (2002, p. 272), desde os anos 1980 o Banco Mundial – como representante das ideias neoliberais –, aumentou a destinação de verbas para organizações não governamentais com o objetivo de cooptar as lideranças sociais e amortecer os ideários de luta que emergiam na América Latina. Assim, observamos nos anos 1990 um recuo das propostas emancipatórias dos movimentos sociais. Como resultado, ao invés de pensar a sociedade como um todo, as ONGs passaram a elaborar projetos sociais em parceria com organismos internacionais, diante do capital social e

bases de informações disponíveis de grupos que tinham o mérito para assegurar a negociação nessa parceria.

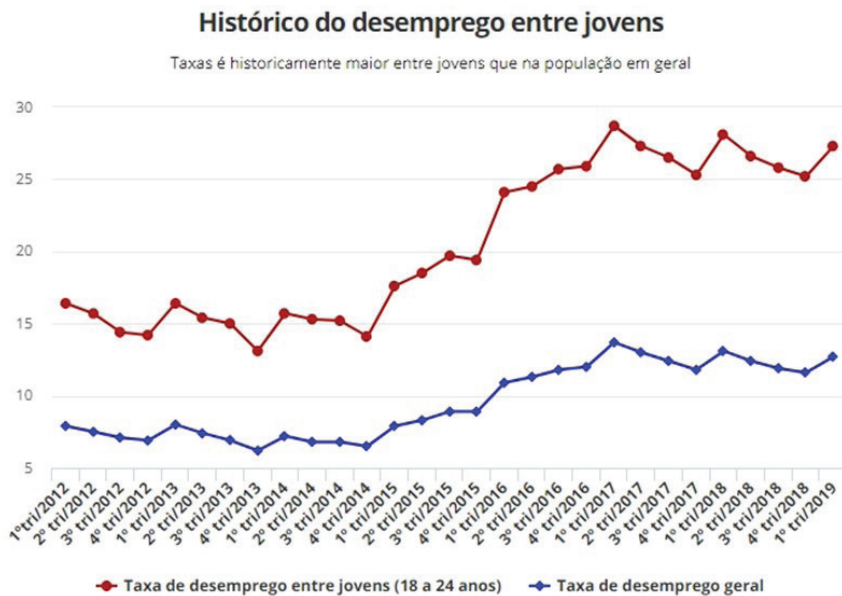
Nessa trajetória de incentivo à participação social, nos anos 2000, a ação social passou a ser pulverizada por identidades de grupos sociais não reconhecidos. As políticas identitárias passaram a atacar a desigualdade, mediante a força daqueles que passaram a ter uma “voz” mais forte no mercado consumidor, como, por exemplo, os homossexuais e as mulheres negras de classe média com potencial consumidor.

A expansão das políticas identitárias foram implementadas no Brasil diante das metas a serem atingidas pelos Objetivos do Milênio (UNITED NATIONS, 2000), que tinham dentre os seus objetivos a promoção da igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres. Nos anos 2000, pudemos observar o poder Judiciário coadunando com os Objetivos do Milênio, passando a atuar ativamente em pautas progressistas identitárias, por meio da onda da “judicialização da política”. Com o aval do Supremo Federal, a partir dos anos 2002, passamos a adotar políticas públicas compensatórias, dando origem a um “novo populismo”. Ao invés de políticas públicas redistributivas estruturais, o Brasil passou a focar em “políticas focais de cotas”, tais como: cotas raciais; para indígenas; cotas para estudantes de escolas públicas; para transexuais; e cotas para mulheres na política parlamentar. Conseqüentemente, os grupos sociais identitários que antes estavam excluídos do debate e da formação escolar universitária, em especial os jovens, passaram a lutar pelo reconhecimento de suas identidades. Contudo, as políticas de cotas – isoladas – não representam nenhuma transformação estrutural na sociedade brasileira. Não há como negar a sua importância, na medida em que há mais mulheres, pobres, negros e indígenas nas universidades públicas; e há mais mulheres denunciando a violência.

No entanto, quantas vezes debatemos e pressionamos, na ágora, sobre como elevar o patamar da qualidade da educação pública do ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior no Brasil, em especial para esses grupos minoritários? Quais medidas estruturantes que o Estado tem tomado para mitigar o desemprego? Que estratégias precisam ser fomentadas para o investimento na saúde, na ciência e na tecnologia? Qual a prospecção de políticas públicas a se-

rem elaboradas em relação à infraestrutura brasileira, ao saneamento básico, à habitação, às ferrovias e ao transporte público? Enfim, o que mudou estruturalmente no Brasil, desde 1988, até os dias atuais?

No limiar do século XXI, o governo brasileiro – a despeito da globalização financeira – negligenciou a crise econômica americana e europeia de 2008, provavelmente em função do possível efeito da publicização da crise vir afetar as eleições presidenciais de 2010. A crise somente foi incorporada no Brasil, “oficialmente” pelo governo federal, em 2014. No entanto, a crise já desenfreava uma demanda de trabalho, atingindo graus sérios, principalmente entre os jovens. Eles sentiam em suas vidas concretas e simbólicas, como ela os afetava. O sentimento de desesperança desses jovens abalou a credibilidade em relação aos políticos e governos na medida em que foram duramente afetados pela expansão e dimensão da crise econômica mundial, conforme gráfico abaixo:



Fonte: IBGE

O percentual de jovens pobres desempregados aparece menor no gráfico oscilando desde 2012 porque, dentre outras razões, grande parte deles não estava procurando emprego. Com o fluxo da estagnação econômica, muitas famílias – que conseguiam manter

seu filho estudando por mais tempo –, já não conseguiam mais e começaram a pressionar a taxa de desemprego. Como consequência, tivemos as manifestações de jovens em 2013, criando um espaço capilarizado de mobilização cidadã. Suas reivindicações, mesmo que difusas, puderam nos sinalizar a situação socioeconômica em que eles se encontravam: sem perspectiva de emprego e vivendo em situação de total desesperança.

As manifestações de 2013 retrataram o descontentamento e a insatisfação generalizada de jovens em relação às opções das lideranças políticas nacionais. Como as reivindicações eram difusas, pulverizaram a vida política por meio das polarizações ideológicas que se distorceram e se reverberaram nas mídias por meio de polos rivais, pressionando os governos a atuar com a força da violência, amortecendo sua luta. Consequentemente, a força pulsional dos jovens para a transformação de mudanças estruturais no Brasil foi redirecionada para a polarização ideológica-identitária. Elas se fortaleceram com vigor, mobilizando-se centradas sobre uma problemática de identidade e afirmação, em busca de reconhecimento. Deixou-se de discutir sobre as desigualdades, para se discutir as diferenças. O meio em que esse movimento social evoluiu não era mais o espaço político e institucional, mas aquele formado por grupos autônomos, sem objetivo de elaborar uma nova concepção mais geral de sociedade a partir de um projeto coletivo mais amplo. Consequentemente, o poder de integração social que poderia ser capaz de resistir às forças hegemônicas se esgotou, propiciando espaço para amortecer as energias pulsantes da esfera pública para o fortalecimento da democracia brasileira.

Na esteira desse horizonte pulverizado e polarizado de forma ideológica-identitária criou-se, paradoxalmente, um espaço extremamente favorável para a penetração e difusão do discurso de uma coesão nacionalista-conservadora interna: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Urge, portanto, a emergência de intelectuais e lideranças políticas com coragem de substituir a “microética” por uma “macroética” capaz de articular a responsabilidade de todos e unir-se com as forças contrárias à subalternização colonialista brasileira. Para isso, é mister envolver as pautas identitárias conjuntamente e, de forma

interseccional, com a elaboração de pautas de conteúdo concreto de políticas públicas amplas e inovadoras, sendo capaz de podermos desconstruir substancialmente o “estado das coisas como são”, intrínsecas de nossa desigualdade estrutural; e, assim, caminhar em prol de uma coesão e reconstrução social emancipatória, garantindo projetos coletivos universalizantes para a efetividade material dos direitos sociais, às cotas-partes da sociedade, que são a maioria deste Brasil: os pobres, que vivem em seus cotidianos os efeitos perversos contínuos de uma sociedade marcada pela escravidão.

Considerações finais

O ambiente do fortalecimento do capitalismo financeiro teve o poder, não só no mundo, mas principalmente nas regiões semi-periféricas do sistema-mundo, de manipular a produção dos nossos sentidos, polarizando ideologias e identidades. As reivindicações pós-materialistas se fortaleceram, principalmente em relação ao reconhecimento das identidades, que foram e são historicamente subalternizadas. No Brasil, as pautas identitárias tiveram um enorme apreço pelo Supremo Federal, que resultou no processo de “judicialização da política”, sendo utilizado por grupos políticos com interesses particulares, dispersando e interferindo no debate político sobre as políticas públicas. O capital social mediático com maior poder de pressão foi aquele que tinha o melhor “advogado” para catalisar as identidades no “jogo político identitário”, nas mídias.

A matriz neoliberal associada à financeirização do capital acabou por incorporar as novas demandas ideológicas e responder a elas, para se justificar e se legitimar no sistema-mundo capitalista contemporâneo. A estratégia encontrada para a expansão do capitalismo financeiro, aliada à retração do Estado, ao desenvolvimento tecnológico e à robotização da mão de obra, vem gerando o aumento exacerbado do desemprego e das desigualdades sociais. Consequentemente, o poder hegemônico realiza a captura ideológica dos movimentos culturais identitários, polarizando-os no sentido de controlá-los e “domesticando” as reivindicações de reconhecimento pelas diferenças culturais. Essas “críticas artísticas” não abalam as concretas estruturas do atual capitalismo financeiro; no entanto, im-

pactam sobremaneira na vida concreta das sociedades e populações mais frágeis. A solidariedade construída em torno desses coletivos ou movimentos sociais identitários é uma resposta individualista que tem se tornada hegemônica diante das questões sociais no Brasil. Deixa de ser uma resposta da responsabilidade do Estado ou da responsabilidade de todos que contribuem compulsoriamente para o financiamento do Estado. Agora, predomina no discurso *mainstream* a autorresponsabilidade de indivíduos, inclusive daqueles que possuem mais necessidades. Ou, por outro lado, talvez só nos resta, ao sul do sistema capitalista, políticas compensatórias de afirmação da diferença.

O que está em jogo na política partidária na América Latina não é o conteúdo programático dos partidos, na arena política, na medida em que quem vence é aquele que terá o maior grau de carisma mediático, seja no poder Executivo, Judiciário ou Legislativo, para reproduzir os anseios de dominação em relação ao jogo do poder político e econômico do capital financeiro.

Sem infraestrutura, produtividade, emprego e setores eficientes nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, o poder geopolítico global estará sempre conduzindo o sul do sistema-mundo e nos “norteando” para atuarmos politicamente de maneira polarizada: não a partir das desigualdades, mas pelas diferenças identitárias.

A nossa energia pulsante e transgressora é cooptada para o interior do aparelho burocrático, domesticando-a e pulverizando as demandas. Ao invés de criarmos uma consciência coletiva, em prol de um projeto emancipatório, em particular no Brasil, as famílias e as instituições políticas se fragmentam e não se articulam. Creio que as mudanças, infelizmente, ainda estão longe de se concretizarem. Quiçá, em outro momento... Oxalá!

Referências

APPIAH, Anthony. Identity, authenticity, survival: multicultural societies and social reproduction. In: GUTMANN, Amy (Ed.) *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 149-164.

- ASSIS, Machado de. *A Igreja do Diabo. Volume de contos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000195.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013*. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Lei/L12850.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992, p. 115-135.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madri: Akai, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: J. Zahar, 2018.
- CAZUZA; FREJAT, Roberto. *Ideologia*. In: CAZUZA. *Ideologia*. [S.l.]: PolyGram, 1988. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 1.
- ESQUERDA e direita na América do Sul. *Gazeta do Povo*, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/esquerda-e-direita-na-america-do-sul/>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the "post-socialist" condition*. New York: Routledge, 1997.
- HAIDER, Asad. *Mistaken identity: race and class in the age of Trump*. London: Verso, 2018.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Ática, 1997.
- _____. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- KRUKS, Sonia, *Retrieving experience: subjectivity and recognition in feminist politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3. ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS,

Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 6528 de 11 de setembro de 2013. Regulamenta o artigo 23 da Constituição do Estado. 2013. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/95394833846e60a583257be5005ec84a?OpenDocument>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SWAAN, Abram de. *A cargo del estado*. Barcelona: Pomares-Corredor, 1992.

UNITED NATIONS. *United Nations Millennium Declaration Resolution adopted by the General Assembly*. 18 Sept. 2000. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf. Acesso em: 26 dez. 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University, 2004.

EIXO 2

Inovação, subjetivação e democracia

Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais

Jair de Souza Ramos

Introdução

Em alguns de seus textos, o sociólogo Manuel Castells (1999 e 2003) popularizou a tese de que as conexões em rede na modernidade, das quais a Internet é o resultado último, representam uma ruptura com as estruturas hierárquicas e centralizadas que predominaram como formas estatais e institucionais até então. Contudo, alguns estudos dos processos de formação de Estado (BOXER, 1977; SOUZA LIMA, 1995; RAMOS, 2006) apontam numa direção diferente. Eles mostram que as administrações coloniais, constituídas pelas metrópoles europeias no Novo Mundo desde o século XVI, fizeram da ocupação do território um objetivo fundamental, e que um dos recursos para realizar esse objetivo era a construção de vias de comunicação e o estabelecimento de núcleos de povoamento. Tratava-se da construção de uma estrutura estatal organizada em rede. Do sucesso desse empreendimento decorria a possibilidade de extrair tributos e ordenar o território colonizado e as populações que ali se encontravam. Podemos ver aí que o papel das redes e de seus nós na organização humana tem uma história muito antiga. A literatura sobre os empreendimentos coloniais mostra ainda que o objetivo era conquistar territórios não apenas a outras populações, mas ao vazio entendido como ausência de submissão de populações e territórios ao mercado e ao Estado. É daí que vem a imagem do sertão como vazio (LIMA, 1999). Nesse sentido, a conquista e a administração colonial devem ser entendidas como atravessadas pelo esforço em produzir co-

nexões. Em última instância, os estudos coloniais, especialmente aqueles influenciados pelo conceito de governamentalidade de Foucault, nos mostram que governar é estabelecer cadeias de conexão por meio das quais deveriam circular mercadorias, tributos, trabalho e autoridade. Nesse sentido, não há nenhuma oposição fundamental entre redes e estruturas verticalizadas, como supõe Castells, uma vez que estas últimas demandam um esforço de centralização que se faz pela captura de redes que conectavam espaços de povoamento e de trabalho.

Ao lado do esforço por produzir conexões em territórios concebidos como “vazios”, as administrações coloniais se esforçaram por identificar e capturar territórios já atravessados por conexões densas. Aí, elas se apropriam de uma técnica de governo específica de outra estrutura política, que foram as estruturas imperiais de conquista e governo. De todo o modo, esse é um alvo tradicional de qualquer tipo de guerra de conquista: identificar redes e suas conexões mais densas, pois quanto mais intensas as trocas materiais e simbólicas realizadas por meio dessas cadeias de conexão, mais valiosos são os nós densos dessa rede¹.

Em suma, se a geometria nos ensina que o espaço é a distância entre dois pontos, podemos descrever esses processos sócio-históricos de produção de conexões humanas e de seus nós em rede nos termos de uma produção contínua de espaços sociais. É daí que decorre a definição como espaços vazios daqueles territórios sem conexão².

¹ Esse é o caso clássico da conquista de cidades que eram importantes entrepostos comerciais. Para recuar bastante no tempo: quantas invasões e cercos sofreu a cidade de Alexandria na Antiguidade? Afinal, ela era a porta de entrada do rico Oriente Médio, ao mesmo tempo em que um dos nós mais ricos e densos da região. Voltando a 2012, por que a rede social de compartilhamento de fotos Instagram foi vendida à empresa Facebook por 1 bilhão de dólares? Porque ela era um nó denso da rede de redes que é a Internet. Aliás, o Facebook aumentou ainda mais a sua densidade na rede, ao atingir a marca de 1 bilhão de usuários ativos. E o conceito de densidade aqui remete diretamente ao Durkheim do suicídio, e à intensidade da vida social no verão, com suas trocas frequentes entre os agentes. Remete também ao conceito de rede densa de Barnes e Mitchell, e sua ênfase nas muitas valências.

² Quem está familiarizado com a ficção científica nos livros, filmes e seriados de TV, sabe que os desejos e sonhos de conquista do espaço extrater-

Internet como espaço social

Espero que comece a ficar mais clara a relação dessa longa história humana de produção de conexões humanas em rede e a Internet. Bem, mais do que uma novidade absoluta, a rede mundial de computadores se inscreve nessa história. Nesse sentido, mais do que um mundo virtual, tomado como oposto do mundo real, estamos diante da contínua produção humana de novos mundos e de sua colonização por meio de um duplo movimento de produção de conexões e de sua ordenação. Nesse sentido, a comunicação mediada por computador, cada vez mais difundida, implica que esses computadores fixos ou móveis sejam produto e produtores de redes, é a distância e relação entre os nós formados por eles que constitui o que chamamos de ciberespaço.

Mas se até aqui eu explorei continuidades, e vou continuar fazendo isso ao longo desta reflexão, é necessário também apontar as novidades que o ciberespaço introduz na produção humana de redes.

A primeira e mais evidente é que a rede formada por computadores encontra-se em uma relação de heterogeneidade e relativa descontinuidade diante de territorializações de espaços físicos. Nesse sentido, o tipo de espaço social produzido na rede de computadores, *smartphones* e *tablets* não guarda continuidade em relação à qualquer base geográfica fundamental. De fato, essa rede não é construída como apropriação de um espaço físico como espaço social, como era predominantemente o caso antes, mas sim como pura produção de um espaço social cuja materialidade é a informação e seus modos de transmissão. Ainda que a informação esteja presa à rede como um todo, ela está em mais de um lugar físico da rede (por meio de mecanismos de redundância), de modo que servidores e seus terminais (que são os PCs, *notebooks*, *smartphones* etc.) são intercambiáveis e substituíveis sem que a rede formada pela circulação de informações seja colocada em xeque. Assim, temos uma continuidade inscrita na história de produção de espaços sociais por meio de

restre são um tema recorrente. Ele é um espaço vazio, enquanto não for capturado numa malha humana de postos, entrepostos, sedes, núcleos e, sobretudo de circuitos de viagens interestelares.

redes, mas, de outro, uma descontinuidade devida ao fato de que o espaço construído por essa rede de computadores é todo feito de informações.

Logo, o que é chamado um tanto equivocadamente de virtual – e o equívoco reside na oposição entre real e virtual – é essa experiência de existir e agir em um espaço cuja matéria é informação. Os ambientes de realidade virtual, como o Second Life, sobre o qual existem trabalhos importantes e inovadores, são a expressão mais bem acabada dessa experiência de ser, viver e agir com base em uma matéria toda feita de *bytes*.

Redes, conexões e trocas de informação

Depois de abordar a descontinuidade por trás da qualificação de virtual, vou dar mais um passo para a outra margem de rio e tentar recuperar algo da continuidade das redes de comunicação. Senão, vejamos: durante a vigência, nos séculos XVII e XVIII, da formação social de Corte, estudada por Norbert Elias, a troca de cartas desempenhava uma papel fundamental na gestão da rede de relações entre nobres, sedimentando alianças e antagonismos e permitindo, também, entender a posição relativa e mutável de cada agente na figuração (ELIAS, 2001). O trabalho clássico de Thomas e Znaniecki sobre os imigrantes poloneses nos EUA nos mostra que, desde ao menos o século XIX, a troca de cartas seguiu os imigrantes nos novos circuitos de circulação de mão de obra da Europa para a América (THOMAS e ZNANIECKI, 2004). Quanto mais longe os imigrantes iam, mais importante se tornava estreitar, no tempo, a troca de informações. Pelas cartas circulavam notícias, bênçãos e demandas. Casamentos e viagens eram contratados. Trabalhos e moradia eram garantidos³. O século XIX introduziria ainda uma novidade capaz de acelerar a troca de mensagens: o telégrafo, que junto com a navegação feita por barcos mais velozes e o deslocamento nas estradas de ferro, permitiu estreitar ainda mais no tempo aquilo que era distante no espaço. Observemos aqui que a ideia de que a vasti-

³ Uma frase da literatura das cartas, que ficou eternizada no samba *Antônico*, de Ismael Silva, mostra bem o modo como as demandas circulavam através delas. Ela dizia: “Faça por ele como se fosse por mim”.

dão das distâncias físicas pode ser reduzida pela velocidade com que as informações são trocadas – em outras palavras, que a velocidade da comunicação torna o mundo menor – não é uma invenção do telefone e do rádio, muito menos da Internet.

Pois bem, ao longo dos séculos XIX e XX temos a construção paulatina de uma rede de correios e telégrafos que foi ganhando cada vez mais importância à medida que se intensificavam os fluxos de pessoas e mercadorias através dos oceanos. E a importância dessa rede de circulação de informações é diretamente proporcional ao tanto que ela se entrelaçava com as demais redes de circulação de pessoas, mercadorias e de autoridade estatal. Temos aqui uma pista para entender tanto a limitação do uso do termo virtual para falar daquilo que se realiza através da Internet quanto para entender porque ambientes como o Second Life não se tornaram predominantes e têm até mesmo perdido força diante de ambientes, como as redes sociais do tipo Facebook, que se esforçam por se aproximar o mais possível da rede de relações que os indivíduos entretêm *off-line*. Em todos esses casos, as redes de comunicação se tornam mais poderosas e eficazes quanto mais se entrelaçam com redes de circulação de pessoas, objetos e poder. É esse entrelaçamento que torna artificial distinguir, em determinadas situações, o *on* e o *off-line*, ainda que sejam, de fato, redes compostas de materiais e possibilidades muito diferentes.

Mas, voltando à história das redes de comunicação, temos no século XX a massificação de três redes de comunicação: jornais, rádio e televisão. Uma característica que as distingue da rede de Correios e Telégrafos é que elas eram predominantemente unidirecionais. A informação circulava do centro para as bordas da rede mais do que no sentido inverso. Já na rede de correios e telégrafos a informação circulava em todas as direções.

Outra rede de comunicação foi constituída de forma maciça na segunda metade do século XX: a rede de telefonia. E esta também era uma rede multidirecional. Enquanto ela era uma rede fixa e relativamente escassa, os pontos da rede eram estabelecimentos comerciais. Mas, à medida que ela se adensou, os pontos passaram a ser casas. E nas condições mais favoráveis, quartos. Mas mesmo nas condições mais favoráveis, a gestão do terminal telefônico era

coletiva. Quando a telefonia se torna móvel é que a unidade social a qual passa a corresponder o telefone em uso e gestão é, potencialmente ao menos, um indivíduo. Com a telefonia celular, passamos a ter uma rede extremamente capilarizada, individualizada e, ao mesmo tempo, multidirecional.

Paralelamente a esse processo, tivemos o desenvolvimento da rede de redes de computadores, que é a Internet. Uma boa introdução a esse processo pode ser encontrada no livro *Galáxia da Internet*, de Emanuel Castells (2003). Como é um texto bastante conhecido, vou aqui explorar alguns aspectos dessa história que são deixados de lado na análise de Castells, levando em consideração que concordo com a maior parte de seu texto.

Castells nos mostra que a Internet foi sendo constituída como uma rede que articulava redes já existentes a partir do desenvolvimento coletivo de protocolos de comunicação. Ora, a modalidade mais básica de rede são as intranets institucionais existentes em empresas, nas Forças Armadas e nas universidades. Na sua unidade mínima, elas eram compostas de um servidor e de um conjunto de terminais. A informação circulava em todas as direções da rede, mas o servidor era o centro da rede.

O aspecto que Castells negligencia é a massificação do computador pessoal a partir dos anos 1980. Naquele momento, o PC representava a quebra do paradigma da rede. É sabido que a computação em rede é muito mais eficaz em termos de processamento, armazenamento e circulação das informações do que integrar e isolar todas essas funções num único aparelho. Contudo, o computador pessoal representava a possibilidade de trazer para dentro de casa e individualizar um conjunto de tarefas caras e dispersas em múltiplos agentes e equipamentos. Além disso, ainda não estavam dadas as condições materiais e tecnológicas que permitiriam a integração do PC em rede. Assim, a massificação do computador foi acompanhada de sua individualização no espaço da casa.

A Internet representou a captura do PC pelo paradigma da rede, tornando-o gradativamente um terminal, isto é, fazendo com que parcela fundamental da informação e do uso se realizasse na rede e o PC se tornasse instrumento dessa conexão e circulação. Evidentemente, esse processo não foi imediato. Podemos distinguir dois mo-

mentos: o primeiro em que os PCs realizam a conexão das casas à rede e, a partir daí, a possibilidade de realizar na rede um sem número de ações de comunicação; e um segundo, mais recente, com a chamada computação nas nuvens, em que os PCs tornam-se inteiramente terminais, intercambiáveis uns com outros.

Podemos concluir esta seção afirmando que o início do século XXI testemunhou a fusão da rede de telefonia celular com a rede de computadores através da combinação de três tecnologias: o Wi-Fi, as redes de dados, e o *smartphone*. Essa fusão produziu a máxima individualização da relação entre homem e computador, num desenvolvimento evidente do PC, e, ao mesmo tempo, produziu a máxima integração desse sujeito individualizado em uma rede ampla onde ele passa a desenvolver uma grande parcela de suas ações significativas. Isso nos conduz a mais um tema clássico das Ciências Sociais que é aquele relativo aos modos de produção social de subjetividade e indivíduo, que é o objeto deste artigo e que examino a seguir.

Subjetivação em rede sob o capitalismo flexível – modos de produção de indivíduos

A noção de pessoa é um tema clássico da investigação antropológica e a centralidade do debate teórico contemporâneo sobre temas tais como *self*, *agency*, *body*, e *embodiment* representa um desdobramento dessas investigações. Uma contribuição importante na abordagem desses temas é aquela que, derivada dos estudos de Michel Foucault, examina os processos de subjetivação, isto é, os mecanismos simbólicos e materiais meios dos quais, “em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT apud RABINOW & DREYFUS, 1984). Este artigo se insere nesse campo de estudos ao examinar a produção social da pessoa que se desenvolve por meio da rede de redes de computadores que é a Internet. Interessa-nos, especialmente, o modo como a articulação de agências humanas e agências maquínicas nas redes sociotécnicas constituídas por computadores, *tablets*, *smartphones*, plataformas, aplicativos e indivíduos serve de moldura a processos de subjetivação.

Como vimos na seção anterior, no momento em que os PCs passam a integrar a rede da Internet testemunhamos um processo de individualização em rede, e são os aprofundamentos e desdobramentos dessa individualização que interessa-me examinar a partir de agora.

É necessário observar que esse processo de individualização em rede está ligado a desenvolvimentos tecnológicos específicos, mas também a mudanças estruturais na reprodução capitalista. Em *A corrosão do caráter*, Richard Sennet definiu a exigência de flexibilidade como um dos traços marcantes da cultura capitalista contemporânea e a base de novas estruturas de poder e de controle (SENNET, 1999 e 2006). Com o termo, ele identifica a demanda por profissionais capazes de se submeter a incessantes mudanças de localização geográfica, de posição funcional e atuação para sobreviver no mercado. Em seu diagnóstico, Sennett afirma que essa cultura fragiliza as relações trabalhistas e corrói valores como o compromisso, a confiança e a lealdade que, antes de serem simplesmente mistificações da ideologia capitalista, são fundamentais para a consolidação “daquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (SENNET, 1999, p. 32).

A pista que quero seguir aqui consiste em observar como a flexibilidade como padrão de conduta se entrelaça com as mudanças nas tecnologias de comunicação, especialmente no que diz respeito ao controle exercido sobre o trabalho, e para isso é necessário examinar o modo de funcionamento da comunicação em rede. A partir do desenvolvimento dos protocolos de comunicação que permitem a operação de computadores em rede, as grandes empresas desenvolveram redes internas – as intranets – de modo a permitir que todos os seus departamentos pudessem trocar informações. Em seu funcionamento, uma rede torna cada computador um terminal. Assim, memorandos, informações, fichas e bancos de dados eram produzidos e circulavam entre os agentes através desses terminais. Bastava o funcionário ligar o seu terminal para ser capturado por essa circulação de informações. Contudo, até o advento das redes móveis, as intranets estavam territorializadas em edifícios ou conjunto de edifícios. Nesse sentido, as tecnologias de informação podiam aumentar

a produtividade do trabalho, aumentando o consumo e produção de informação, porém sem aumentar o tempo de trabalho, uma vez que não rompiam por si só a separação entre o local de trabalho e o mundo lá fora.

Um grande passo na direção da flexibilização das relações de trabalho entre executivos e pessoal técnico das grandes empresas veio com a tecnologia que a empresa Research In Motion (RIM) popularizou no mercado de telefonia na primeira década do século XXI: o Blackberry. Basicamente, tratava-se de um aparelho que reunia as funções de telefonia móvel, envio de mensagem de textos, envio de fax pela Internet e outros serviços sem fio. Mas o mais importante deles, responsável pelo sucesso do aparelho, foi a produção de uma rede de dados, sobreposta à de telefonia, que ligava cada aparelho a um conjunto de servidores da RIM. Bastava uma empresa se associar ao serviço, ou um usuário se associar individualmente, para que o aparelho celular se tornasse um terminal da rede fornecida pela RIM. Isso permitiu a oferta de um serviço básico das intranets: o *push mail*. Isto é, os *e-mails* eram enviados em intervalos regulares para o aparelho, sem que os usuários precisassem chamar o serviço de *e-mail*, eles mesmos. Com isso, cada funcionário de direção, ou mesmo um simples vendedor da firma, estava ao alcance do envio e recebimento de informações pela empresa o tempo todo, que transitavam criptografadas, de modo a garantir a segurança. Essa inovação rompia com o espaço fechado do “local de trabalho”. Flexibilizava também a regularidade da rotina de trabalho, com a conexão entre tarefas e horários determinados para executá-la. O trabalho passa a ser realizado em movimento e a realização da tarefa passa a ter precedência sobre o modo, o momento e o lugar de realizá-la. Isso representa a ruptura da organização burocrática em benefício de uma suposta liberdade individual na realização do trabalho.

Trata-se de uma suposta liberdade, pois, com a tecnologia materializada no Blackberry, e que viria a ser o protótipo das funções corporativas a serem desempenhadas pelos celulares inteligentes, a comunicação empresarial atingia o seu objetivo de ser constante e coletiva. Com os funcionários capturados na rede, havia não apenas um aumento da produtividade, mas do tempo de trabalho, uma vez que o tempo do deslocamento e mesmo em casa era capturado pela

rede. Nas viagens de metrô, os funcionários administrativos das empresas eram facilmente reconhecidos pela conferência constante das telinhas de seus aparelhos. Essa circulação contínua de informações, frequentemente importantes para as ações dos funcionários nas empresas, gerava um estado emocional de atenção e resposta aos aparelhos que foi traduzida na expressão pejorativa *crackberry*. Temos aí uma articulação entre urgência no envio e recepção das informações e excitação dos afetos que estrutura um dado funcionamento do eu desses agentes. Seu trabalho passava a ser medido pelo número de respostas dadas, e deixar de reagir a essa intensa circulação de informações era revelar-se improdutivo e, ao mesmo tempo, deixar de existir como um agente significativo na rede. Se a primeira dimensão diz respeito a ser capaz de responder ou não às novas expectativas profissionais criadas pelo capitalismo flexível, a segunda dimensão envolve a própria definição do trabalhador como pessoa, isto é, como parte de um universo de comunicação e partilhamento de significados no qual se exige que cada indivíduo tenha um papel ativo.

Essa transformação nas tecnologias de comunicação e o envolvimento ativo dos agentes nela nos levam a um conceito desenvolvido por Sherry Turkle: o eu amarrado a pessoas e máquinas através das tecnologias de informação (TURKLE, 2006). Com esse conceito, ela chama atenção para o fato de que, mais do que buscar e demandar a informação, são de máquinas que os indivíduos recebem informações e têm as suas próprias disponibilizadas. É o modo técnico de funcionamento dos servidores, no caso do Blackberry, ou das plataformas, como no caso de redes sociais como o Facebook e o Orkut, que definem a natureza, a quantidade e o ritmo das informações que o indivíduo recebe. Ao mesmo tempo, como essas informações vinculam pessoas a ações de outras pessoas, e por isso produzem espaço social, o modo de funcionamento da subjetividade está amarrado à rede por meio dessa circulação de informações e significados. Isso tem impacto sobre práticas profissionais, como vimos acima, mas também sobre práticas de consumo, decisões eleitorais e engajamentos políticos, e comportamentos amorosos e sexuais.

Exploremos um pouco mais o conceito. Um eu amarrado implica um dado modo técnico e comunicacional específico de estar

continuamente conectado a outros eus. Em primeiro lugar, essa conexão é realizada através de uma estrutura técnica que está em funcionamento contínuo. Em segundo lugar, essa estrutura técnica pode, ela mesma, enviar e receber continuamente mensagens, o que faz com que a conexão passe da potência à ação, por meio da máquina. Em terceiro lugar, o agente conectado está continuamente disponível para receber e enviar mensagens. Assim, essa conexão não é uma metáfora. Quando o indivíduo avisa outros de que está em seu celular, isto significa que ele vai carregá-lo e pode ser encontrado o tempo todo, mas também significa que este EU está continuamente na rede. Ele está no programa de mensagens instantâneas. Está *on-line* em uma rede social, de forma mais imediata do que o *e-mail*. E essa imediatividade da comunicação em rede torna-se estável como o resto da existência cotidiana. De modo que uma expressão como “você não sai daqui” pode ser usada tanto para se referir a um bar (esse lugar clássico da sociabilidade) quanto para se referir a Facebook e ao Twitter. Mas, à diferença do bar, a conexão entre as pessoas é mediada pelos dispositivos de comunicação que ela carrega com uma extensão do seu próprio corpo. O próprio Eu existe nesse arranjo de coisa e pessoa. É aquilo que foi tematizado por Donna Haraway com a figura do ciborgue como definidora do modo de existência da subjetividade na contemporaneidade (HARAWAY, 2009). Lembremos ainda que o uso dos dispositivos de comunicação na produção de redes de pessoas não é uma novidade. Falamos mais acima das cartas, do telégrafo e do telefone. Contudo, o telefone fixo era ligado a uma casa e frequentemente gerido por famílias, ao passo que o telefone móvel é basicamente, ainda que não exclusivamente, individual. Por isso, estamos falando aqui de indivíduos ligados a outros indivíduos por meio dos dispositivos. Disto resulta que a atual organização dessas redes sociotécnicas funciona como um elemento de produção de indivíduos.

Esse modo de ser indivíduo, articulando corpo e dispositivos tecnológicos de comunicação, implica em mudanças nas técnicas corporais. Dele resulta o isolamento corporal de jovens em relação a corpos próximos, que é indicativo não da falta de conexão e do enclausuramento, mas como pré-condição para outro tipo de conexão: aquela da rede. Isso implica em ligar-se ao telefone e desligar-se dos

que estão a sua volta, e gera o que Tuckle chamou de fenômeno da meia atenção, que consiste na experiência de ter a atenção dividida entre as conexões que se realizam no espaço presencial e àquelas que se realizam simultaneamente através da rede de *smartphones* e computadores. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que são produzidos como indivíduos, esses usuários estão envolvidos simultaneamente em diferentes conexões significativas. Recuperando a discussão de Weber sobre ação social e relações sociais, podemos dizer que este eu está envolvido em diferentes relações sociais simultâneas, algumas presenciais e outras que se realizam através dessa rede formada pelas tecnologias de comunicação. E apesar de parecer que os agentes estão ligados tão somente aos aparelhos que materializam essas tecnologias, eles estão também ligados através desses aparelhos a outros agentes, de modo que o que circula entre os aparelhos é também um conjunto de gratificações e frustrações entre muitos eus.

Os modos de identificação na *rede-login*, experimentação identitária e divergência identitária

Nesta seção vamos examinar com mais detalhe alguns aspectos dos mecanismos de subjetivação em rede, especialmente aqueles relativos aos mecanismos de identificação e autoidentificação dos agentes. Até agora examinamos os processos de produção de indivíduos por meio do entrelaçamento entre rede de computadores e rede de telefonia. O que faremos agora é examinar o modo como o indivíduo é construído como um aspecto suposto da organização técnica das redes, mas, para isso, precisamos voltar ao começo. Desde o seu início as redes de computadores implicaram dois modos diferentes e simultâneos de identificação para os indivíduos. O *login*, que é a credencial que permite o acesso à rede, e que funciona como a identificação individual na rede; e a identificação externa à rede que funciona como referência última do *login*. Assim, mesmo que haja uma gestão coletiva de um dado *login*, do ponto de vista da organização da rede, ele é sempre definido como um ponto de acesso ao qual corresponde uma identificação única. Em princípio, o *login* é apenas uma ferramenta

técnica de acesso à rede, mas à medida que as funções mais simples de comunicação das redes foram dando lugar à emergência de diferentes espaços de sociabilidade, o *login* foi sendo transformado na base de uma identidade virtual. Ou em outras palavras, a identificação técnica na rede foi se transformando em identificação simbólica. Isso permitiu uma separação entre identidade na rede e identidade fora da rede. Nas intranets institucionais e na sua expressão em segmentos de rede da Internet, essa separação é indesejável, uma vez que a natureza instrumental da comunicação e as necessidades de segurança corporativa exigem a justaposição direta das duas identidades, mas nos segmentos de rede da Internet que são estruturados com o objetivo de permitir que os indivíduos se relacionem em torno de interesses comum e/ou atividades lúdicas, a identificação dentro da rede ganhou uma relativa autonomia frente à identidade fora da rede e tornou-se a base para a construção de uma identidade virtual.

Essa relativa autonomia possui uma série de implicações e possibilidades. A primeira implicação é que, uma vez que não é possível ligar diretamente as duas identidades, a interação social dentro da rede passa a ser feita com base naquilo que é visível na rede, nos atos e investimentos simbólicos que o agente faz e percebe na própria interação naquele segmento de rede. Outra implicação decorrente dessa é que para existir na rede, o indivíduo terá de fazer um investimento identitário com os recursos disponíveis naquele segmento de rede. Terá de partir deles para construir um nome, uma imagem e uma reputação frente aos demais agentes. Ao mesmo tempo, essa relativa autonomia da identidade virtual permite uma experimentação identitária, isto é, a possibilidade de construir diferentes *personas* de acordo com os diferentes segmentos de rede ou até dentro de um mesmo segmento. Essa experimentação identitária se aproxima das experiências das brincadeiras infantis, dos jogos de papéis, dos investimentos de construção de identidade e reputação típicas da adolescência, e da experiência da interpretação teatral e performática e constitui uma das formas básicas de funcionamento da subjetividade na Internet. Por meio dela, é possível estruturar relações sociais com indivíduos que modificam ou mesmo criam livremente seus gêneros, modificam idades, criam formas corporais etc.

Assim, como nos mostra Turkle, a constituição a partir dos anos 1990 de ambientes de jogo na Internet ofereceu aos seus usuários a possibilidade de criar *personas* e vivenciar em uma relação social, múltiplos aspectos e possibilidades do eu (TURKLE, 2006). Nesse sentido, esses ambientes davam continuidade *on-line* às modalidades de jogo como os *Role-Playing Games* (RPGs), que já existiam *off-line*.

Essa experimentação identitária envolvida nos RPG não se limitou aos jogos, mas deu origem às plataformas de sociabilidade *on-line* em ambientes 3D, de que o Second Life é a melhor expressão. Em plataformas desse tipo, todo um mundo material e sensorial é construído *on-line*. Como nos mostram Leitão e Gomes, essas plataformas de sociabilidade realizam de forma mais radical essa possibilidade de construir mundos e eus que estavam presentes na experimentação identitária, por conta de uma característica fundamental do seu funcionamento que é a possibilidade de produzir uma experiência de imersão. Segundo as autoras:

Unindo todas essas características, acreditamos ser a imersão o principal diferencial dos mundos virtuais, demarcando inclusive suas fronteiras com relação a outras plataformas digitais *on-line*. A imersão poderia ser relacionada com a produção de presença e, no caso dos mundos virtuais, teríamos um tipo de presença no qual não apenas temos a sensação de que o outro está presente, mas no qual sentimos que estamos lá, noutro ambiente, nesse caso um ambiente digital e virtual (LEITÃO E GOMES, 2011, p. 23 – grifos meus).

Sem as mesmas características de imersão em ambientes 3D, também encontramos essa construção de diferentes *personas* em outros espaços de sociabilidade *on-line*, como os fóruns e comunidades virtuais. Nesse caso, eles caminharam nessa mesma direção ao transformarem o requerimento técnico do *login* em um artefato identitário que é o *nickname*. Este último é, de fato, o nome de batismo do agente e de sua *persona* naquele espaço social. Ele pode vir acompanhado de uma imagem – o *avatar* – e ambos definem as referências em torno das quais o indivíduo vai construir progressivamente um determinado reconhecimento público.

É interessante observar que o *nickname* não pode ser traduzido como apelido. Isto porque o apelido supõe que indivíduo seja objeto de um conhecimento prévio daqueles que com ele interagem e possam então destacar um aspecto de sua *persona* ou estabelecer uma associação. O *nickname*, ao contrário, não representa a parte, mas a referência totalizante da identidade do indivíduo que é específica àquele espaço social. Outro aspecto a salientar é que a experimentação identitária é uma prática muito antiga, frequentemente ligada às possibilidades de identificação, projeção e transformação do eu, oferecidas pela literatura, pelo cinema, televisão e rádio. Da mesma maneira, é prática comum em fóruns de debate na Internet organizados em torno de produtos da indústria de entretenimento cultural o uso de *nicknames* e *avatars* ligados aos personagens ficcionais criados por essa indústria.

Nesse sentido, a construção de *personas on-line* está presente nos mais variados espaços de sociabilidade da Internet, e aqui vou me deter rapidamente nesses tipos de espaço que são os fóruns de discussão, que consistem em espaços *on-line* organizados em torno da participação de um conjunto de pessoas em discussões públicas, durante um período de tempo longo o bastante para que seja possível a constituição de relações sociais, envolvendo tanto uma ampla e contínua circulação de ideias e afetos quanto a produção de identificações e autoidentificações de pessoas. Mas, cabe ressaltar aqui que o objetivo desses *fóruns de discussão* não é o de permitir uma experimentação identitária, e sim o de fornecer um espaço de interação a um conjunto de indivíduos em torno de interesses comuns e, mesmo assim, eles se constituíram, desde o início de seu funcionamento na Internet, sobre uma dissociação entre identidade *on-line* e identidade *off-line*. A base técnica dessa dissociação identitária é, como já vimos, a exigência do *login* e do *nickname* a ele associado, que era necessariamente diferente do nome civil, inclusive em virtude do número de caracteres disponíveis para o *login*. Do mesmo modo, os primeiros avatares tinham de ser escolhidos entre imagens de 8 *bits* disponibilizadas pela plataforma. Contudo, quando os recursos técnicos permitiram o uso do nome próprio e de fotografias, ainda assim esses *fóruns de discussão* continuaram a ser organizados em torno de *nicknames* e avatares dissociados do que poderíamos chamar

de identidade civil. Essa persistência revela um aspecto básico da cibercultura que organiza a sociabilidade *on-line*, e que queremos destacar, que é o fato de que uma parcela da construção identitária que ali ocorre é baseada na experimentação e na divergência frente à identidade construída *off-line*.

Podemos concluir que, se algumas plataformas *on-line* como aquelas dedicadas a jogos ou mesmo à sociabilidade pela imersão em ambientes 3D possibilitam uma experimentação identitária, os *fóruns de discussão* se baseiam mais exatamente na divergência identitária. E essa divergência tem um papel importante na organização do debate público que se realiza ali, uma vez que garante a separação entre o espaço público *on-line* e o privado *off-line*, tornando possível que os embates discursivos travados no espaço *on-line* não resultem em prejuízos aos indivíduos no espaço *off-line*. Não se trata de um completo anonimato, uma vez que o indivíduo constrói uma *persona* e uma reputação *on-line* e pode, inclusive, ser alvo de prejuízos a sua participação naquele espaço público *on-line*, mas ainda assim, a divergência identitária permite o anonimato da *persona off-line* e uma determinada liberdade de expressão e de embate de ideias.

As redes sociais e a transformação da identidade – interesses corporativos, controle estatal, pânico moral e a produção da convergência identitária

Ao propor uma sociologia do segredo e afirmar que “todas as relações das pessoas repousam sobre a pré-condição de que elas saibam alguma coisa sobre a outra”, Simmel chamou a atenção para um aspecto básico das relações sociais que é a presença necessária dos pares dialéticos confiança/desconfiança, revelar/esconder e mentir/dizer a verdade (SIMMEL, 1908) envolvidos na percepção que o eu tem do outro e também na apresentação do eu frente ao outro. Em outras palavras, não há relação social que não seja mediada pela percepção que os agentes têm uns dos outros, e na construção dessa percepção aquilo que se oculta e aquilo que se mostra, aquilo que se sabe e aquilo que se desconfia têm um papel fundamental. Trata-se, em última instância, como nos mostra Maldonado, de formas sociais

de distribuição e administração da informação e do conhecimento (MALDONADO, 2011).

Se essa é uma característica de todas as relações sociais, só nos resta perguntar de que modo ela está presente nas relações sociais mediadas pelo uso de computadores, *smartphones* e *tablets* na Internet. Ora, vimos mais acima que uma das possibilidades da construção de subjetividade no ciberespaço se baseava na divergência e na experimentação identitárias. Nesse caso, aquilo que os agentes podem conjecturar e conhecer está restrito às ações e informações disponibilizadas *on-line*, naqueles segmentos de rede específicos. Isso significa que, nos moldes da experiência urbana, alguns espaços sociais na Internet são segmentados, o que torna possível passar de um espaço social a outro sem, necessariamente, expor informações de um segmento em outro. Disso resulta que a construção da confiança/desconfiança é restrita a cada segmento de rede e é feita pelo exame das ações e informações visíveis ali. Isso nos permite entender a importância da construção de uma reputação em plataformas específicas, como nos *fóruns*, no Second Life ou no Mercado Livre. Em cada um desses espaços, o indivíduo é avaliado pelas ações que desenvolve ali, e não pelo que carrega de outros espaços sociais que, a princípio, sequer são visíveis. Em outras palavras, nos espaços sociais da Internet marcados por uma cultura da divergência identitária encontramos formas sociais de distribuição e administração da informação e do conhecimento marcadas pela segmentação.

Ora, um dos aspectos revelados por uma sociologia do segredo é a necessidade que os indivíduos têm de segmentar ou simplesmente ocultar informações de modo a construir uma determinada *persona* frente a determinados agentes. E isso está relacionado tanto à preservação de uma esfera íntima quanto a motivações não tão nobres, como a fraude pura e simples. Nesse sentido, essa estrutura segmentada que descrevemos acima favorece o ocultamento de determinadas informações, o que torna possível a prática de fraudes de identidade. Essas fraudes podem esconder um *troll* machista sob uma *persona* feminina em um fórum feminista, um estelionatário que tenta capturar potenciais vítimas em espaços de compra e venda de produtos como o Mercado Livre, um pedófilo em um *fórum* de jogos que reúne adolescentes e crianças, e assim por diante. Mas é neces-

sário fazer algumas observações complementares a esse respeito. Onde se faz necessária a construção da confiança, sempre existirá a possibilidade da fraude. Isso não é, de modo algum, exclusivo desses espaços sociais segmentados na Internet. Ao contrário, o funcionamento eficiente desses espaços supõe a construção de mecanismos que permitam identificar as informações fundamentais acerca dos agentes, e se assegurar, em alguma medida, da sua confiabilidade. Daí a importância dos mecanismos de atribuição de *reputação*. De fato, como nos mostra Simmel, se não é possível construir em um espaço social requisitos mínimos de confiança, ele fracassará em atrair a atenção e a presença de um conjunto de agentes e em se constituir em um espaço de sociabilidade. Logo, podemos concluir que os espaços sociais bem sucedidos na Internet foram capazes de desenvolver tais mecanismos.

Se esses espaços sociais segmentados conseguem construir os requisitos de confiança necessários a sua constituição como espaço de sociabilidade para seus associados, existem demandas jurídicas, políticas, econômicas e afetivas diante das quais tais requisitos não são suficientes. Não é possível nos limites deste artigo examinar esse conjunto de demandas. Então, vamos indicar, resumidamente, um conjunto de processos sociais que têm paulatinamente rompido a segmentação de espaços sociais na Internet e têm colocado sob ataque a divergência identitária.

O primeiro deles se inscreve naquilo que podemos chamar de judicialização dos conflitos, e diz respeito ao modo como os embates que se desenvolvem em segmentos de rede são percebidos e operados pelos agentes aí envolvidos como incorrendo em violações de direitos. Essa percepção culmina no recurso aos tribunais em várias modalidades de demanda em torno da ofensa à pessoa. É o caso dos processos por calúnia, difamação, injúria, invasão de privacidade etc., que consistem, em seu conjunto, de ofensas à dignidade da pessoa. Esse processo de judicialização enfrenta um problema básico: a definição de pessoa, sem a qual não pode haver ofensa e reparação judicial, exige uma identidade civil única, individual e imutável, que deve restar como uma espécie de substrato real, por sob as diversas *personas* que o indivíduo engaja nos diferentes segmentos de rede. Assim, ainda que a antropologia insista que todas essas *personas* en-

volvem processos de subjetivação semelhantes e igualmente reais, do ponto de vista jurídico a *pessoa* é definida como um indivíduo único, que se radica, em última instância, em sua identidade civil. E é a partir dela que ele pode ser sujeito de direitos e obrigações. E a demanda pela reparação de direitos mobiliza não apenas a justiça como instituição, mas os próprios agentes que recorrem a ela quando se sentem prejudicados. Nesse sentido, a judicialização dos conflitos na Internet tem resultado na adoção de práticas de identificação, como a associação entre o número de I.P. e uma identidade civil, por exemplo, que contribuem à reificação da identidade civil nos termos daquilo que Bourdieu conceituou como “ilusão biográfica”, isto é, a concepção “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 1996, p. 184).

O segundo processo que quero examinar brevemente é relacionado à identificação dos atores na rede como agentes políticos. Vários estudos têm mostrado a importância crescente da mobilização política através da Internet, a partir de eventos como *A Primavera Árabe* ou *A Revolta do Busão* em Natal (PICKERILL, 2003; LOPES, 2013; SOUZA, 2012). Plataformas como o Twitter e o Facebook têm se destacado como espaços sociais atravessados por diferentes agências de mobilização, o que tem chamado a atenção dos operadores políticos para a importância de se mapear as ações políticas na rede.

Nesse sentido, em diferentes países, serviços estatais de inteligência e partidos políticos têm se dedicado a esse mapeamento que consiste, prioritariamente, em técnicas de identificação dos agentes e de seus comportamentos. Novamente, o modelo que orienta essas técnicas de identificação é aquele descrito na “ilusão biográfica”. Supõe-se uma coerência entre os diferentes comportamentos e *personas* que giram em torno dessa suposta unidade do indivíduo. Desse ponto de vista, os diferentes *nicknames* são tomados, aí sim, como apelidos, como parcelas da identificação de uma totalidade, em sentido inverso do que analisamos mais atrás. Entramos diretamente no estilo de narrativa policial e nos deparamos com expressões como “conhecido pela alcunha de...”. E o termo *alcunha* não é neutro. Ele confere um sentido negativo ao apelido, que é lido basicamente

como disfarce. Aqui, mais do que desconhecer a divergência identitária, trata-se de tratá-la prioritariamente como recurso de fraude.

É necessário lembrar que a demanda por identificação nas relações políticas não é resultado apenas da ação estatal. Ao contrário, quanto mais extensas e mais intensas são as relações políticas estabelecidas na rede, maior a preocupação com a confiança e com a identificação dos agentes com os quais se têm relação e dos quais se obtêm informações. No exame que fiz dos embates políticos em torno do tema do aborto na disputa presidencial de 2010, deparei-me com uma preocupação que beirava a paranoia entre os partidários dos candidatos na rede, com as notícias que beneficiavam ou prejudicavam seus candidatos (RAMOS, 2011). Isto porque havia todo um conhecimento acumulado acerca das formas de anonimato e manipulação de identidades que são características de boa parte da interação *on-line* e que são fortemente mobilizados em ambientes de disputa eleitoral. Em virtude disso, encontrei muitas vezes o uso dos termos *fake* e *spam* como categorias de acusação mobilizadas para desacreditar determinadas informações e agentes que as difundiam.

O terceiro conjunto de técnicas de identificação e reificação identitária é orientado por preocupações econômicas. Esse processo é o mais antigo presente na sociabilidade na Internet e é tão amplo que resiste a um resumo e, então, vou destacar apenas alguns traços básicos. O conceito de *capitalismo cognitivo* desenvolvido recentemente aponta para a importância do conhecimento produzido e disseminado na Internet como fonte de geração de valor. Muito cedo, várias empresas se perguntaram como seria possível gerar valor na Internet. As ilusões a esse respeito estão na origem da quebra das empresas ponto com (.com) no início dos anos 2000. Todavia, a partir daí, a grande indexação da Internet realizada através dos motores de busca, de que o Google é o exemplo mais bem sucedido, conseguiu, ao mesmo tempo, identificar e monetarizar os comportamentos dos agentes na Internet. E um dos eixos dessa identificação é a noção de indivíduo, que funciona como um dos princípios de classificação das ações realizadas através do motor de busca. Para os propósitos desse artigo, interessa especialmente os últimos desenvolvimentos dessas técnicas que incidem especialmente na identificação dos agentes na forma de indivíduos.

O primeiro passo para qualquer identificação na Internet é a produção de *cookies*, ou testemunho de conexão, que é um procedimento técnico que armazena os dados trocados entre o navegador e o servidor de páginas, colocado num arquivo (ficheiro) de texto criado no computador do usuário. Os *cookies* estabelecem um vínculo entre o programa de navegação utilizado em um determinado computador e seu I.P. e uma página HTML na Internet. Essa é a base para que os programas de busca identifiquem padrões de navegação. Além dos *cookies* temos também o *login*, que já examinamos mais atrás. Uma das maneiras das empresas se monetizarem na Internet foi a oferta de serviços vinculada a um *login* em suas páginas. Ainda que o acesso aos serviços não seja pago, o acesso e a informação gerada nele podem ser monetarizadas através da publicidade. Ora, como vimos, o *login* fornece um suporte identitário em duas pontas. De um lado, para fazer o *login* é necessário cadastrar dados pessoais. Em alguns casos, só nome, país, cidade e um endereço de *e-mail* bastam. Em outros, é necessário informar o número de telefone, o nome e o endereço físico. Muitas empresas demandam ainda o CPF, que é uma ferramenta estatal de identificação de indivíduos economicamente ativos. Na outra ponta, o *login* fornece uma identificação naquele segmento de rede que é o fundamento para se entender de forma coerente o conjunto de comportamentos do agente e incluir essas informações em estratégias de publicidade. Pouco importa que diferentes agentes partilhem, de fato, o mesmo *login*. Do ponto de vista das técnicas de identificação, o *login* é tratado como correspondendo a um mesmo sujeito.

Contudo, mais importante ainda é um procedimento recente que oferece a possibilidade de fazer os mais diferentes *logins* em diferentes páginas e serviços sem criar um cadastro. Mas ao invés de funcionar para aumentar o anonimato na navegação, essa técnica faz o inverso porque, para isso, é necessário usar uma conta base, do Google ou do Facebook, que passam a funcionar como um metacadastro, fornecendo uma meta identidade, cuja base é a identidade civil. Essa técnica de identificação opera o que podemos chamar de uma convergência identitária, sobre a qual abordo a seguir.

Como vimos, a experimentação identitária não é a única forma de constituição da subjetividade na Internet. Vimos mais atrás que,

ao lado dela, existem espaços sociais como os Estados e empresas, que demandam uma correspondência tão transparente quanto possível entre o *login* e a identidade fora da rede. Mas, além desses, outro espaço social na Internet demandou essa correspondência: as assim chamadas *redes sociais*, como Myspace, Orkut e Facebook. Isto porque elas se organizam em torno de um tipo de *login* que não é o *nickname*, mas sim um perfil baseado nas referências identitárias construídas e validadas fora da rede. A sequência de passos para entrar em uma *rede social* são mais ou menos comuns às diversas plataformas. Basicamente, é necessário o uso ou criação de uma conta de *e-mail*. Em seguida, o usuário deve criar um perfil, que é uma página em formato HTML com suas informações pessoais. A partir daí ele pode associar o seu perfil a outros perfis criando a sua rede de contatos. Uma vez criado o perfil, a plataforma permite a interação entre pessoas por meio da publicação e envio de fotos, vídeos, *links*, arquivos em formatos variados e mensagens escritas, trocados a partir de computadores que funcionam como pontos de uma rede, construindo assim, de fato, um espaço virtual de sociabilidade.

Esses sites organizam seus serviços e estruturam a conexão entre os indivíduos com base no que poderíamos chamar de um realismo identitário, que supõe: a) a correspondência entre identidade dentro e fora da rede; b) a visibilidade do indivíduo e de seu mundo fora da rede e, em decorrência, c) que as relações entre indivíduos transitem dentro e fora da rede.

Essas duas possibilidades – a do realismo identitário fruto das técnicas de produção da convergência identitária e a da experimentação identitária tornada possível pela cultura da divergência identitária – convivem desde o início da Internet, mas não sem tensões. Em primeiro lugar porque existem formas híbridas entre o extremo de um *Second Life*, de um lado, que realiza ao máximo a experimentação identitária, e um Facebook, de outro, que, por sua vez, realiza ao máximo o realismo identitário. Uma dessas formas híbridas são os chamados fóruns de discussão ou comunidades, que são espaços sociais na Internet construídos para ligar indivíduos interessados em temas comuns, de modo a lhes permitir debater e trocar informações através de mensagens públicas. Essas mensagens e temas são produzidas e organizadas em torno de uma mesma questão nos cha-

mados tópicos. Ora, o fato de ser organizada em torno do compartilhamento de interesses comuns faz do fórum um lugar privilegiado para os trânsitos *on* e *off-line*. É um espaço onde são frequentes as trocas materiais e afetivas. Além disso, possuem ferramentas para que os indivíduos se comuniquem de forma privada. Assim, ao mesmo tempo em que a identificação é feita através de *nicknames* e *avatars*, as relações estabelecidas nos fóruns envolvem uma demanda de estabilidade e um conjunto de trânsitos *on* e *off-line*, capazes de articular *nickname* e identidade fora da rede.

Mas, ainda mais importante na relação entre realismo e experimentação identitárias é a tensão representada pelo uso das práticas derivadas da experimentação em espaços sociais que supõem o realismo identitário. É o caso dos perfis *fake* em redes sociais, que são aqueles que mobilizam informações e imagens que não correspondem às informações e imagens identitárias que os indivíduos são capazes de sustentar fora da rede. Vejamos isso em detalhe.

Os anos 2000 marcam a emergência da Internet como um metaespaço de espaços sociais autônomos na medida em que eles não replicam simplesmente espaços institucionais e corporativos, mas servem à constituição de relações de sociabilidade específicas. Nos EUA, um dos mais famosos desses espaços foi o *site* Myspace, que era uma rede social dedicada a estabelecer relações amorosas e de amizade entre indivíduos e que foi bastante popular no período. Trago o Myspace à discussão porque ele foi particularmente atingido por uma situação de pânico moral estruturada em torno do uso de perfis *fakes* por pedófilos e estupradores. A noção de pânico moral serve bem para explicitar a intensa produção midiática em torno dos riscos a que mulheres e crianças estariam submetidas ao circularem nesse segmento de esfera pública constituído pela Internet e interagirem com pessoas falsamente identificadas. Esse conceito identifica a produção artificial nos meios de comunicação de massa – a imprensa, a literatura, a TV e o cinema – de uma perspectiva de risco e a invocação de sentimentos de medo em torno da emergência de práticas culturais associadas às novas tecnologias de comunicação. Essa modalidade de pânico moral vai ser conceituada como *tecnopânico*, na definição de Marwick:

The technopanic is an attempt to contextualize the moral panic as a response to fear of modernity as represented by new technologies. Technopanics have the following characteristics. First, they focus on new media forms, which currently take the form of computer-mediated technologies. Second, technopanics generally pathologize young people's use of this media, like hacking, file-sharing, or playing violent video games. Third, this cultural anxiety manifests itself in an attempt to modify or regulate young people's behavior, either by controlling young people or the creators or producers of media products (MARWICK, 2008, p. 3).

Contudo, o pânico moral associado às tecnologias de comunicação organizadas em torno da Internet não se limitam aos riscos vividos por jovens, como acredita Marwick. De fato, sob o ataque do pânico moral, os modos de produção da confiança que sustentavam a cultura da divergência identitária de modo amplo se encontram hoje em grande dificuldade, uma vez que a resposta ao pânico tem sido reificar mais e mais as ilusões biográficas. Nesse sentido, o tecnopânico se expressa particularmente em torno da categoria *fake*, na medida em que esta consiste em uma categoria nativa de acusação dirigida ao uso de perfis cujas informações apresentadas pelo agente não correspondem àquilo que ele é capaz de sustentar no *off-line*. Mas a chave da acusação não é a discrepância entre o que é apresentado *on* e *off-line*, mas sim a crença de que o sentido dessa discrepância é a fraude, e não a experimentação identitária como vimos acima. Assim, o medo é construído em torno da possibilidade de que através da fraude, pedófilos e estupradores possam ter contato com crianças e jovens mulheres.

Encontramo-nos aqui com demandas afetivas diante das quais a confiança que torna possível a sociabilidade em um segmento de rede, não é o bastante quando se supõe a possibilidade de que essa sociabilidade *on-line* tenha efeitos *off-line*.

Em resumo, aquele conjunto de pressões jurídicas, políticas, econômicas e afetivas que examinamos acima incidem sobre as relações entre confiança e sociabilidade e constituem, a partir da disseminação de diferentes pânicos, novos modos sociais de distribuição e administração da informação e do conhecimento na Internet, desta

vez estruturados sobre o que chamei de convergência identitária, e que tem nas *redes sociais* seu espaço exemplar.

Conclusão

Neste artigo, procurei examinar alguns mecanismos de identificação e autoidentificação que são estruturados na sociabilidade em redes de computadores. Um suposto básico de meu argumento é a ideia de que os modos de subjetivação são atravessados por relações de poder; assim, tentei identificar os diferentes modos como a sociabilidade em rede está estruturada e as molduras que ela impõe aos processos de autoidentificação e de identificação. Quero então concluir desenvolvendo alguns aspectos do que chamei de convergência identitária e o modo como essa estrutura modela tais processos. Para isso, tomarei a principal *rede social* da atualidade como objeto.

O primeiro ponto a ser ressaltado é que se realismo e experimentação identitária conviviam, mais ou menos, em paralelo ao longo do tempo na Internet, a convergência tem se tornado cada vez mais dominante, a multiplicidade de *personas* cede lugar a uma identidade una reconhecível tanto no espaço público quanto no privado, uma vez que a fronteira entre ambos os domínios é reconfigurada. E essa é uma característica importante do processo: o borramento das fronteiras entre os segmentos de rede é também um apagamento da separação entre *on* e *off-line* e entre esfera pública e espaço privado.

O Facebook, como principal expressão contemporânea das redes sociais, revela aspectos importantes desse processo. O primeiro ponto a se ressaltar é que, desde o início, a estratégia de funcionamento do Facebook consistiu em duplicar *on-line* as redes sociais que já existiam *off-line*. Como tal, ele aprofundou uma prática que estava presente em menor medida no Orkut e no Myspace, que, entretanto, se baseavam fortemente na adesão individual. Isso significa que, desde o início, a proposta do Facebook era fazer circular continuamente as informações e relações entre *on* e *off-line*, fazendo convergir as identificações e autoidentificações dentro e fora da rede de computadores. Mais do que isso, a ideia é que o Facebook funcione como o lugar por excelência da apresentação de um eu tomado como unidade.

O Facebook busca operar ainda outra continuidade: aquela que vai do privado ao público. Para entender isso é necessário ter em mente como funciona o “*feed* de notícias”. Como nos mostra Boyd, ele transforma o conjunto de postagens feita pelos membros de uma rede de *amigos* em uma coluna de notícias visível para cada um dos membros (BOYD, 2008). Todos os membros da rede têm acesso ao conjunto das informações postadas pelo agente e sobre o agente. Existem critérios que definem o que vai ser mostrado e a quem. Contudo, esses critérios fazem parte de uma agência maquínica, que nada tem a ver com as escolhas diretas dos usuários. A escolha do usuário é apenas acerca do que vai ser mostrado e do que vai ficar oculto, e não sobre o que vai ficar visível para quem.

Nesse sentido, Boyd nos mostra que a relação entre público e privado é pensada na organização do Facebook nos termos de uma lógica binária, na qual tudo o que não está deliberadamente oculto, está disponível para tornar-se público. Em outras palavras, resta o privado apenas como aquilo que é oculto. Todo o resto é público para sua rede de amigos. Isto coloca um problema fundamental ao usuário, uma vez que privacidade não tem a ver simplesmente com revelar e ocultar, mas sim com o que, quando, onde e a quem vai ser mostrado, ou ocultado. Esse controle da informação é parte daquilo que Simmel estudou na sociologia do segredo e nunca foi objeto de controle individual. Sempre se tratou de uma relação dialética entre formas coletivas e recursos individuais de distribuição e administração da informação e do conhecimento. A novidade é o fato de que, no polo coletivo, esse controle é cada vez mais exercido por algoritmos, em outras palavras, grande parte dele está nas mãos da agência da máquina.

Assim, a partir da articulação entre *on-line* e *off-line*, e do apagamento das fronteiras entre público e privado, os padrões de sociabilidade construídos nas *redes sociais* operam uma convergência entre as múltiplas possibilidades identitárias e radicam as *personas* em um eu que tem rosto e registro contínuo de seus gostos, de suas preferências artísticas e políticas, de suas ações profissionais e de lazer, de seus eventos familiares etc. E na medida em que todos os trânsitos do agente pelos diversos segmentos de rede são feitos através do Facebook, esse eu contínuo e uno passa a estar disponível como objeto de

vigilância política, de cálculo econômico e de ação jurídica. Deparamo-nos aqui com novas formas daquilo que Foucault identificou no *Panopticon*, isto é, a hipervisibilidade como técnica de produção dos sujeitos que são objetos de relações de poder, mas com uma diferença importante, que é a invisibilidade da própria estrutura de dominação.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português – 1415-1825*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1977.
- BOYD, Danah; HARGITTAI, Eszter. “Facebook Privacy Settings: Who Cares?” *First Monday*, v. 15, n. 8, 2nd August 2010.
- BOYD, Danah. Privacy and Security The Politics of “Real Names”. August 2012 | vol. 55 | no. 8 | Communications of the ACM. Magazine.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. I. Tradução: Roneide Venâncio Majer e Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, Hubert; RAINBOW, Paul. *Michel Foucault: un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984.
- GUIMARÃES JR.; MÁRIO, J. L. *De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line*. *Horizontes Antropológicos*, 10, n. 21, June 2004, p.123-154.
- HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (Org.) *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- KIM, Joon Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. *Horizontes Antropológicos*, 10, n. 21, June 2004, p. 199-219.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 440 p.
- LAW, John. *Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia e hetero-*

- geneidade. 1992. Tradução: Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.
- LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura G. *Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life Being and not being there, that is the question: ethnographic research in second life. Cronos: Revista de Pós-Graduação Ciências Sociais*. UFRN, Natal, v. 12, n. 1, 2011.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Antônio Carlos Souza. *Um grande cerco de paz*. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1995.
- LOPES, Gustavo Chaves. As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. *Palavra Chave*, v.16, n. 3, p.789-811, Bogotá, 2013.
- MALDONADO, Simone C. *Georg Simmel: sentidos, segredos*. Paraíba: Apris, 2011.
- MARWICK, Alice. To Catch a Predator? The MySpace Moral Panic. *First Monday*, 13(6), 2008.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The Internet: an ethnographic approach*. Oxford: Berg, 2000.
- PICKERILL, J. *Cyberprotest: environmental activism on-line*. Inglaterra: Manchester data, 2003.
- RAMOS, J. S. *Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 7, p. 55-82, 2012.
- RAMOS, J. S. *O poder de domar do fraco: formação de estado e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói: Eduff, 2006.
- RECUERO, Rebeca. *O lugar no espaço virtual: um estudo etnográfico sobre as recriações de territórios do mundo concreto no Second Life*. Dissertação de mestrado. Unisinos. São Leopoldo, 2010.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record. 1999.
- SOUZA, Raquel. *O ciberespaço e a perspectiva de uma nova esfera pública: o movimento social da hashtag “#ForaMicarla” em Natal-RN*. Paper apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo e II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. *El Campesino Polaco em Europa y en América*. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004
- TURKLE, Sherry. Always-on always-on-you: the tethered self. In: KATZ, James (Ed.) *Handbook of mobile communications and social change*. Cambridge (MA), 2006.
- TURKLE, Sherry. Cyberspace and identity. *American Sociological Association Stable*, 28, n. 6 (2008), p. 643-648. University Press, 2003.

Rotas de fuga entre restos de um mundo sonhado¹

Reginaldo Luiz Cardoso

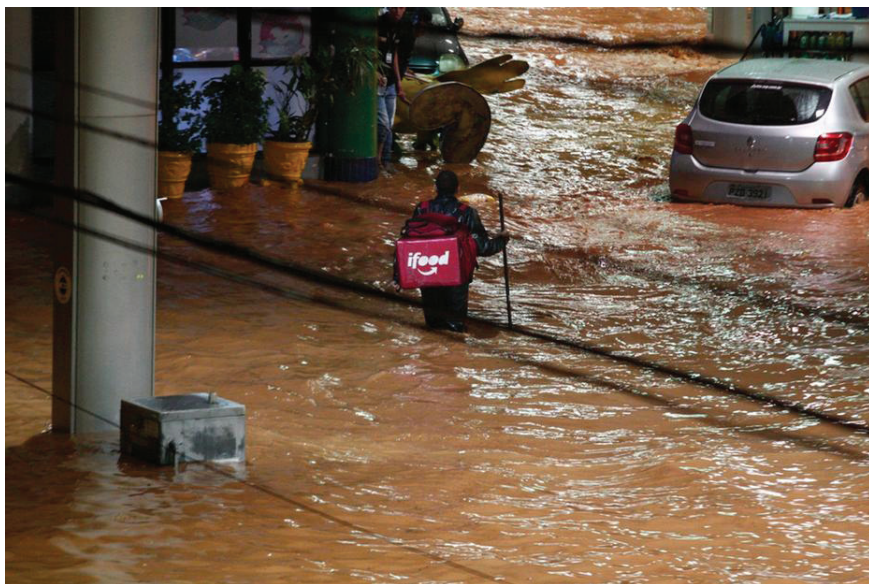


Foto 1: Alexandre Mota – “O Tempo”

Prolegômenos

Estética do desalento

Já que não podemos extrair beleza da vida, busquemos ao menos extrair beleza de não poder extrair beleza da vida. Façamos da nossa falência uma vitória, uma coisa positiva e erguida, com colunas, majestade e aquiescência espiritual.

Se a vida [não] nos deu mais do que uma cela de reclusão, façamos por ornamentá-la, ainda que mais

¹ Uma primeira versão do presente texto foi apresentada na palestra “Política, Território e História”, proferida durante o Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – Diálogos Interdisciplinares, promovido pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 12 de março 2020.

não seja, com as sombras de nossos sonhos, desenhos e cores mistas esculpindo o nosso esquecimento sob a parada exterioridade dos muros.

Como todo sonhador, senti sempre que o meu mister era criar. Como nunca soube fazer um esforço ou ativar uma intenção, criar coincidiu-me sempre com sonhar, querer ou desejar, e fazer gestos com sonhar os gestos que desejaria poder fazer.

Fernando Pessoa

Boa tarde. Gostaria inicialmente de parabenizar a iniciativa de realização deste seminário e de agradecer o convite de participar dele, nas pessoas das professoras doutora Beatriz Couto e doutora Tamara Tania Cohen Egler. Além disso, quero registrar aqui dois pontos marcantes deste seminário: primeiro, o fato de ser interdisciplinar, uma categoria muito discutida, mas pouco colocada em prática; segundo, a forte presença das mulheres em sua programação. Esse conjunto, sem dúvida, é muito animador.

Bem, no *Livro do desassossego*, uma coletânea de fragmentos escritos entre as décadas de 1920 e 1930 e publicada *post mortem*, Fernando Pessoa enuncia uma certa estética: a “Estética do Desalento”. É curioso perceber que, ao se atravessar o texto, ocorre uma notável transformação da sua proposta: o que, inicialmente, aparece como desalento termina como desamparo. Porque, como os psicanalistas estudiosos do mal-estar na contemporaneidade afirmam, no desalento o sujeito está possuído por uma aterradora sensação de vazio, em que as próprias palavras parecem fracassar e, no desamparo, o sujeito vislumbra alternativas, seja na arte, na amizade, na fraternidade, enfim, na política. Ou seja, o desalento é o fundo do poço e o desamparo a afirmação de uma saída. É isso que Pessoa oferece a quem atravessa o seu texto.

Ora, uma vez que “já que não podemos extrair beleza da vida”, e que devemos necessariamente “buscar ao menos extrair beleza de não poder extrair beleza da vida”, então, a proposta passa a se apresentar como deriva, desvio, um caminho no circuito dos afetos. E reafirmo, junto com o filósofo político Vladimir Safatle (2015, p.

21): “o desamparo não é algo contra o qual se luta, mas algo que se afirma”. É dessa afirmação que vem a emancipação do sujeito. Mas não esqueçamos que, além de tudo, Pessoa propõe uma estética. Não uma etiqueta, uma pequena ética, mas uma ética das emoções, capaz de esculpir “o nosso esquecimento sob a parada exterioridade dos muros”. Dessa maneira, podemos “esculpir”, construir, tecer relações sobre a cidade e a sociedade, pois, em seu nível mais fundamental, trata-se de um circuito dos afetos.

Tendo isso em vista, trago aqui uma imagem (Foto 1) que pode ilustrar esse novo mal-estar e as derivas da contemporaneidade. Porém, já que estamos no campo da estética, do circuito dos afetos, gostaria de nomeá-la sob o ponto de vista do teatrólogo Antonin Artaud ou do que ele propõe como Teatro da Crueldade. Que crueldade seria essa? Para ele, “a crueldade é antes de mais nada lúcida, é uma espécie de direção rígida, submissão à necessidade. Não há crueldade sem consciência, sem uma espécie de consciência aplicada” (ARTAUD, 1987, p. 132). E continuando com Artaud, “voltar enfim às origens etimológicas da língua que, através de conceitos abstratos, evocam sempre uma noção concreta” (ARTAUD, 1987, p. 131). É isso que nos diz a etimologia da crueldade: do latim, temos *cruor*. Deriva *crudelis* (cruel), assim como *crudus* – cru, não digerido, indigesto. É dentro desse parâmetro artaudiano que trago essa imagem.

Teatro da crueldade – o dilúvio, a fome e a meritocracia

O verão brasileiro é pródigo em chuvas. Tais chuvas são sinônimos de caos e destruição nas cidades. E a isso segue um trágico saldo de mortos. Inelutavelmente. O grau desse rastro de destruição e mortes varia de acordo com a pluviosidade inerente entre uma temporada e outra. Longe de um desencantamento possível, no sentido weberiano do termo, ora as chuvas são interpretadas como origem de todas as tragédias, ora como sinais dos desígnios do sobrenatural. Indiferente a isso, o rastro de destruição e mortes segue absoluto. Essa naturalização da destruição obscurece, e muito, a série de questões que a envolvem: a do planejamento urbano, da espoliação

urbana, dos usos e abusos do território, da degradação do espaço público, da presença e aumento das iniquidades sociais etc. Subjacente a isso está a certificação de que cidades são elementos frágeis, em que qualquer tipo de mudança as fazem sofrer: uma enchente ou um apagão demonstram claramente essa fragilidade.

O dia 28 de janeiro de 2020 foi um desses dias pródigos de verão na cidade de Belo Horizonte e de sua região metropolitana. A grande novidade da temporada foi o rastro de destruição deixado na zona sul da capital mineira. Dito isso, observemos a nossa fotografia, “a sua ordem estática, o tempo congelado na superfície fria de sua bidimensionalidade” (CARDOSO, 2017). O que há a ser decifrado? Para usar o termo de filósofo da estética Georges Didi-Huberman, o que vemos, o que nos olha?

Certamente, a câmera fotográfica utilizada para fazer a fotografia está localizada no alto. Em seu centro, um homem de costas, encharcado, afundado até os joelhos em águas turvas. Munido de uma espécie de cajado, tal como um Moisés redivivo, tateia as incertas águas que o cercam. Leva às costas uma grande caixa vermelha com a insígnia iFood, uma marca global de *foodtech*. Fios de eletricidade cruzam transversalmente a imagem. Um automóvel jaz abandonado, quase imerso nas águas, na parte direita superior da imagem. À frente do homem, que caminha sob as águas, uma estrutura, talvez uma guarita, rodeada por três vasos de plantas ornamentais. Parece ser um porto seguro. De soslaio, outro homem, de olhar inexpressivo, aguarda-o com uma garrafa de água em uma das mãos, no que parece ser o tal porto seguro. Ambos estão aparentemente tranquilos e alheios ao perigo de morte que ronda o ambiente. Estariam trocando algumas palavras?

A fotografia furtiva, feita pelo fotojornalista Alexandre Mota, que a intitulou de “o dilúvio, a fome e a meritocracia”, foi postada às 22h 25min. Para espanto do fotógrafo, viralizou na Internet e outras mídias. Para o semiólogo Roland Barthes, uma foto pode ser objeto de três práticas, emoções ou intenções: fazer, suportar, olhar.

O Operator é o Fotógrafo. O Spectator somos todos nós, que compulsamos, nos jornais, nos livros, nos álbuns, nos arquivos, coleções de fotos. E aquele ou aquela que é fotografado é o alvo,

o referente, espécie de pequeno simulacro, de *éidolon* emitido pelo objeto, que de bom grado eu chamaria de *Spectrum* da Fotografia, porque essa palavra mantém, através de sua raiz, uma relação com o ‘espetáculo’ e a ele acrescenta essa coisa um pouco terrível que há em toda fotografia: o retorno do morto (BARTHES, 2015, p. 17).

Então, seja essa fotografia, sejam outras quaisquer que estejamos olhando, é preciso não perder de perspectiva essa premissa de que estamos “diante do morto”. Ou, *mutatis mutandis*, da “vida nua”, conceito caro à filosofia política contemporânea e ao qual abordaremos, devidamente, mais adiante.

Ainda segundo Barthes, o *punctum* de uma fotografia é o acaso que, “nela, me *punge* (mas também me mortifica, me fere)” (BARTHES, 2015, p. 29). O que me mortifica na imagem apresentada é sua paisagem fantasmagórica, devido à desolação que reina absoluta e à sua pouca ação. Tudo parece ocorrer com certa serenidade, mas é um silêncio aterrador, extático, que a atravessa. Poderia até ser um quadro do realismo de um Hopper. Um homem sem rosto. Um rosto escondido atrás do corpo. Anônimo.

A única certeza é que “una fotografía puede abrir la puerta para que la historia simplemente pase” (MORALES, 2016). Assim, surge uma série de indagações: quem é o homem? Qual a relação entre esse homem e a marca global? O que foi feito dele? Ou melhor, o que será feito dele? O que significa essa imagem dentro do contexto sociopolítico-econômico e cultural do Brasil de 2020?

No primeiro caso, o homem, veio a se saber dois dias depois, tem 27 anos, casado e pai de um menino de quatro anos. Trabalha como entregador de comida não somente para o aplicativo que atende pelo nome de iFood, mas também para o Rapii. A sua jornada de trabalho se estende em uma média de 12 horas por dia, de segunda a domingo. Nessa jornada exaustiva, chega a receber cerca de R\$ 2.000,00 por mês, ou cerca de dois salários mínimos (aproximadamente US\$ 400,00). A esposa está desempregada e faz um curso de formação de auxiliar de enfermagem. A criança, quando os pais estão ausentes, e na ausência de creches públicas na região em que

moram – bairro Novo Progresso, Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte –, fica com a avó materna (MENEZES, 2020).

“Pedi, chegou!” diz a publicidade invariável dos aplicativos. Entre um verbo e outro, além da vírgula, há o mundo real. Um mundo, paradoxalmente, carregado de transcendência. E quem é o homem aqui? Ninguém! Não é o dono do restaurante que fornece a comida, não é o dono da empresa que oferece a logística da entrega, não é funcionário do demandador, talvez nem seja o dono da motocicleta que utiliza para o seu serviço. Com a palavra o sociólogo Richard Sennett:

A conotação subjacente de inutilidade, desqualificação e trabalho tarefeiro aponta para um eu dispensável. (...) A linguagem econômica em uso hoje – ‘economia baseada em habilidades’, ‘competência informacional’, ‘trabalho de tarefas flexíveis’ e coisas do gênero – transfere o foco de condições impessoais como a posse do capital para questões mais pessoais de competência. A flexibilidade econômica é legitimada pelos apelos à autonomia pessoal. Embora os termos citados acima pareçam psicologicamente legitimadores, eles podem de fato *sobrecarregar o fardo* do sujeito que trabalha (SENNETT, 1998, p. 20, grifo nosso).

E ninguém está interessado em “Ninguém”. A “Ninguém” cabe apenas carregar o “fardo” da degradação que lhe é impingida diuturnamente, transformando-o em eterno sobrevivente. Ou – quem sabe? – a razão cínica está aí mesmo para atestar, esse inteiramente outro, mônada de si mesmo, aparecerá, exemplarmente, em estórias edificantes de superação, de força de vontade, de *case* motivacional²?

² E, como tínhamos antevisto, a razão cínica não demorou a mostrar sua presença: três dias depois do acontecimento trágico, o técnico do time de futebol alagoano CRB, Marcelo Cabo, utilizava a imagem por nós analisada, na preleção do duelo contra o time rival. “Com a imagem, eu quis dizer aos jogadores que assim como o profissional do iFood, teríamos que enfrentar obstáculos do jogo contra o Santa Cruz, para entregar a encomenda aos torcedores: a vitória”, afirmou o técnico. E finaliza: “Busquei, principalmente, destrinchar sobre superação. A superação é mostrada de forma muito forte. Percebi que a imagem traria respostas para o jogo contra o Santa Cruz e toda a temporada” (CABO, 2020).

Presságios

History... is a nightmare from which I am trying to awake.

Stephen Dedalus

Voltemos à nossa fotografia, ao *punctum*, àquilo que “me mortifica, me fere”, me afeta. Parafrazeando Paulo Arantes (2007, p. 279), essa mortificação revelaria “uma sociedade derrotada – e, pior, desmoralizada”. Cabe então a pergunta: Onde perdemos a mão?

No início da década de 1940, vivíamos tempos sombrios, quando esperança confundia-se com um afeto triste e, portanto, não tinha nenhum sentido aparente. Foi naqueles tumultuados tempos que surgiu esse clamor, quase uma mensagem em garrafa: “Brasil, país do futuro” (1941). Nele, o Brasil é apontado como o lugar certo de um futuro acerto, como uma hipostasia do devir de toda a humanidade. Seu autor: o escritor austríaco Stefan Zweig. Ele o fez respondendo à seguinte questão: “Como poderá conseguir-se no mundo viverem os entes humanos pacificamente uns ao lado dos outros, não obstante todas as diferenças de raças, classes, pigmentos, crenças e opiniões?” (ZWEIG, 1960, p. 7). Apesar de perceber que a questão era demasiado complexa, acreditava estar testemunhando a sua resolução no Brasil: “Nenhum [país] o resolveu duma maneira mais feliz e mais exemplar do que a pela qual o fez; [...] O Brasil resolveu-o duma maneira que, em minha opinião, requer não só a atenção, mas também a admiração do mundo” (ZWEIG, 1960, p. 7). Contudo, é significativo que esse libelo futurístico tenha sido escrito por um estrangeiro, porque são raríssimas as nossas incursões ao porvir. Antes da década de 1920, há somente dois registros de utopias entre nós: um de 1909, *São Paulo no ano 2000 ou Regeneração Nacional: crônica da sociedade brasileira futura*, de Godofredo Emerson Barnsley e, outro, de 1922, *O Reino de Kiato: no país da verdade*, de Rodolfo Teófilo (DEL FIORENTINO, 1979). Ambos os autores descrevem (defendiam?) um futuro autoritário, patriarcal, misógino, puritano.

De modo geral, pelo mundo afora, o século XXI, o futuro distante, foi tema e palco de várias utopias e distopias. Hoje estamos adentrando a década de 20 do século XXI, a segunda desde a passagem do milênio. Portanto, se, a rigor, estamos no futuro, como

podemos narrá-lo, uma vez que nele estamos? O artifício que proponho é ir à passagem do milênio e ver que análises críticas foram feitas acerca de nós, os habitantes do porvir. Talvez consigamos entender melhor a nossa derrocada, uma vez que só há conjuntura se há um passado, se se vê nele processos que a configuraram.

No fim do milênio surgiram inúmeras “previsões” acerca do próximo que adviria. O escritor norte-americano, ganhador do Pulitzer 1995, Jonathan Weiner, chegou a dizer que “o destino da maioria das previsões de final de século é o destino da maioria das mensagens em garrafas: elas apenas se perdem” (WEINER, 2001, p. 14). Eis aí um campo de pesquisa ainda a ser desbravado.

No Brasil, uma dessas coletâneas com textos de autores diversos, de campos de conhecimento díspares, que teceram fios para o futuro, foi publicada pelo Senado Federal do Brasil, em 1997. Chama-se *O Livro da Profecia: o Brasil no terceiro milênio*. Assim diz, na abertura, o presidente do Senado à época, José Sarney: “O livro será eterno. E este livro aspira a ser um repositório das ideias dos brasileiros sobre o século XXI” (SARNEY, 1997, p. 9). Lá estão, lado a lado, Paulo Freire e Olavo de Carvalho (sic!); Francisco de Oliveira e Erasmo Dias; Chico Anysio e Leonardo Boff. São 75 autores, como vimos, bastante ecléticos. Negro, somente um: Pelé. Indígena: nenhum. Mulheres: sete. Em sua maioria, a narrativa dos depoentes mergulha em “profecias autorrealizáveis”³, limitando-se a emitir mensagens de vagas esperanças, lugares comuns, clichês recheados de pensamento mágico, “aquelas palavras que, acredita-se, basta pronunciar para que se realize seu conteúdo” (COELHO, 2003, p. 247). É como se não houvesse futuro, em que tudo se convergisse em grande conformidade com o tempo presente. Nessas “previsões” somente uma palavra destoa desse tosco e preguiçoso exercício de futurologia: a do sociólogo Francisco de Oliveira, à qual daremos especial atenção mais adiante.

³ Esse conceito vem da verve do sociólogo Robert Merton e é aplicado a grupos sociais. Assim o disse: “The self-fulfilling Prophecy is, in the beginning, a false definition of the situation evoking a new behavior which makes the originally false conception come true” (MERTON, 1968, p. 477). [A profecia autorrealizável é, no início, uma definição falsa da situação, que suscita um novo comportamento e assim faz com que a concepção originalmente falsa se torne verdadeira. (Tradução do autor)].

Mas, antes, voltemos à nossa imagem. Há um dado implícito que a percorre transversalmente: a historicidade. Há nela certos determinantes históricos que estão ligados à formação social brasileira. Isto é, o atual não é explicável, nem inteligível, se não mergulhamos no processo de formação histórica do Brasil. Através dela, a nossa fotografia obterá mais inteligibilidade. Para isso devemos remontar dois conceitos imprescindíveis ao entendimento da sociedade colonial: “homens livres e pobres” e “homens bons”.

No sistema colonial, “homens livres e pobres” sobreviviam refugiados na “economia natural”⁴, de autoconsumo, não integrada ao mercado cujas trocas eram feitas por escambo ou catira. “Neles está a matriz da pobreza e o espelho para os negros libertos antes e pela Abolição” (LESSA, 2002, p. 21). É claro que esse sistema econômico determinava a dimensão social. Se, no campo, o público e o privado se interpenetravam na ordem escravagista – uma vez que o senhor de escravos acumula, além dos direitos como proprietário, os poderes de justiça e violência em suas mãos –, na cidade havia um processo diferente: “A cidade constitui e delimita o espaço público com a rua, a praça, etc. e impõe como necessária a ordenação pública. Como o escravo urbano circula pelo espaço público, tem uma inserção distinta do rural” (LESSA, 2002, p. 22). Ou seja, a escravidão na cidade é de natureza diferenciada em relação ao campo. É por isso que é na cidade, principalmente depois de 1808, que nasce o embrião de uma relação mercantil. Explicando melhor: o escravo urbano, na rua, pode, com facilidade, causar danos ao seu senhor, por definição, um “homem bom”. E, ao depredar, por exemplo, a propriedade de terceiros, a responsabilidade, pelas regras civis vigentes, era do dono do escravo, uma vez que o escravo não era dono de nada: nem de si mesmo, nem de sua vontade, nem de seu desejo. Se fugisse, cometeria um duplo crime: o de fuga – ruptura da relação – e o de roubo, pois ele era uma mercadoria, que pertencia a alguém. O que atendia a uma estranha dialética: ao fugir, o escravo estava roubando-lhe

⁴ Importante aqui diferir “economia natural” (ou de autossustentabilidade) e “economia de sustentabilidade”. Enquanto a economia natural é uma forma de organização econômica autossuficiente em que raramente há excedentes, na economia de sustentabilidade, contrariamente, apresenta algum caráter mercantil. Redundante dizer que a economia natural é uma das características de sistemas econômicos pré-capitalistas, como era o escravismo patriarcal (SANDRONI, 2004, p. 190-191).

de seu senhor. Consequente a isso, surge o escravo “de ganho”, uma solução que provocava, de certa maneira, um ordenamento social, porque exigia disciplina do escravo. E aumentava espetacularmente a renda dos “homens bons”, pois sua lógica estava em um contrato mercantil: um escravo “de ganho” contratava com seu proprietário o pagamento de uma diária, e assumia uma carga maior de trabalho para juntar o equivalente a seu preço e pagar ao senhor. Mas o escravo “de ganho” deveria cobrir sua própria subsistência. *Grosso modo*, o escravo representava uma “aplicação financeira” já que o proprietário apostava na série de rendimentos que obteria com seu “contrato”. Depois de certo transcurso de tempo e um volume de ganhos, o escravo “de ganho” obtinha a alforria. Após essa, desprovido de tudo, nada mais lhes restava, a não ser a liberdade de movimentos. Derivaram-se daí vários territórios urbanos formados por “homens livres e pobres”, predominantemente constituídos de homens e mulheres forros (LESSA, 2002; VAINFAS, 2000).

O fato é que a longa duração do sistema escravista retardou a nossa inserção na 1ª e na 2ª Revolução Industrial. Como todas e quaisquer demandas eram feitas por escravos, que necessidade havia de se pensar em desenvolver máquinas, mecanismos que racionalizassem a execução do trabalho etc.? Não por acaso, as nossas primeiras universidades começaram a surgir ao fim do Segundo Império e início da Primeira República.

O outro lado do balcão, o campo político, assim como o econômico, era predominado pelos “homens bons”, uma atitude mental que traduzia uma incapacidade “de considerar os indivíduos nascidos iguais e dotados dos mesmos direitos. Ao contrário, eram o sangue, a linhagem, a ocupação e os ‘privilégios’ que estabeleceram as diferenças” (VAINFAS, 2000, p. 284-285). Revela-se, assim, a dificuldade da formação social brasileira em lidar com a noção de cidadania, que pressupõe, desde a Revolução Francesa, a igualdade de nascimento como um direito do indivíduo. Numa estrutura socioeconômico-política e cultural como essa, a noção de cidadania nunca viria pela iniciativa dos cidadãos, ou “de baixo para cima”, para usar o termo de J. M. Carvalho (2002). Aqui ela ocorreu por iniciativa do Estado e dos grupos dominantes, num movimento “de cima para baixo”. Como a democracia e a cidadania nunca estive-

ram no DNA das nossas elites, tivemos, assim, um exemplo clássico de cidadania passiva⁵.

Nessa atmosfera sociopolítica, grande parte da população urbana vai encontrar o século XX dentro do conceito classificatório de subemprego. “As residências familiares e a logística urbana organizavam a obtenção de alguma renda monetária pela população urbana: o transportador manual de carga [chapa], o ambulante e o artesão sobreviviam nesse espaço” (LESSA, 2002 p. 24). Uma massa não proletária que foi absorvida pelo processo de industrialização, cujo auge foi o período de 1960-80.

Previsões

Nos anos de 1990, os dogmas neoliberais são implantados com ares hegemônicos sobre a nossa desigualdade. Às vésperas do milênio, tínhamos o retorno da heterogeneidade estrutural numa escala cavalariça. Para o sociólogo Francisco de Oliveira, “fora exercícios inúteis de futurologia, (...) a experiência social que autoriza projeções mais imediatas não dá lugar a supor drásticas mudanças na estrutura de dominação da sociedade brasileira” (OLIVEIRA, 1997, p. 275).

O autor não vislumbra uma reviravolta muito profunda na estrutura de classes e de desigualdades da sociedade brasileira, mas, sim, que estas tendem a crescer no processo iniciado com o Collor e radicalizado com FHC. Para Oliveira, a década que preside o fim do milênio passa a ter o Conservadorismo e a Reação como princípios legitimadores e estruturantes das novas relações sociais, da sociabilidade e do imaginário. Ela trabalha ao modo nazifascista e stalinista de permanente presentificação do passado, isto é, o passado não existe, e, portanto “não há história, eles não viveram, o que interessa é o presente, os interesses do presente, e para isso o passado deve ser presentificado” (OLIVEIRA, 1997 p. 281). Como a força dessa

⁵ Um exemplo dessa passividade está no seguinte fato: “Contam os remanescentes da Coluna Prestes que encontraram, naqueles sertões de 1926, muitos caboclos que perguntavam pelo imperador” (SILVA, 1987, p. 16). Isso 37 anos após a Proclamação da República, já nos estertores da Política do “Café com Leite” e vésperas do Estado Novo.

presentificação é mercantil, o que resta é um simples contrato mercantil⁶: trabalhadores “flexíveis”, desregulamentados; funcionários públicos à mercê dos poderosos de cada dia; um aparelho do Estado que deve conformar-se à demanda e oferta, como uma empresa; terras indígenas cuja posse deve ser aberta à contestação etc. Em suma: uma sociedade com tais desigualdades, presidida por um consenso conservador, tendo como norte a Reação, nada tem de bom a esperar. E conclui Oliveira:

O enigma mais imediato pode ser decifrado sem dificuldades: a perspectiva para o próximo milênio exige uma reflexão mais urgente, sobre o padrão civilizador ou barbarizador que conduzirá a sociedade. Uma ciência social responsável não se permite a ilusões cínicas a respeito da modernização em curso. Esta tem tudo para fazer-nos entrar no século XXI sob o signo da desesperança, da violência e da barbárie. Não insistir contra todas as evidências ‘realistas’, sobre a consequência de mudanças tão drásticas [é o caminho certo] para a tragédia que constitui uma sociedade sem esperança (OLIVEIRA, 1997, p. 282).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, para o economista George Kornis, há duas opacidades que, conjuntamente, agravam esse quadro, uma vez que interrompe o processo econômico desenvolvimentista iniciado nos anos 1930: a mobilidade social e o subemprego. Visto pelo ângulo da mobilidade, “estamos passando a conhecer desde os anos 80 e, sobretudo, a partir dos anos 90, a mobilidade social descendente, ou seja, nossos filhos não terão

⁶ Formalmente, tanto o contrato mercantil de trabalho quanto o contrato de trabalho é realizado a partir de um acordo mútuo entre a pessoa ou empresa contratante (capital) mediante o compromisso de pagar um salário fixo à pessoa contratada (trabalho) pela prestação de um dado serviço.

Assim, de forma bastante esquemática, podemos dizer que no contrato de trabalho as relações capital-trabalho são mediadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um conjunto de direitos trabalhistas que procura amparar o trabalhador ante o desequilíbrio inerente a essa relação. Já no contrato mercantil de trabalho, tais relações não são regulamentadas pela CLT. Parte do pressuposto de que tal contrato ocorre em condições de igualdade. Centrado no mantra da “flexibilidade”, promete livrar o trabalhador do fantasma do desemprego e de ampliar seus ganhos já que o mesmo pode oferecer seus serviços para mais de uma empresa no mesmo período temporal. Ou seja, nessa modalidade, o trabalhador torna-se empreendedor de si mesmo.

o nosso padrão” (KORNIS, 2002, p. 42). Isso rompe com a cadeia transgeracional. Do ângulo do setor urbano informal, Kornis afirma: “Não é grave só porque elimina receita fiscal, nem é porque isso produz drama social, é grave porque estabelece uma fronteira de futuro muito ruim” (KORNIS, 2002, p. 45). Ou seja, segundo ele, pensávamos, naquele momento, estar chegando a Miami, mas, na verdade, estávamos nos aproximando do pior dos prognósticos. E finaliza: “Esse é o problema que temos: uma bomba-relógio debaixo do braço” (KORNIS, 2002, p. 45).

De volta ao futuro

Um sintoma é um sinal de que algo está errado num determinado sistema. No caso da Psicanálise, um sintoma é uma tentativa de se dar conta do mal-estar (segundo Freud) e que, ao mesmo tempo, é frustrada, pois atrás dessa tentativa há um gozo. Daí a recorrente repetição. Apesar de afirmar hipoteticamente que nesse caldo cultural há uma dose grande de ressentimento, a psicanalista Maria Rita Kehl discorda que muitos sentimentos de injustiça estejam imbuídos de ressentimentos. Mas concorda que haja, em seu bojo, certa incapacidade do Estado em estabelecer condições justas e ideais de igualdade. Para que isso não ocorra, é necessário instaurar mecanismos permanentes de ação participativa isto é, mecanismos efetivos de participação e controle das decisões do Estado o que ocorre se houver “uma esfera pública que só se sustenta pela intervenção permanente dos atores sociais” (KEHL, 2004, p. 215).

Não por acaso, em governos fascistas, o grande investimento é na destruição e/ou apequenamento dos espaços públicos onde, de fato, ocorrem as diversas manifestações desses mecanismos efetivos ditos acima. Exemplo aparentemente frugal: sem árvores, pessoas e pássaros abandonam as praças e as ruas. No limite, é o que acontece em uma cidade inteira com a derrubada insana de árvores e o seu não replantio. Sem árvores, e suas sombras, em qualquer época do ano, em um país tropical, torna-se inviável a longa permanência nesses espaços. Não havendo os mecanismos de participação, estamos no pior dos mundos. Assim, “não existe o ‘Outro do Outro’, pois,

não há nenhuma instância supra-social que garanta a justa atuação do soberano” (KEHL, 2004, p. 216).

Sob a ótica do filósofo político Slavoj Žizek, certamente não estamos vivenciando o “fim da história”, mas, por outro lado, uma vez que o neoliberalismo – entendido como o conjunto de ideias (de base econômica) transformado em técnicas de governo – minou todas as resistências, a ponto de se tornar hegemônico, não seria, de fato, “o fim da história”?

É fácil zombar da noção de ‘fim da história’ de Fukuyama, mas hoje a maioria das pessoas é fukuyamista e aceita o capitalismo democrático-liberal como a fórmula que finalmente encontramos para a melhor sociedade possível, de modo que o máximo que podemos fazer é torná-la mais justa, mais tolerante etc. (ŽIZEK, 2011, p. 80).

Assim, para o autor, “a única pergunta *verdadeira* hoje é: endossamos a ‘naturalização’ predominante do capitalismo, ou o capitalismo global contemporâneo contém antagonismos suficientemente fortes para impedir sua reprodução indefinida?” (ŽIZEK, 2011, p. 82). Seguindo seu caminho, há, pelo menos, três antagonismos que se justapõem: o colapso ecológico, a redução biogenética dos seres humanos a máquinas manipuláveis e o controle digital total de nossa vida. E podemos acrescentar mais um: a criação de novas formas de *apartheid*, os novos muros e favelas – “a lacuna que separa os excluídos dos incluídos”. Dessa dialética inclusão/exclusão resulta aquilo que Agamben chamou de “vida nua”: a condição de existência humana em que o Estado – a estrutura político-administrativa – não desempenha as suas funções, deixando o “cidadão excluído” entregue à própria sorte, desprovido que este é, em termos práticos (embora não jurídicos) de direitos, e isento de obrigações.

É de se notar que, em todos esses níveis, a situação caminha para o ponto zero. Para Žizek, não há dúvidas de que vivemos tempos apocalípticos. Dialogando com Agamben, Žizek nos diz que o apocalipse é caracterizado por um modo de tempo específico, claramente oposto aos dois outros modos predominantes: o tempo circular tradicional e o tempo linear moderno de progresso ou

desenvolvimento gradual. O tempo apocalítico é o “tempo do fim dos tempos”, o tempo da emergência, do “estado de exceção”, em que o fim está próximo e a única coisa que podemos fazer é nos preparar para ele⁷.

O que nos une é que, em contraste com a imagem clássica do proletariado que ‘não tem nada a perder, a não ser seus grilhões’, corremos o risco de perder *tudo*: a ameaça é que sejamos reduzidos a sujeitos abstratos vazios de todo conteúdo substancial, despossuídos de nossa substância simbólica, nossa base genética fortemente manipulada, vegetando num ambiente inóspito. O desafio ético-político é nos reconhecermos nessa imagem; de certo modo, somos todos excluídos, tanto da natureza quanto de nossa substância simbólica. Hoje somos todos potencialmente *homo sacer*⁸, e a única maneira de impedir que isso se torne realidade é agir de modo preventivo (ZIZEK, 2011, p. 83-84).

Rota de saída

Os rompimentos das barragens de rejeitos de mineração da Vale, acontecidos nas cidades de Brumadinho (2019) e Mariana (2015), e a imagem do nosso *motoboy* “procurando uma rota de fuga em meio à água” (MENEZES, 2020), como ele mesmo disse em entrevista, têm em comum o fato de serem movimentos disruptivos ou turbulências. Turbulências têm a capacidade de dar visibilidade a fluxos que, de tão comuns, normalmente não são percebidos. E que quando acontecem, nos põem diante do absurdo, do real do impossível. Será?

⁷ Pela sua ótica, hoje há, pelo menos, quatro versões de apocalitismo operando: o fundamentalismo cristão; a espiritualidade da Nova Era; o pós-humanismo tecnológico; e o ecologismo secular (ZIZEK, 2011, p. 84).

⁸ É o filósofo político Giorgio Agamben (2002) que traz a questão do *homo sacer*, uma figura arcaica do Direito Romano, para os nossos dias. E quem é o *homo sacer*? Aquele que pode ser assassinado (imolado) por qualquer um, sem que isso leve a qualquer tipo de punição. É um assassinato não de um inimputável, mas de um assassino inimputável.

Em que circunstâncias isso se torna possível? No Estado de exceção. *Mutatis mutandis* é um dispositivo próprio dos regimes fascistas. Nele, todos aqueles que passam a não ter “serventia” para a sociedade são passíveis de se tornarem *homo sacer* – Zizek aponta isso como um “novo” e específico processo de proletarianização.

Ora, turbulências podem ser momentos propícios para se analisar uma dada situação, pois elas desnudam processos invisíveis, tornam-se efeito demonstração de processos que são escamoteados conscientemente. A nossa fotografia é daquelas que faz parte de um rol maior de acontecimentos que deixam a descoberto mecanismos de dominação que normalmente não se vê ou não se quer ver. Ao acontecerem, enquanto situações limites, deixam transparecer os mecanismos da sua logística. Sub-repticiamente nos desvela o funcionamento do capitalismo em sua versão turbinada e, de maneira especial, o seu funcionamento na periferia do mundo. Nela se vê, além dos mecanismos clássicos de exploração, o drama humano da ausência de regulamentação, de seu funcionamento e de suas consequências no seio dessas sociedades. Importante ainda ressaltar que a eficiência desse mecanismo depende substancialmente dos operadores do discurso denominados “homens-dispositivo” (CARDOSO, 2013), já que atuam diretamente nas subjetividades: “Fiz ainda mais duas entregas!” (MENEZES, 2020), disse o *motoboy* naquela noite fatídica.

Uma vez que ocorre uma turbulência, como ela pode se transformar em um processo de mudanças estruturais? A ocorrência de uma turbulência é, ou deveria ser, um momento crucial, um ponto de inflexão a respeito dos processos que a engendraram. Por que, então, isso de fato não ocorre em determinados contextos? Badiou (2017) levanta a seguinte questão: se o real das coisas é da ordem do impossível, por que o real no mundo contemporâneo está inscrito somente na ordem do possível? Ou seja, por que esse real, esse campo de impossibilidades, o qual serviu de base para as utopias, para os devires, passou a ser única e exclusivamente o real das possibilidades da direita?

O problema que se estabelece é o seguinte: a lógica da logística impera em um mundo de fluxos. Fala-se em flexibilidade, concorrência, mercados, aceleração da aceleração etc. É uma lógica que tenta contornar a contradição que se faz presente na iminência constante de turbulências (CRESWELL, 2011). Chega-se até a pensar que a lógica da logística está em administrar a própria turbulência, passando ela a ser a própria normalidade que é escamoteada. É essa qualidade da turbulência que faz dela a metáfora de nosso tempo.

Porém, no espaço dos fluxos, “os “fracos” podem criar turbulência⁹. No mundo invisível da mobilidade moderna, eles conseguem criar atrito. E são reconhecidos por isso há muito tempo. Por isso, o mercado dos fluxos, temendo justamente tais ações, aciona o seu circuito dos afetos agindo preventiva e diretamente nas subjetividades. A antropóloga Aihwa Ong (2012) descreve como o neoliberalismo opera esse dispositivo: mediante a ética da responsabilização individual ou da autorresponsabilização. De um lado, o dispositivo, político, *of course*, envolve uma série de mecanismos de controle e regulação, que são exercidos sobre a população, fazendo enfraquecer ou cessar as forças vitais dos indivíduos. Em suma, como nos diz Safatle (2015), elas melancolizam os indivíduos. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se lhes tolhe a força, por outro lado, deles exige-se a capacidade empreendedora. Se o indivíduo está no pior dos mundos possíveis, isso é obra e graça de sua incapacidade e falta de força, convicção, força de vontade. É porque ele ainda não descobriu o seu superpoder¹⁰. Daí, independentemente das circunstâncias, mesmo que a vida esteja por um fio, o importante é manter o fluxo: “Fiz ainda mais duas entregas!” (MENEZES, 2020), repete o nosso *motoboy*. Manter o fluxo e manter-se no fluxo, torna-se um imperativo categórico no admirável mundo líquido.

Espaços de fluxo são determinados pela lógica da logística – uma lógica caracterizada pela invisibilidade, pela uniformidade. Turbulência parece ser completamente o oposto – caótica, imprevisível e além de qualquer possibilidade de cálculo. Mas é claro que os dois estão logicamente relacionados. Quanto mais fluxo é produzido pela lógica da logística, mais provável a erupção de turbulência interrompendo

⁹ A grande novidade no campo político nesse ano de 2020 é o movimento dos *motoboy*s autodenominado “Entregadores Antifascistas”, liderado pelo paulistano Paulo Galo Lima, o “Galo”. A pauta de luta desse movimento é centrada na chamada “uberização”, um misto de precariedade do trabalho com ausência de direitos trabalhistas mínimos.

¹⁰ E como que saído de um gíbi ensandecido é sobre esse “conceito” que se assenta o mundo dos novos negócios. Segundo Sandor Caetano, *chief data scientist* (sic!) do Ifood, a aplicação da Inteligência Artificial (AI, na sigla em inglês) serve para três grupos diferentes de atividades, dentre elas, “dar **superpoderes** aos times e melhorar processos” (CORACCINI, 2019). A gigante do varejo Amazon também não fica atrás. Em suas análises de desempenho pede que cada funcionário indique seu “**superpoder**” (FOER, 2020, p. 45). [Grifos nosso].

o trabalho uniforme da máquina. Máquina infernal, diria Bourdieu (1998). E, nesse caso, existe tanto ameaça quanto esperança. Precisamos refundar o desvairismo – rebelião do pensamento.

À guisa de conclusão...

No início, foi o desalento. Atrás dele veio uma estética, uma ética das emoções. Foi mergulhado nessa estética, nesse circuito dos afetos que permeia o mal-estar da contemporaneidade, que fizemos algumas perguntas à nossa História. Fizemos isso dentro do que se poderia chamar atributos de recorrência, não no sentido de repetição, mas de reaparecimento, recaída, ressurgimento. Um passado que nos fala reaparecendo sobre novas bases, como acontece com uma doença que some e reaparece. Ora, o que some e reaparece é, por definição, um fantasma. Um fantasma que, navegando em um tempo expandido, procuramos desvendar, e que nos olha de todos os tempos.

Assim, fomos procurar o nosso fantasma. Onde melhor para procurá-lo do que em uma fotografia, com toda a alegoria que a cerca? Estava lá, encharcado, carregando o seu fardo, reencarnação daqueles “homens livres e pobres”. E fomos, de fragmento em fragmento prospectando, tal qual em uma geologia *avant la lettre*, em busca de depósitos minerais na tentativa de descobrir filões e jazidas, um tesouro subjacente, escondido. Metaforicamente, uma prospecção, “muito acima dos valores que pode revelar, é um processo de escavar o solo, de debulhar, de procurar entender suas situações passadas, suas crises, seus colapsos e relacionar todo esse histórico com o tempo presente” (CARDOSO e MACEDO, 2016, p. 21). Nessa prospecção, reencontramos o nosso fantasma na boca do milênio, em plena globalização, “esse objeto cultural não-identificado” (CANCLINI, 2010). Ali, há um novo paradigma, que é o da fragmentação, do fim das totalidades e das grandes narrativas. Após a prospecção, retornamos à nossa década de 2020 do terceiro milênio.

Historicamente, o momento atual tem se mostrado cada vez mais como um ponto de inflexão, no qual não temos a menor ideia do que está por vir. Momento muito semelhante à transição da Idade Média para o Renascimento. Momento de loucura. Segundo o sociólogo econômico Wolfgang Streeck, vivemos em um “interregno”,

no sentido gramsciano do termo: [...] um período de extrema insegurança, no qual perdem validade os costumeiros nexos causais e a todo momento podem ocorrer coisas inesperadas, perigosas, grotescamente fora dos padrões, até porque, nele, desenvolvimentos disparatados caminham lado a lado, inconciliáveis, resultando frequentemente em configurações instáveis e dando ensejo a *cadeias inesperadas de acontecimentos*, em vez de *estruturas previsíveis* (STREECK, 2017, p. 44, grifo do autor).

Ou, na famosa frase de Gramsci: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”¹¹ (GRAMSCI, 2002, p. 276). Se isto se traduz em tempo de apocaliptismos, ressoa uma pergunta: o que vai estancar a “dor-país”¹²? Como resgatar uma sociedade que nem sequer projetou suas utopias, desgastou a imagem do passado e cancelou a ideia de futuro? Contudo, ainda falta uma pergunta incômoda, feita pelos desamparados, aqueles que reagiram e conseguiram abandonar o desalento: a fotografia objeto de nossa análise é o retrato de nossa capitulação?

Referências:

AGAMBEN. Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹¹ “The crisis consists precisely in the new fact that the old is dying and the new cannot be born, in this interregnum a great variety of morbid symptoms appear”. (Tradução livre nossa).

¹² Em 2001, ante a derrocada econômica da Argentina e a decorrente hecatombe social, a psicanalista Silvia Bleichmar elaborou esse conceito, o de “dor-país” (dolor país): “¿Cómo se mide, en índices aceptables, la suba inexorable del “dolor país”? Si la sensación térmica es una ecuación entre temperatura, vientos, humedad y presión atmosférica, ¿por qué no emplear combinadamente las nuevas estadísticas de suicidio, accidente, infarto, muerte súbita, formas de violencia desgarrantes y desgarradas, venta de antidepresivos, incremento del alcoholismo, abandono de niños recién nacidos en basurales – metáfora magistral de la convicción que tienen los miserables irredentos de que su prole no tiene ni tendrá otro destino –, deserción escolar, éxodo hacia lugares insospechados... para medir el sufrimiento a que somos condenados cotidianamente por la insolvencia no ya económica del país sino moral de sus clases dirigentes?” (BLEICHMAR, 2001, p. 27).

- ARTAUD, Antonin. *O Teatro e seu Duplo*. São Paulo: Max Limonad, 3ª edição, 1987.
- BADIOU, Alain. *Em busca do Real Perdido*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BLEICHMAR, Silvia. *Dolor País*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. In: *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 135-149.
- CABO, Marcelo. *Jornal das Alagoas*, Maceió, 2 fev. 2020. Entrevista concedida a Marcelo Alves. Disponível em: <<https://www.jornaldasalagoas.com.br/2020/02/02/entrevista-exclusiva-marcelo-cabo-explica-prelecao-usando-foto-de-motoboy-confira/>>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- CANCLINI, N. Garcia. *A globalização imaginada*. 1ª reimpressão. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CARDOSO, Reginaldo Luiz. Ligeiramente fora de Foco. *Revista Derivas Analíticas*, Belo Horizonte, MG, n. 6, jun. 2017. Disponível em: <<http://revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/reginaldo>>. Acesso em: 1º mar. 2020.
- _____, O novo discurso urbanístico: a cidade-dispositivo. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- CARDOSO, Reginaldo L.; MACEDO, Ricardo. Prefácio. In: RENA, N.; OLIVEIRA, B.; CUNHA, M. L. (Orgs.) *Arte e Espaço: uma situação política do século XXI*. Ed. rev. e atual. de ebook. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2016, p. 19-24.
- CARVALHO, J. Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário do Brasileiro de Bolso*. São Paulo: Arx, 3ª ed., 2003.
- CORACCINI, Raphael. IFood usa Tecnologia de Simulação para Testar Novos Negócios. *Whow*, São Paulo, 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.whow.com.br/negocios/ifood-tecnologia-simulacao-novos-negocios/>>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- CRESWELL, Tim. A política da turbulência. In: BEIGUELMAN, Giselle; LA FERLA, Jorge (Org.) *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: SENAC, 2011, p. 75-92.
- DEL FIORENTINO, Teresinha Aparecida. *Utopia e realidade: o Brasil no começo do século XX*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- FOER, Franklin. O Grande Plano: os métodos de Jeff Bezos, o dono da Amazon, para fazer o mundo aceitar os seus valores. *Piauí*, São Paulo/Rio de Janeiro, n° 161, fev. 2020, p. 34-43.

- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prisons Notebooks of Antonio Gramsci*. Ed. and trans. Quintin Hoare and Geoffrey Nowell-Smith. London: Lawrence & Wishart, 1971, p. 276.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- KORNIS, George. Um olhar sobre o Estado. In: FAJARDO, Débora (Edição). *Agenda Pública – Drama Social*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado Rio de Janeiro – FAPERJ, 2002, p. 37-45.
- LESSA, Carlos. Distribuição de Renda. In: FAJARDO, Débora (Edição). *Agenda Pública – Drama Social*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado Rio de Janeiro – FAPERJ, 2002, p. 21-27.
- MENEZES, Bruno. “Fiz 2 entregas ainda”, conta entregador de ifood que superou alagamento em BH. *O Tempo*, Belo Horizonte, 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/fiz-2-entregas-ainda-conta-entregador-de-ifood-que-superou-alagamento-em-bh-1.2291187>>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- MERTON. *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press, 1968.
- MORALES, Juan David L. Las históricas fotos al asesino del embajador de Rusia en Turquía. *El Tiempo*, Bogotá, 19 dic. 2016. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/mundo/medio-oriente/fotos-del-ataque-a-embajador-de-rusia-en-turquia-42581>>. Acesso em: 7 mar. 2020.
- OLIVEIRA, Francisco de. Dominantes e dominados na perspectiva do milênio no Brasil: do Iluminismo para a Reação. In: PAZZIANOTO, Almir et al. *O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio*. Brasília: Senado Federal, 1997, p. 273-282.
- ONG, Aihwa. Ciudadanía flexible: las lógicas culturales de la transnacionalidad. In: *Crítica Contemporánea*. Revista de Teoría Política, n. 2 Nov. 2012. Montevideo: Instituto de Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República en Montevideo, p. 01-12.
- PESSOA, Fernando. *O livro do desassossego*, por Bernardo Soares. Sel., Intr. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1986.
- REICH, Wilhelm. *Escuta, zé-ninguém*. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 2001.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 13. ed., 2004.
- SARNEY, José. Plenário Aberto. In: PAZZIANOTO, Almir et al. *O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio*. Brasília: Senado Federal, 1997, p. 09-11.
- SENNETT, Richard. O Novo Capitalismo. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. – ano XII, n. 2 (ago./dez. 1998) – Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1998, p. 15-30.

SILVA, Hélio. *O primeiro século da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

STREECK, Wolfgang. O retorno do recalçado: o começo do fim do capitalismo neoliberal. *Piauí*, São Paulo, n° 135, nov. 2017, p. 40-45.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WEINER, Jonathan. Introdução. In: GRIFFITHS, Sian (Org.) *Previsões: 30 grandes pensadores investigam o futuro*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 13-27.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como Tragédia, depois como Farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1960.

Educação e democracia em tempos de desinformação

Alexandre Brasil Fonseca

Informação e comunicação são componentes centrais da vida humana, sendo que o desenvolvimento de meios mais eficazes e eficientes têm sido uma busca contínua. Foi assim desde as pinturas rupestres, passando pelos hieróglifos até os poderosos *smartphones*. Rochas nas paredes de cavernas e os papiros foram os primeiros suportes para a troca de informações. A invenção da imprensa, muitos anos depois, representou um salto significativo. A capacidade de reprodução da mensagem ganhou escala e um novo mundo se abriu em pleno século XV.

Muitas tintas e papéis depois e diante do avanço que representou o telégrafo, foi somente no final do século XIX que o rádio se tornou uma realidade, sendo disseminado no século seguinte. O ar passou a ser o meio que propiciava a disseminação das informações. Depois do rádio vimos a chegada da televisão – que somou as imagens e, depois, as cores a todo o processo.

Ao observar o conjunto de movimentos relacionados à comunicação, Marshall McLuhan, em seu livro *Understanding Media* de 1964, forjou a máxima bastante conhecida de que “o meio é a mensagem”. É importante ter isso em mente ao olharmos a mais recente etapa relacionada à disseminação das informações e à comunicação. Um passo após a criação da Internet e sua faceta 2.0, o mundo viu a popularização das pequenas telas dos *smartphones*. Nunca o meio foi tão mensagem como agora no século XXI. O contato físico que o usuário realiza ao deslizar seus dedos, o fato de as informações estarem efetivamente na palma das mãos, a possibilidade do acesso quase permanente representam uns dos elementos mais importantes desta era.

No mundo atual a comunicação fincou em quatro empresas suas estacas. Não são formalmente empresas de comunicação – apesar de na prática serem – e estão livres de regulações e controles da área. Elas compõem o chamado GAFA (Google, Amazon, Facebook e Apple). As críticas dirigidas a elas são várias e incluem evasão de divisas fiscais, exploração laboral, guerra de preços, obsolescência programada e a disseminação de *fake news* (ADRIOLE, 2018). Estamos diante de conglomerados que concentram mercados e que incorporam de forma significativa – ao lidarem de forma intensa e permanente com informações a partir de enormes bancos de dados, os *big data* – aquilo que Zuboff (2018) definiu como a base do “capitalismo de vigilância”:

Big Data é, acima de tudo, o componente fundamental de uma nova lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências, que chamo de *capitalismo de vigilância*. Essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receita e controle de mercado (ZUBOFF, 2018, p. 18).

Para que a sociedade capitalista pudesse se manter, ela precisou se adaptar, se conformando em diferentes formatos e modelos. Para compreender o tempo presente cabe considerar outras características, além da apontada por Zuboff. Nas últimas décadas é possível identificar a conformação de um período altamente destruidor, como desenvolvido por Demirovic (2018). Estaríamos diante de um terceiro período, o qual ele define como o do populismo autoritário – retomando conceito forjado por Stuart Hall para refletir sobre o thatcherismo. Entre o final do século XX e atualmente seriam três períodos. Um primeiro se estabeleceu com o que ele define como “neoliberalismo de reversão”, que se fundamentava a partir dos ideários do Consenso de Washington e a implementação do Estado Mínimo. No caso brasileiro esse momento perpassa o início da nova República até o fim das gestões do PSDB no governo federal brasileiro, governo de Bush Filho e Clinton nos Estados Unidos.

A segunda fase ele define como a do “neoliberalismo supostamente progressista” e nela há uma retomada da capacidade reguladora do Estado, junto à sua participação na promoção de políticas

públicas, incentivo à participação social e ao consumo. Dessa época identifica-se com essa proposta a gestão dos governos do PT no caso brasileiro e Obama nos Estados Unidos.

Por fim, ele afirma a emergência de uma terceira fase que ele caracteriza como a de um “neoliberalismo autoritário” que tem origem na crise econômica do final da primeira década do século XXI, e que é a expressão do fim de uma busca de hegemonia, mas sim a afirmação de que há necessidade de seletividade. É a afirmação de que não há recursos para todos e que alguns ficarão de fora. Não são buscadas mais possibilidades de pactuação. Assume-se que alguns serão excluídos diante da insuficiência da riqueza para ser compartilhada por todos. É um momento em que as relações de trabalho se constituem, nas palavras do sociólogo Ricardo Antunes (2018), como a busca do “privilégio da servidão” diante da falta de opções, acabando por se constituir uma massa que ele define como o “novo proletário de serviços da era digital”. Identifica-se essa postura como afinada com o discurso assumido pelo governo de Jair Bolsonaro e que teve início, no caso brasileiro, durante o governo Temer e nos Estados Unidos é associado ao governo Trump.

Nessa nova fase do capitalismo, do populismo autoritário, há uma desistência do exercício do poder por meio da hegemonia e é assumida a necessidade de coerção e repressão violentas. O foco passa a ser a dominação e a diminuição de concessões às classes subalternas. Entende-se que efetivamente não é possível se atender a todos. Não é possível a manutenção de um Estado de direitos para todos e todas, necessariamente alguns ficarão de fora. Essa ação se dá por meio de maior repressão policial; maior presença do Executivo em detrimento dos outros poderes e por uma ausência de preocupação no enfrentamento às desigualdades. Uma postura antipluralista é assumida pelas lideranças que adotam a existência de um “nós” em oposição a inimigos que vão sendo estabelecidos. No caso brasileiro temos cristãos e “homens de bem” em oposição à grande mídia ou “extrema imprensa”, além dos usuais inimigos personificados no amplo conceito de “esquerda”.

A união dessa lógica vigente nesse neoliberalismo autoritário, junto com o poder, alcance e velocidade que representam os *big data* e toda a reestruturação do trabalho e das relações sociais

sob essa nova ótica são pilares centrais para se pensar a vida em sociedade e na cidade no início deste século. Uma das cruas expressões resultante desse arcabouço econômico é a forma como a propagação de mentiras tem ocorrido, desempenhando papel central no jogo político e social contemporâneo. É por meio da desinformação que boa parte das ações hoje são forjadas e desenvolvidas. Identificar caminhos de como a educação pode contribuir para a reexistência e para a emancipação de mais pessoas é um desafio a ser buscado.

Desafios da desinformação

Alguns documentários dão conta da dimensão dos desafios. Um deles é o *Privacidade hackeada* (2019), de Karin Amer, que foca nos escândalos relacionados à Cambridge Analytica e as tentativas de regulação ocorridas posteriormente. Outro documentário é o *The Creepy Line* (2018), de M. A. Taylor, que vai além e dá um pouco mais da dimensão do que está em jogo a partir de um olhar sobre duas das principais empresas: Google e Facebook. O Google é a principal estrela da Alphabet Inc., *holding* que controla todo um “bioma” de aplicativos que vão muito além da ferramenta de buscas que seleciona aquilo que veremos a partir de escolhas algorítmicas. Assim, primeiro são selecionadas, entre milhões, quais páginas serão mostradas. Num segundo momento é definida uma ordem em que elas aparecerão. Isso tudo feito de forma *customizada*, a partir de um profundo conhecimento que a empresa tem sobre os usuários.

Esse conhecimento reúne um enorme conjunto de informações e, ficando somente nos aplicativos da empresa, vai além daquilo que você busca e inclui a forma e os conteúdos que você acessa por meio do Google Chrome, mas também o conteúdo de suas mensagens e contatos em sua comunicação eletrônica no Gmail, suas fotos organizadas no Google Fotos, seus textos escritos no Google Docs, sua localização e padrões de deslocamento orientados pelo Google Maps. Isso tudo é somado e compõe um amplo e complexo perfil de quem é você. O principal produto que essas empresas vendem é a predição, vendem a promessa de

que tanto podem prever como, principalmente, mudar o que as pessoas pensam e fazem.

A outra grande empresa é o Facebook Inc. e seu carro chefe perdeu força em função do vazamento de dados que envolveu a Cambridge Analytica, afetou eleições e impactou numa percepção geral de que não é possível confiar na capacidade de proteção da privacidade dos usuários da maior rede social. Porém, ainda é um gigante e é por meio da diversidade de ferramentas que a empresa se mantém. Enquanto o Facebook é a “praça pública” da Internet, o WhatsApp seria a sala de estar, aplicativo que passou a fazer parte do grupo de empresas sob responsabilidade do Facebook Inc. em 2014. A melhor forma de se medir o valor do WhatsApp é o monetário mesmo. O valor inicial para a venda foi de 16 bilhões de dólares. Para efeito de comparação, o Instagram foi comprado menos de dois anos antes, em 2012, por 1 bilhão de dólares.

O atual presidente do WhatsApp, Chris Daniels, ocupava no Facebook o cargo responsável pelo projeto Internet.org, voltado para a difusão da empresa e de seus aplicativos em países com acesso restrito à Internet. O WhatsApp é associado à simplicidade, rapidez, segurança e confiabilidade. Outro ponto importante é que em muitos países não há tarifação para o seu uso e estudos têm afirmado que o aplicativo é o caminho indicado para se alcançar de forma direta e simples um amplo público de analfabetos e semiletrados (GENIETS, 2016).

No Brasil, segundo a “Pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box: Mensageria no Brasil” de fevereiro de 2019, o WhatsApp está presente em 96% dos celulares brasileiros, sua popularidade e liderança são inegáveis, o seu uso é feito por cerca de 130 milhões de brasileiros, número que indica o crescimento obtido desde 2017, ano em que a empresa informou que no Brasil era utilizado por 120 milhões de pessoas.

O WhatsApp e outros Mobile Messaging Applications (MMA) representam o que Seufert et al. (2016) apontam como um terceiro momento nos processos de comunicação, ao proporcionar um meio que tem como foco a “comunicação de grupo” (*many-to-many*), mas que também contempla satisfatoriamente os processos anteriores existentes que envolviam a comunicação individual (*one-to-one*),

como também a comunicação coletiva (*one-to-many*). Os autores enquadram essa realidade em um *continuum* que é formado por rupturas nos paradigmas de comunicação.

Essas características, aliadas à praticidade de seu uso, são potencializadas pela natureza das relações nele mediadas nos famosos “grupos de família”, que provavelmente constituem um de seus principais “produtos”, demarcando bem como a ferramenta se constitui enquanto um instrumento de comunicação que une pessoas que possuem contato prévio, com confiança e o que certamente contribuiu para que a ferramenta também se torne um importante elemento nos processos de mobilização social e para, em alguns países, promover a viralização de informações. Esse uso de *broadcast* não estava previsto na arquitetura inicial do WhatsApp, que acabou levando a situações extremas como no caso de linchamentos que foram organizados por meio do aplicativo, situações já identificadas em países como Índia, Indonésia, México e Argentina¹. Esses linchamentos, em geral, ocorrem em decorrência de uma prática mais presente, que é o seu uso na desinformação, na difusão de mentiras, das *fake news*.

O crescimento da desinformação tem merecido atenção e tem sido foco de estudos, pesquisas e ações governamentais. A definição da desinformação dada por um dos documentos da Comissão Europeia (2018) dá bem conta de sua dimensão: “A desinformação é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens económicas ou para enganar deliberadamente, podendo prejudicar o interesse público” (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Ao buscar definir características para a disseminação da desinformação, Kelly Born (2017), da Hewlett Foundation, identifica seis características que propiciam o seu crescimento. O fato de a comunicação ocorrer (1) entre pares (*peer-to-peer sharing*), a (2) soberania do usuário em relação ao que acessa, como também a criação de uma (3) comunicação personalizada em que (4) anonimato e (5)

¹ How WhatsApp became linked to mob violence and fake news – and why it’s hard to stop. <https://www.nbcnews.com/tech/tech-news/how-whatsapp-became-linked-mob-violence-fake-news-why-it-n929981>

atomização também estão presentes. Além disso, identifica-se a (6) democratização dos processos de criação e distribuição das informações, sendo eles acessíveis a mais pessoas.

Esses seis elementos são encontrados de um modo geral em diferentes ferramentas que povoam a Internet, porém estão presentes de forma significativa no WhatsApp e outros MMA. Sendo que, além desses elementos, há maior facilidade de adesão à ferramenta, sem a exigência de cadastros e sendo suficiente a posse de um *chip* de celular para tê-lo. Outro fato que torna ainda mais potente o WhatsApp para a desinformação é o fato de as mensagens que circulam por seu intermédio sejam criptografadas.

Nesse contexto, (que) a Comissão Europeia propôs em 2018 um “Plano de Ação contra a Desinformação” estruturado em quatro pilares que visam estabelecer uma resposta coordenada dos países membros:

1. Melhorar as capacidades das instituições da União para detectar, analisar e denunciar a desinformação.
2. Reforçar a coordenação e as respostas comuns à desinformação.
3. Mobilizar o setor privado para o combate à desinformação.
4. Sensibilizar as pessoas e reforçar a resiliência da sociedade

O plano de ação proposto prevê responsabilidades por parte do poder público nos dois primeiros pilares. O terceiro pilar é focado na ação das próprias empresas responsáveis pela disseminação. A importância de atuação dessas é similar a pensarmos em como grandes empresas poluidoras da área de petróleo são as mesmas que investem maior quantidade de recursos em programas ambientais. A desinformação é fonte de lucros para essas e a desinformação é uma espécie de efeito colateral da sua busca de vender predição. Assim, é bastante razoável que essas empresas se dediquem mais a essa pauta. O quarto e último pilar de uma ação contra a desinformação fundamenta-se em ações de educação, tópico que abordaremos a seguir.

Qual educação?

Como último pilar, ação central e de base para fazer frente à desinformação é comum que seja acionada a velha máxima de que é na escola ou na educação que se levantarão as principais defesas e resistências. A lógica que se apresenta é que as pessoas não são suficientemente conhecedoras dos mecanismos que subsidiam a construção e disseminação da desinformação e que mediante essa formação elas prontamente identificariam o problema. Obviamente que estamos diante de algo bem mais complexo que inclui outros elementos que perpassam os *big data* e envolvem um conjunto de recursos pouco entendíveis para a população, como no caso dos algorítmicos, *cookies*, robôs e outros, que não serão efetivamente compreendidos por ações de “alfabetização digital” que visam fundamentalmente à capacitação de usuários competentes. É preciso ir além.

Pode parecer confortadora essa forma de interpretação e ela parece ignorar a sofisticação e a potência de recursos que o capitalismo de vigilância tem acesso. O remédio proposto passa por, como afirma o documento da Comissão Europeia, “melhorar a literacia digital dos cidadãos”. O problema é identificado em uma falta: as pessoas não sabem, não conhecem. A compreensão é geralmente associada ao campo da técnica, à capacidade de as pessoas operarem confortavelmente como expressa o editorial de 2004 do *International Journal of eLiteracy*: “We can define ‘eLiteracy’ simply as referring to the awarenesses, skills, understandings, and reflective approaches necessary for an individual to operate comfortably in information-rich and IT-enabled environments” (MARTIN; ASHWORTH, 2004). Certamente o desafio que se coloca para a prática educativa é bem mais amplo e abrangente do que o que se pensa ao se falar em literacia digital.

As mudanças em relação ao uso de *smartphone* estão em pleno curso e numa velocidade como nunca percebida. O aspecto físico e as implicações sociais associadas ao uso dos celulares, a “quarta tela”, é significativo, como explorado por Aguado (2013:16):

Es, ante todo, una pantalla social, expansiva y envolvente, que penetra en los alvéolos s de nuestras interacciones cotidianas

con una fusión singular de comunicación y contenido y que, por eso mismo, tiende a incluir en sus escenarios de uso otras pantallas y otras formas de consumo. De ahí su potencial como fuente de innovación y como centro de gravedad de convergencia de funciones, formatos y modelos en torno al contenido. No estamos, pues, únicamente ante un nuevo soporte o ante un canal de distribución más en el que ubicar el despliegue de contenidos tradicionales. No es sólo una nueva forma de aprovechar los escenarios y ritos de consumo existentes en el paisaje mediático hasta la fecha. Se trata de un nuevo medio dotado de un ecosistema propio, en el sentido de actores definidos y relaciones características entre esos actores.

Para a educação não poderia haver maior interesse do que o do papel das mídias nos processos de ensino-aprendizagem nesse contexto e diante dos desafios que esta nova realidade traz. O fascínio e as soluções pensadas que as, inicialmente, novas tecnologias de informação e comunicação causam são várias, especialmente no campo das expectativas. É Jacquinet-Delaunay (2009) que nos lembra que a “potencialidade educativa investida” acaba se esvaindo diante das práticas que demonstram que os sonhos e desejos não se concretizam tão facilmente como as empolgações de primeira hora deixam transparecer.

É possível encontrar um amplo espectro de artigos sobre experiências em atividades educativas formais e não formais envolvendo o uso das mídias digitais. Um exemplo poderiam ser as iniciativas de WhatsAula ou WhatsSala que são produzidas e recebidas com empolgação nos artigos reunidos na compilação de Porto et al. (2017), que afirmam os seguintes aspectos em relação ao uso do WhatsApp em atividades de ensino-aprendizagem: leva a uma “maior interação”, “aumenta a motivação”, “mantém os estudantes”, “intensifica a participação”, “potencializa a criatividade” e “promove maior interação” ao se concretizar como uma real e eficiente “extensão da sala de aula”. É o conhecimento na palma da mão.

Em relação aos aspectos negativos, eles se apresentam menos marcados e apontam fundamentalmente para a necessidade de uma capacitação que seja voltada para os aspectos pedagógicos e não somente tecnológicos e para a necessidade de mais horas por parte

dos docentes, pois seu uso acabaria por exigir mais tempo, maior dedicação e “muito esforço por parte dos professores”, algo que dialoga diretamente com o “proletariado digital” abordado por Antunes (2018). Esse maior trabalho teoricamente teria como contrapartida maior dedicação dos discentes. Certamente esse tópico é algo que precisaria de maior comprovação.

A emergência do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2018) nos exige prudência e cuidado ao pensarmos nos usos das mídias, ferramentas culturais que podem se tornar recursos didáticos. Há uma imensidão de questões envolvidas e, particularmente, questões relacionadas a uma nova compreensão e apropriação da realidade que merecem ações que vão muito além do simples uso e que necessariamente precisam avançar em processos formativos que envolvem aspectos mais amplos sobre as ferramentas em questão. Pensar os usos e as possibilidades para a aprendizagem móvel ou *app-learning* ou *m-learning*².

Ao pensar o lugar da Internet e das mídias digitais na sociedade, o filósofo David Berry (2012) identifica no que ele define como iteracia uma importante resposta. Iteracia seria um processo similar a literacia e que envolve aprendizados relacionados à programação e que visam à compreensão da estética envolvida na produção de códigos e na percepção das iterações como uma nova forma de organizar o pensamento e responder aos desafios existentes na complexa sociedade contemporânea. O que o autor defende que mais do que uma “alfabetização digital”, os processos relacionados às mídias digitais precisam contemplar uma formação que vá além e que capacite as pessoas a uma compreensão tanto dos algoritmos como dos processos envolvidos na produção dos códigos da programação (BERRY, 2011):

² “Quando nos referimos à m-learning, ainda estamos no domínio da educação formal e da não-formal porque se trata do desenvolvimento de métodos e recursos que têm como alvo o processo de aprendizagem incorporado a uma sistemática pré-determinada. A m-learning é vista como uma extensão da sala de aula e é executável a partir de um sistema de ensino-aprendizagem previamente estabelecido. É óbvio que a m-learning recorre à comunicação ubíqua, mas a aprendizagem, que se desenvolve graças aos seus procedimentos, está relativamente prevista e incorporada às expectativas do planejamento educacional. Já a aprendizagem ubíqua, espontânea, contingente, caótica e fragmentária é totalmente informal” (SANTAELLA, 2013, p. 303).

It is something that I have been thinking about too with the concept of digital Bildung and computability. However, I would like to suggest that iteracy might serve as the name for the specific skills used for understanding code and algorithmic culture – as indeed literacy (understanding texts) and numeracy (understanding numbers) do in a similar context. That is, iteracy is specifically the practice or being able to read and write code, rather than the more extensive notion of digital Bildung.

A relevância da Internet e das mídias digitais no mundo contemporâneo é inegável. Seus impactos para a vida e sociedade, particularmente a educação, são significativos e é papel da universidade desenvolver pesquisas que auxiliem a refletir e que elaborem formas de identificar as possibilidades educativas que se apresentam a partir das novas ferramentas culturais que são desenvolvidas. Essa formação precisa ir muito além da produção de usuários capazes; é preciso a formação de usuários críticos que tenham consciência de todos os processos envolvidos na produção da mensagem digital. O domínio da linguagem de programação é um dos elementos necessários, o que requer uma formação muito mais abrangente do que geralmente é pensando quando se fala em “alfabetização digital”, mesmo a partir de abordagens que enfatizem a necessidade de formação crítica (ALVES, 2014).

Penso ser mais produtiva a adoção da concepção de iteracia como referência e marco para uma ação educativa no tempo atual, pois o que se exige é mais do que um “confortável e crítico uso” das ferramentas digitais. É fundamental que se compreenda aquilo que está nas bases desse conhecimento, aquilo que não é visível e que é fundamental para a sua existência e que envolve os processos de programação. Da mesma forma que sem acesso à literatura e à poesia não se aprende uma língua de forma plena por mais que se seja alfabetizado nela. Sem o acesso à programação, a linguagem do código, não é possível compreendermos o que vemos em nossas telas. A capacidade crítica se torna restrita ao não termos condições de reconhecer e dimensionar todo o trabalho anterior envolvido para o funcionamento de um aplicativo ou de uma página. Não ter um mínimo conhecimento desses elementos representa um processo de alienação.

Nesse processo é fundamental considerar aspectos sociais mais amplos que estão subjacentes à essas novas tecnologias, suas possibilidades e limites, sendo fundamental nesses primeiros momentos uma devida apropriação e o uso crítico e criterioso desses instrumentos. Na realidade brasileira um aplicativo específico tem se destacado, voltado para a mensagem instantânea, o WhatsApp, que obteve ampla difusão no mundo nos últimos anos, sendo o Brasil um dos países em que é mais utilizado.

Pensar o seu uso, conhecer como funcionam os seus registros, ser capaz de uma compreensão básica da análise forense digital desse aplicativo, por exemplo, são exemplos desejáveis (ANGLANO, 2014). O uso da ferramenta por parte de professores precisa incluir o diálogo sobre os limites desse uso no cotidiano. É fundamental que se pense como as mídias digitais interferem nas relações sociais e de que forma, a partir da perspectiva de professores e educadores, suas experiências *offline* cotidianas podem contribuir para a maior efetividade e qualidade do uso de ferramentas *online* na prática educativa visando tanto à formação como também contribuir para a consolidação da democracia ao fazer frente aos processos econômicos vigentes que reduzem pessoas a dados e exclui uma significativa massa de indivíduos e setores da sociedade a partir de uma nova conformação do trabalho em curso. O desafio passa por incluir de maneira informada mais pessoas nesses processos, contribuindo para que essa participação leve à efetiva emancipação e que tenha reais possibilidades e acesso a ferramentas que enfrentem a desinformação.

Referências

ADRIOLE, S. Big Trouble For Facebook, Amazon, Google And Apple in 2018. *Forbes*, 3 Jan. 2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/steveandriole/2018/01/03/big-trouble-for-facebookamazon-google-apple-in-2018>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

AGUADO, J. M. et al. *La comunicación móvil: hacia un nuevo ecosistema digital*. Barcelona: Gedisa, 2013.

ALVES, E. J. Literacia Digital de professores: competências e habilidades para o uso da TDIC na docência. *EDUECE*. Livro 1. Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola. 2014, pp 02746-02758. Disponível em: <http://>

www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro1/314%20LITERACIA%20DIGITAL%20DE%20PROFESSORES%20COMPET%C3%8ANCIAS%20E%20HABILIDADES%20PARA%20O%20USO%20DAS%20TDIC%20NA%20DOC%C3%8ANCIA.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

ANGLANO, C. Forensic analysis of WhatsApp Messenger on Android smartphones. *Digital Investigation Journal* 11(3), 2014, p. 201-213. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1507.07739.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BERRY, D. Introduction: Understanding the digital humanities. In: *Understanding Digital Humanities*. Londres: Palgrave MacMillan, 2012, p. 1-20.

BERRY, D. Iteracy: reading, writing and running code. Disponível em: <http://stunlaw.blogspot.com/2011/09/iteracy-reading-writing-and-running.html>. Acesso em: 22 maio 2019.

BORN, K. *Seis características da Era da Desinformação*. NEAI-UNESP. 2017. Disponível em: <https://neai-unesp.org/seis-caracteristicas-da-era-da-desinformacao>. Acesso em: 12 out. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia. *COM*, 2018, 236 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52018DC0236>. Acesso em: 24 maio 2019.

DEMIROVIC, A. El populismo autoritario como estrategia neoliberal de gestión de la crisis. *Constelaciones*. Revista De Teoría Crítica, 10, 116-134. Disponível em: <http://constelaciones-rtc.net/article/view/3130><http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 6 ago. 2019.

GENIETS, A. Engaging Youth in Low- and Middle-Income Countries Through Chat Apps: Challenges and Opportunities for International News Organizations. *International Journal of Communication*, 10, 2016, p. 3.570-3.584.

JACQUINOT-DELAUNAY, G. Algumas observações sobre os “nativos digitais” e a escola. In: BARBOSA et al. (Org.) *Comunicação, educação e cultura na era digital*. Curitiba: Intercom, 2009, p. 167-181.

MARTIN, A.; ASHWORTH, S. Welcome to the Journal of eLiteracy! *JeLit* 1(1), p. 2-6, 2004.

PORTO, C. et al. (Orgs.) *WhatsApp e educação: entre mensagens, imagens e sons*. Salvador: EDUFBA, 2017.

SANTAELLA, L. *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Paulus, 2013.

SEUFERT, M. et al. Group-based communication in WhatsApp. IFIP Networking 2016 Conference, 2016, *IEEE Computer Society*. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7497256>, Acesso em: 23 jul. 2019.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F. et al. (Orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-68.

Formação de professores para a prática pedagógica com a integração crítica das mídias

Vânia Amélia Miranda Koerich

Introdução

A escola atual está 100% digital, atravessou as fronteiras e foi para a “nuvem”, e todo lugar é lugar para aprender e ensinar. Não está mais limitada a um prédio, uma edificação. É uma grande revolução para todos os envolvidos: professores, alunos, gestores, equipe pedagógica e as famílias que foram desafiados a experimentar uma nova escolarização. Essa transformação é muito desafiadora, mas também se apresenta como uma oportunidade de crescimento, aprendizagem e mudanças.

Segundo Nóvoa, (2020), a pandemia destacou o que já era claro antes do Covid-19 – a necessidade de mudança na forma de mediar e conduzir o processo educacional nas escolas públicas – e, para isso, a formação continuada, na qual o professor possa construir sua identidade, que tenha como base a reflexão sobre as práticas dentro de um lugar que junte pesquisadores de universidade e professores das escolas, é central e decisiva.

Entretanto, a situação emergencial não pode ser considerada como solução para o futuro da educação. A escola contemporânea que está sendo desenhada não pode repetir mais as práticas de ontem. As mídias são hoje a força que mantém a escola funcionando e sua seleção criteriosa e sua adequação aos propósitos e aos objetivos do trabalho docente são fundamentais. Mas, apesar de toda ferramenta digital existente, é o elemento humano, o professor, quem está fazendo acontecer a educação mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

É preciso pensar, planejar uma resposta para o futuro, pois, a simples transferência do antigo modelo de práticas presenciais para o ensino digital já demonstrou que não promove uma educação de qualidade por si. Também, não se pode deixar o futuro da educação aos cuidados de grandes plataformas que despejam e decidem as informações a serem discutidas e as propostas educacionais das escolas, sem o devido conhecimento do perfil do aluno e do contexto em que ele está inserido (NÓVOA, 2020).

Formações de professores para uma educação com as mídias e para as mídias

Temos um mundo em constante e veloz transformação que nos aponta a necessidade de refletir sobre o processo educacional e tudo que o envolve. Incluindo o repensar sobre o processo formativo dos professores para uma escola que vai além do espaço físico, que torna lugar de aprender todo lugar onde tem um aluno com acesso a um dispositivo digital e acesso a Internet, o que muitas vezes é chamado de escola ubíqua (CASSIANO NETO, 2018). Esta é uma oportunidade de, efetivamente, oferecer aos professores um processo formativo com ênfase na sua autoria e não tratá-los como meros reprodutores ou aplicadores de métodos já instituídos (PRETTO, 2017), que simplesmente aplicam um conjunto de dados produzidos por empresas e especialistas.

Concordamos que o presente se apresenta como um enorme desafio, mas também como uma oportunidade da formação ser reinventada, de ser oferecida de modo diferente, para conseguir unir diferentes formas de interação social, seja ela, biológica, digital ou física. E para aperfeiçoar as ações pedagógicas com as mídias, que se intensificam neste momento de pandemia, usando métodos que combinam, em ações recíprocas, os espaços físicos e virtuais que atuam lado a lado (CARVALHO NETO, 2018) e a necessária alfabetização crítica das mídias (KELLNER; SHARE, 2008), a formação de professores é realmente de grande importância e chave da alternativa para uma educação emancipadora e libertária.

É inevitável e urgente um novo modelo de formação que estimule e permita o desenvolvimento de uma nova cultura docente

(CARVALHO NETO, 2005) na qual as decisões de como utilizar cada ferramenta digital ou analógica nas práticas de ensino sejam tomadas com liberdade, segurança e coragem pelos professores. É preciso pensar a escola na qual haja uma diversidade de métodos que não existem em formas normalizadas, mas criadas por professores autores, produtores, pesquisadores da própria prática. Sujeitos que tomem as próprias decisões sobre as práticas de ensino e no currículo, em consonância com os objetivos de ensino, de aprendizagem e a realidade de seus alunos (NÓVOA, 2020; CARVALHO NETO, 2018; LAPA; GOMES; KOERICH, 2015).

Nesse contexto, apresentamos a seguir os resultados de uma pesquisa sobre o processo formativo de professores de educação básica, apresentada na dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (KOERICH, 2018).

A pesquisa

A dissertação apresentou uma pesquisa que analisou o processo formativo de quatro professores da Escola de Educação Básica Cel. Antônio Lehmkuh, do município de Águas Mornas, no Estado de Santa Catarina, dado em uma experimentação de integração de TIC ao ensino, em uma aproximação universidade/escola, no âmbito do projeto “Redes de Políticas Públicas para a Educação” (RPPE), coordenado pela professora doutora Tamara Tania Cohen Egler/UFRJ, que contou com integrantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os professores envolvidos, aqui denominados: P1, graduada em Pedagogia; P2, graduada em Pedagogia; P3, graduado em Ciências Naturais; P4, graduada em Matemática, ao fazerem uso dos espaços sociais virtuais em suas práticas no ensino fundamental integraram um grupo para refletir sobre as suas ações pedagógicas a partir de seu próprio envolvimento no projeto, nos anos de 2013 e 2014, com a proposta de realizar uma investigação da própria ação pedagógica a ser feita na escola.

Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, a partir do estudo de caso que contou com observação participante (2013-

2014), análise documental sobre a produção escrita dos professores (projetos de intervenção e de pesquisa, relatórios e artigos) realizada durante um curso de pós-graduação em Educação (2016-2018) e realização de entrevista coletiva após o término do processo formativo (11/04/2018). E teve como objetivo identificar fatores e circunstâncias que favoreçam a formação de professores para a integração crítica de TIC na educação.

O professor pesquisador é para sempre aprendiz

Sintonizado com nossa atualidade, este texto apresenta desafios e possibilidades apontados na análise da formação desses professores que foi oferecida a partir da prática pedagógica com a integração de mídias digitais, em um processo de realização da pesquisa das referidas práticas.

Evidenciou-se que um desenho de formação de professores para permitir a integração crítica das mídias na educação deve abranger todos os profissionais, gestores, orientadores pedagógicos e professores que atuam no contexto da educação básica. Deve ter também como base a prática pedagógica através das mídias e a partir dela; os professores vão assumir sua própria ação pedagógica como um objeto de pesquisa, de reflexão e de análise, amparados por uma base teórica na perspectiva crítica, desenvolvida no coletivo da escola. Que essas ações, em uma formação continuada de dois anos, lhes permitam desenvolver habilidades e competências necessárias para a criação, análise e avaliação das mídias, e também desenvolver seu próprio potencial para definir com liberdade e segurança as ações com as mídias que melhor se adaptam ao seu processo de ensino e de aprendizagem.

No envolvimento dos professores da educação básica na pesquisa, ficou evidente que eles não têm dúvidas de que eles mesmos detêm o saber sobre quais são os maiores problemas de seu contexto escolar e de suas práticas de ensino. Mas também têm ciência que não dominam os métodos para realizar, sozinhos, a pesquisa científica em sua escola. Por não acreditarem em sua capacidade de pesquisar, e muitas vezes carecerem de uma educação científica na sua formação inicial, acolhem e se beneficiam de uma parceria com a

universidade, promovendo uma sinergia entre a pesquisa no campo e a prática no chão da escola.

Por essa potente aproximação, descrevemos o que encontramos na análise do processo formativo em questão, com vistas a inspirar novas iniciativas. Identificamos que é necessário que a formação estimule o professor a ser um professor-pesquisador. Isto é, que ele saiba pesquisar a sua prática, através, por exemplo, de definir um problema de ensino a ser pesquisado e experimentar a prática da pesquisa-ação. A pesquisa realizada pelos professores teve como fases da pesquisa científica: a) elaborar projetos de intervenção e de pesquisa; b) sistematizar dados para analisar a sua própria intervenção pedagógica com as mídias; c) desenvolver instrumentos de coleta e de análise dos dados, relatórios; d) socializar resultados.

O encontro com a universidade proporcionou momentos de participar de discussões sobre suas limitações e potencialidades nas atividades de intervenção e de pesquisa com pares e pesquisadores experientes, apoiando-se em referenciais teóricos numa perspectiva crítica. Contribuiu também para distinguir e analisar suas ações como professor na intervenção e como pesquisador da própria prática, como salienta a fala de P3, após a formação: “E foi a pior parte, a gente conseguir separar essa parte de ser o professor em sala de aula e refletir sobre a nossa postura em sala” (11/04/18).

Destaca-se que os professores têm interesse em serem autores, de falar e discutir sobre sua realidade. Diante disto, a formação também precisa ser pensada para levá-los a escrever e socializar textos sobre sua experiência, para que possam passar a expressar suas próprias ideias, relatar suas experiências sobre a prática de ensino e sobre os problemas e potencialidades de seu contexto escola. Essas ações foram norteadas pelas principais diretrizes da produção científica, reafirmando-se como autores e produtores de novos conhecimentos, como disse P1: “[...] escrever sobre o que aconteceu, relatar é refletir aquilo que a gente fez, com alguns detalhes” (11/04/18).

Até aqui falamos da importância da formação docente que estimule o professor a desenvolver uma postura de pesquisador, com foco em sua autoria.

Além da sua postura reflexiva, que investiga a própria prática sempre aperfeiçoando, há outro elemento essencial que é propiciar

aos professores as condições de compreender a importância de estar sempre num processo de busca e formação. Para desenvolver as habilidades e competências necessárias para a consolidação de novas práticas com as mídias que os permita exercer sua função como educador em salas físicas e virtuais que atuem lado a lado, no contexto da cultura digital.

Para isso, é fundamental que compreendam que nesse processo de integração das mídias na prática pedagógica é necessário experimentar, para desenvolver as devidas habilidades para estimular e mediar as ações pedagógicas através das mídias. Que nessas vivências com plataformas e mídias, nem sempre alcançarão seus objetivos de ensino. Mas, que a experiência lhes permita tirar as próprias conclusões para identificar com liberdade, coragem e segurança o potencial de cada ferramenta que pode enriquecer o processo educacional.

Portanto, é preciso se compreender em um processo de mudança e se permitir errar para aprender, ser um profissional que desenvolve o desejo de sempre buscar novos conhecimentos. Possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma *postura de aprendiz permanente*, despertando para uma nova cultura docente.

No entanto, para conhecer as principais diretrizes da produção científica, bem como para conduzir e orientar o desenvolvimento de uma base teórica e metodológica na perspectiva crítica para embasar sua prática com as mídias é necessário que durante toda a formação o professor conte com assessoria de pesquisadores experientes. Possibilitando, assim, um espaço de trocas e acesso a novos conhecimentos, nas primeiras experiências de integração de mídias digitais em sua prática e todo o andamento de sua pesquisa. Uma das carências dos professores nesse processo formativo analisado foram as buscas isoladas, da fundamentação para embasar as atividades da prática com as mídias e da sua pesquisa, como comentou P1 sobre aquele momento do processo formativo, em sua reflexão posterior: “Saber onde, como buscar o autor, o referencial certo, era mais difícil” (EC, 11/04/2018).

Conclusões

O presente texto revela resultados da investigação de um processo formativo de professores que aconteceu no âmbito de uma dissertação de mestrado. Os dados analisados confirmam que a formação de professores para a prática pedagógica com a integração crítica das mídias deve envolver todos os profissionais da instituição, ter como base as ações de ensino através das mídias, aliada à pesquisa dessas práticas, amparadas por um referencial teórico na perspectiva crítica, desenvolvida no coletivo da escola e contar com o suporte de pesquisadores experientes.

Importante ressaltar que os maiores desafios dos professores nesse processo formativo foram: distinguir e analisar suas ações como professor na intervenção e como pesquisador da própria prática; escrever textos para socializar sua experiência de ensino, os problemas e potencialidades de seu contexto escolar; saber onde, como buscar o autor, o referencial certo, na perspectiva crítica, para embasar sua prática e sua pesquisa.

Outro elemento essencial é propiciar aos professores as condições de se compreender em um processo de mudança, de aprendizagem e se permitir errar para desenvolver as habilidades e competências necessárias para a consolidação de novas práticas com as mídias. Possibilitando, assim, desenvolver o desejo de sempre buscar novos conhecimentos e cultivar uma postura de aprendiz permanente.

Em síntese, um processo formativo de professores que permita o desenvolvimento de uma postura de pesquisador, com foco em sua autoria e o estimula a cultivar uma postura de aprendiz permanente serve de base consistente para a prática pedagógica com a integração crítica das mídias, para uma nova cultura docente, e os prepara para exercer sua função como educador e produtor de novos conhecimentos no contexto da cultura digital.

Referências

CARVALHO NETO, Cassiano Zeferino de. *Por uma escola inteligente*, ou, Intelligentschool. São Paulo: IGGE, 2005.

_____. *Educação 4.0: princípios e práticas de inovação em gestão e docência*. São Paulo, Laborciencia Editora, 2018. 320p.

CARVALHO NETO, Cassiano Zeferino. Vídeo: *EDUCAÇÃO 4.0 digital – A Grande Revolução na Escola: contexto, desafios e cuidados essenciais*. IFCE – Inovação e Formação Continuada em Educação. (0:13: 20). 26 maio 2020. Disponível em: <http://www.cuboz.com/inovae4/articles/0007-educa-o-4-0-digital-a-grande-revolucao-na-escola-contexto-desafios-e-cuidados-essenciais-exj6AjZd>. Acesso em: 2 jun. 2020.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 104, Especial, p. 687-715, out. 2008. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 24 jan. 2017.

KOERICH, Vânia Amélia Miranda. Formação de professores para apropriação crítica de tecnologias digitais de informação e comunicação. 2018, 200 p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LAPA, A. B.; GOMES, N. G.; KOERICH, V. A. M. O desafio da formação do professor pesquisador. In: Seminário Web Currículo e Encontro de Pesquisadores em currículo. 4 e 12, 2015, São Paulo.

NÓVOA, António. *Webconferência: formação de professores em tempo de pandemia*. Instituto Iungo. Belo Horizonte. YouTube. (1:03:26). 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ef3YQcbERiM&t=1410s>. Acesso em: 25 out. 2020.

PRETTO, Nelson de Luca. *Educações, cultura e hackers: escritos e reflexões*. Salvador: EDUFBA, 2017.

Lista de autores

Adilson Vaz Cabral Filho

Professor associado da Universidade Federal Fluminense, atuando no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC). Docente do Programa de Estudos pós-graduados em Política Social (PPGPS) de 2008 a 2019. Coordenador do Curso de Comunicação Social da UFF (2016-2020). Com pós-doutorado em Comunicação na Universidade Carlos III de Madrid (2013), Doutor em Comunicação Social (2005) e Mestre em Comunicação Social (1995) pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal Fluminense (1992). Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Integra o LaPA - Laboratório de Pesquisa Aplicada do PPGMC-UFF e o grupo de pesquisa Comuni. Jovem Cientista do Nosso Estado (período 2013-2016), pela FAPERJ. Professor visitante da Universidade Adis-Adria, em Klagenfurt, Áustria. Diretor da ABPCom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (2017-2019). Associado da ULEPICC Brasil - Capítulo brasileiro da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, Secretário Geral (2010 a 2014) e Presidente da entidade (2014 a fev.2016). Vice-coordenador da Seção de Comunicação Comunitária da IAMCR - International Association of Media and Communication Research (2012-2016). Autor de livros e artigos em Políticas de Comunicação, com ênfase em Comunicação Comunitária, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de comunicação, democratização da comunicação, apropriação social das TICs, comunicação comunitária e digitalização das comunicações.

Aldenilson Costa

Geógrafo formado pela Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Gestão e Planejamento Ambiental pelo Instituto

Tocantinense de Pós-graduação, Mestre e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Geografia pela Universitat Autònoma de Barcelona. Coordena o Núcleo de Estudos Governo, Inovação e Território (NEGIT) e é pesquisador do LabEspaço - Laboratório Espaço, sociedade, tecnologia e espaço (IPPUR/UFRJ). Investiga a relação entre inovação, território e sociedade, buscando compreender as transformações impulsionadas a partir dessa relação no âmbito das cidades. Atualmente desenvolve atividade de ensino, pesquisa e extensão no Departamento de Administração Pública da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e também é docente do Cederj no Departamento de Geografia onde coordena a disciplina Geografia do Ciberespaço à distância. Tem experiência como professor nos ensinos de graduação, pós-graduação e educação básica. E atua principalmente com os seguintes temas: Governo, inovação, território, política pública, produção do espaço, urbanização.

Alexandre Brasil Fonseca

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2002) e pós-doutorado pela Universidade de Barcelona (2009). Atuou como assessor na Presidência da República (2012-2016) nas áreas de participação social e direitos humanos. É professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: alimentação e cultura, educação em saúde, desigualdades, diversidade religiosa, mídia e desinformação.

Eula Dantas Taveira Cabral

Tem Pós-Doutorado (2015) em Comunicação pela UERJ. É Doutora (2005) e Mestre (2000) em Comunicação Social pela UESP. Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela

Universidade Federal do Amazonas (1997). Trabalha com pesquisas e projetos no Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa (Ministério do Turismo), atuando na área de Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação, e é Professora do Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da FCRB. É jornalista, radialista e membro de instituições científicas nacionais e internacionais. É coordenadora e pesquisadora do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) e pesquisadora do EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência - UFF. Coordenadora do projeto de pesquisa - Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados (FCRB). Foi coordenadora nacional do GT Políticas de Comunicação do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e da Cultura (ULEPICC Br) no período de 2014 a 2019. Atua nas áreas de economia política da comunicação, da cultura e da informação; direito à comunicação; direito à cultura; direito à informação; políticas e estratégias de comunicação; grupos de mídia (locais, nacionais, regionais e internacionais); tecnologias de informação e comunicação; mídias digitais; jornalismo; publicidade e mídia brasileira.

Jair de Souza Ramos

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1990), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e realizou pós doutorado na École Normale Supérieure, seção Sciences Sociales, em Paris (2006) . Atualmente é professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense, e participa da pós graduação em Sociologia na mesma universidade. É vice coordenador do NEMO/UFF (Laboratório de Estudos da Modernidade) Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: imigração, antropologia do estado, pensamento social brasileiro, políticas públicas, racismo, relações de gênero e novas tecnologias.

Lalita Kraus

Professora adjunta do programa de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). É vice-coordenadora de Pesquisa, Comunicação e Extensão do IPPUR e membro suplente do Conselho de Extensão Universitária da UFRJ. É atualmente pesquisadora do Labespaço IPPUR/UFRJ e da Rede de Políticas Públicas - RPP. Completou o doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Possui graduação em Gestão de Empresa e Marketing - Università di Bologna (2005), mestrado em Administração e Planejamento para o Desenvolvimento - University College of London/UCL (2010) e mestrado em Desenvolvimento Local e Mercados Internacionais - Università degli Studi di Parma (2008). Tem pesquisado os seguintes temas: tecnologia e cidade; modelos urbanos inteligentes; mídia e desinformação. É consultora e assessora voluntária de movimentos sociais e Ong para a elaboração, administração e gestão de projetos.

Marcelo Castañeda

Professor Adjunto A na área de Estudos Organizacionais no Departamento de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Administração (NUPAD/UFRJ). Tem experiência na área de Ciências Sociais com ênfase em organizações, ação política, tecnologias, consumo e metodologia. Foi Bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-Com/UERJ). Possui doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), com mestrado concluído na mesma instituição. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Maria Alice Nunes Costa

Socióloga, Cientista Política, Urbanista e Fotógrafa. É Pós-Doutorada em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2007-2011, Portugal); Doutora em Planejamento

Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ, 2006); Estágio Doutoral na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2004-2005); Mestre em Ciência Política pela UFF (2002); e, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1988). Professora Associada da Universidade Federal Fluminense no Instituto de Arte e Comunicação Social (Departamento de Artes) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Investigadora Associada do Centro de Estudos Sociais (CES, Universidade de Coimbra, Portugal). Possui larga experiência em políticas públicas, governança e democracia como policy-maker e acadêmica, coordenando o Laboratório LADER (Laboratório de Políticas Públicas, Governança e Desenvolvimento Regional/CNPq). Atua no campo da Arte como Fotógrafa, pesquisando as ausências e as invisibilidades sociais no espaço urbano, a partir da relação entre Fotografia, Comunicação, Sociologia e Filosofia com uma perspectiva transdisciplinar.

Rafael Barbosa Simões

Graduando em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é bolsista FAPERJ de Iniciação Científica no projeto de pesquisa Política, técnica e território coordenado pela Prof^a Tamara Egler, no Laboratório Espaço(IPPUR/UFRJ). Foi bolsista de intercâmbio na Faculdade de Ciências Sociais da Eotvos Loránd University (Hungria), estudou Sistemas Políticos, Fake News. Atuou também como estagiário de Gestão Pública na Agência Nacional de Aviação Civil e no Tribunal Regional Federal da 2^a Região.

Reginaldo Luiz Cardoso

É pesquisador e fotógrafo autoral. Possui graduação e bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG, 1988); mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG, 1997) e; doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) cuja tese foi indicada pelo Programa de Pós-

-graduação de Planejamento Urbano e Regional - PPGPUR / IPPUR-UFRJ para o XIX Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, de Teses e Dissertações, organizado pela Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional - ANPUR/2015. Ex-professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e da Faculdade Santa Rita é, atualmente, membro e pesquisador do Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço do IPPUR-UFRJ. Desenvolve pesquisas que analisam a interface do urbano e os cerceamentos sofridos pelas subjetividades contemporâneas presentes no fenômeno da condonização horizontal e vertical da sociedade. Enquanto fotógrafo tem buscado essa mesma interlocução ao registrar o inusitado ambiente urbano contemporâneo. Dentre outros prêmios recebeu menção honrosa no II Concurso Nacional de Fotografia _ Arquitetura e Urbanismo 2018 em Portugal e foi indicado para o Prêmio Sesc de Fotografia Marc Ferrez de Fotografia 2017.

Rita Gonçalo

Socióloga, Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, Mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio. Tem experiência nas áreas de sociologia urbana e comunicação socioambiental. Desenvolve pesquisas sobre Religião e Cidade, com foco nos megatemplos urbanos, abrangendo ainda demais eixos temáticos de urbanidade evangélica: arquitetura, mídia, estética, corporalidade e subjetividades.

Tamara Tânia Cohen Egler

Arquiteta, mestre em planejamento urbano e regional, doutora em sociologia, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Coordenadora do Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço, pesquisador 1B do CNPQ, Cientista do Nosso Estado da Faperj, coordenadora de diversos projetos, entre os quais o do Núcleo de Políticas Públicas do Rio de Janeiro (2009), que integra o programa Pronex da Faperj/CNPq, 2011, 2013. Políticas públicas e tecnologias da educação do Programa Observatório da Educação da Capes, 2010,2013 e Coordenadora INCT Política pública, inovação e desenvolvimento Urbano, CNPq, 2014. Seu campo

de atuação está associado ao estudo dos processos de transformação do espaço, no contexto do processo de globalização e tem por suporte técnico a informação e a comunicação digital. Sua produção bibliográfica consiste em nove livros, uma coletânea de vídeos, capítulos de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, sites e plataformas na Internet. Orientou quinze teses de doutoramento, 33 dissertações de mestrado, e 103 monografias de iniciação científica.

Vania Koerich

Mestra em Educação, linha de pesquisa Educação e Comunicação do Programa de Pós Graduação em Educação (UFSC). Título da pesquisa: “Formação de Professores para apropriação Crítica das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação”. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI (2003). Especialista em Séries Iniciais e Educação infantil pela Faculdade Educacional de Medianeira- FACEMED (2004). Sempre atuou em escolas públicas-SC, exerceu as funções: Secretária de Escola Estadual; Gestora de Escola Municipal; Coordenadora Pedagógica de Projetos “Escola Pública Integral”; Intermediadora entre Universidade (UFSC) e Escola Básica para projeto de pesquisa; Orientadora na Formação de professores como pesquisador da própria prática e para apropriação crítica das redes sociais virtuais nas práticas de ensino; Professora de Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Integrante do grupo de estudos COMUNIC/ SED/ UFSC, que pesquisa e estuda as tecnologias digitais de informação e comunicação e suas relações com a educação, tendo como fundamentos os conceitos da mídia educação.

ISBN 978-65-87594-73-6



LETRACAPITAL



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



ESPAÇO



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico